



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO**

LEON ALVES DE FREITAS

**O TRABALHO DOCENTE E A LÓGICA DE GESTÃO PRIVADA NA
REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO (2015-2022)**

**VITÓRIA
2025**



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO

LEON ALVES DE FREITAS

**O TRABALHO DOCENTE E A LÓGICA DE GESTÃO PRIVADA NA REDE
ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO (2015-2022)**

Dissertação apresentada como requisito para conclusão do Mestrado Profissional em Educação do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE), da Universidade Federal do Espírito Santo, para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosemeire dos Santos Brito

**VITÓRIA
2025**

LEON ALVES DE FREITAS

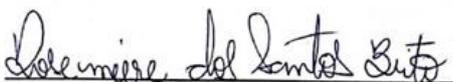
**O TRABALHO DOCENTE E A LÓGICA DE GESTÃO PRIVADA NA REDE
ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO (2015-2022)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

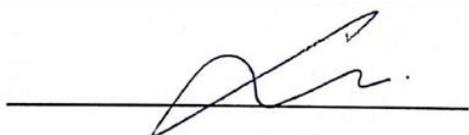
Aprovada em 23/12/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Rosemeire dos Santos Brito
Universidade Federal do Espírito Santo

Assinatura: 

Prof. Dr. Eduardo Augusto Moscon Oliveira
Membro interno (Universidade Federal do
Espírito Santo)

Assinatura: 

Prof. Dr. Fábio Luiz Alves de Amorim
Membro externo (Secretaria Estadual de
Educação do Espírito Santo)

Assinatura: 

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

A474t Alves de Freitas, Leon, 1994-
O trabalho docente e a lógica de gestão privada na rede
estadual de educação do Espírito Santo (2015-2022) / Leon Alves
de Freitas. - 2024.
153 f. : il.

Orientadora: Rosemeire dos Santos Brito.
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Privatização na Educação. 2. Trabalho Docente. 3.
Neoliberalismo. I. dos Santos Brito, Rosemeire. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37

AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha profunda gratidão a todos aqueles que tornaram possível o início e conclusão desse trabalho. Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida e a oportunidade de desfrutá-la ao lado de pessoas incríveis.

Agradeço à minha esposa, sem a qual eu não teria iniciado e muito menos concluído o mestrado. É minha maior incentivadora, porto-seguro, revisora e companheira ao longo dessa jornada. Obrigado por todo apoio, amor e carinho.

À toda a minha família, por sempre me apoiar e incentivar na continuação dos estudos. Agradeço em especial a minha mãe, que sempre investiu e apostou na minha formação acadêmica desde a tenra idade.

Aos meus amigos e “bem amigos”, quantas boas ideias não surgiram após aquela resenha em algum “copo sujo”. A pesquisa dialoga com o seu dia a dia, suas aflições e angústias profissionais, mas também suas realizações. Sempre concordamos que a educação nos deu tudo e nos constituiu como “adultos”.

Agradeço à minha querida orientadora Rosemeire, por todo o seu carinho e atenção ao longo do processo de escrita, sempre com contribuições de extrema qualidade. Certamente ser orientado por ela foi uma das melhores coisas que o mestrado poderia me oferecer, pois é uma pessoa sensível e comprometida com a educação pública.

Aos professores Fábio Amorim, Gilda Cardoso e Eduardo Moscon, pelas valiosas contribuições na qualificação e na defesa da dissertação, e por serem exemplo de comprometimento com a educação pública de qualidade.

À Universidade Federal do Espírito Santo, que me deu um diploma de graduação em História, uma profissão e um mestrado profissional. Aos professores e servidores do PPGPE, pela atuação em defesa da educação básica e no importante papel de fortalecimento da figura do professor pesquisador. Viva a universidade pública e gratuita, patrimônio do povo brasileiro!

*“Vai ficar para trás
Na primeira curva
Um saco de sonhos e ilusões trazidas
Do tempo distante
Do olhar confiante
Barreiras vencidas
A nossa certeza nas frases sonhadas
Saídas do peito”*

(Terceiro Mundo – Zé Geraldo).

RESUMO

A presente pesquisa, desenvolvida na linha de Pesquisa de Docência e Gestão de Processos Educativos do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), trata da intensificação de lógicas de gestão privada na Secretaria Estadual de Educação (Sedu) e suas consequentes implicações no trabalho dos docentes da rede estadual. O recorte temporal proposto (2015-2022) abrange os mandatos dos governadores Paulo Hartung e Renato Casagrande à frente do Executivo Estadual, indicando a continuidade de medidas neoliberais, mesmo em cenários políticos distintos. A metodologia adotada para o desenvolvimento do trabalho é a análise bibliográfica e documental, conforme aponta Gil (2019). A análise bibliográfica abrangeu autores validados no campo das Ciências Sociais, História e Educação, dos estudos que buscam compreender os efeitos do neoliberalismo nas esferas federal e estadual e suas implicações no trabalho docente. Além disso, foi realizada análise documental de Leis, Portarias, Decretos e Atas Taquigráficas das Comissões de Educação e Ciência e Tecnologia da Assembleia, do ano de 2015. Todos esses materiais permitiram identificar os efeitos do neoliberalismo dentro do contexto e recorte históricos propostos. A pesquisa chega ao entendimento de que houve um recrudescimento da gestão neoliberal na educação, principalmente a partir da implantação do “Programa Escola Viva”, em 2015, no mandato do governador Paulo Hartung, o que nos leva a uma lacuna temporal com a qual este estudo pretende contribuir na análise da questão proposta.

Palavras-chave: privatização da educação; trabalho docente; Espírito Santo; neoliberalismo na educação.

ABSTRACT

This research, developed in the line of Teaching Research and Management of Educational Processes of the Professional Postgraduate Program in Education (PPGPE) at the Federal University of Espírito Santo, deals with the intensification of private management logics in the State Department of Education (SEDU) and its consequent implications for the work of teachers in the state network. The proposed time frame (2015-2022) covers the mandates of governors Paulo Hartung and Renato Casagrande at the head of the State Executive, indicating the continuity of neoliberal measures, even in different political scenarios. The methodology adopted to develop the work is bibliographic and documentary analysis, as pointed out by Gil (2019). Bibliographical analysis of validated authors in the field of Social Sciences, History and Education, of studies that seek to understand the effects of neoliberalism at the federal and state levels and its implications for teaching work. In addition, a documentary analysis was carried out of Laws, Ordinances, Decrees and Shorthand Minutes of the Education and Science and Technology Committees of the Assembly, from the year 2015. All these materials made it possible to identify the effects of neoliberalism within the proposed historical context and outline. The research comes to the understanding that there has been a resurgence of neoliberal management in education, mainly since the implementation of the “Escola Viva Program” in 2015, during the mandate of governor Paulo Hartung, which leads us to a temporal gap with which this study aims contribute to the analysis of the proposed question.

Keywords: privatization of education; teaching work; Espírito Santo; neoliberalism in education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rede "Todos Pela Educação"	26
Figura 2 - Acadêmicos vinculados ao Movimento Todos pela Educação até 2016...	27
Figura 3 - Alunos protestam contra o projeto Escola Viva.....	797
Figura 4 – Matéria extraída do jornal “A Gazeta”	808
Figura 5 – Gráfico comparativo por grupo de despesas.....	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Legislações consultadas	56
Quadro 2 - Principais instituições privadas com atuação junto a SEDU	6361

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade

AGB - Associação de Geógrafos Brasileiros

AMA - Avaliação de Monitoramento da Aprendizagem

Anped - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

APNPs - Atividades pedagógicas não presenciais

Ales - Assembleia Legislativa do Espírito Santo

BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

Calhis - Centro Acadêmico Livre de História da Universidade Federal do Espírito Santo

Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Casf - Coordenador Administrativo de Secretaria e Financeiro

CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Inclusão Digital, Biossegurança, Qualificação Profissional, Energia, Gás Natural e Petróleo e seus derivado

CEEFMTI - Centro Estadual de Ensino Fundamental e Médio em Tempo Integral

CIs - Comunicações Internas

CP - Coordenador Pedagógico

DT - Designação Temporária

EC - Emenda Constitucional

ES em Ação - Movimento Espírito Santo em Ação

EEEFM - Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio

ETI - Escola de Tempo Integral

EV - Escola Viva

FHC - Fernando Henrique Cardoso

Fundeb - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica

Gestrado/UFGM - Grupo de Estudo sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais

ICE - Instituto de Corresponsabilidade pela Educação

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

IMU - Índice de Merecimento da Unidade

Lagebes - Laboratório de Gestão da Educação Básica do Espírito Santo

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Nepe/Ufes - Núcleo de Estudos e Pesquisas Educacionais da Universidade Federal do Espírito Santo

NGP - Nova Gestão Pública

ONG - Organização não Governamental

Paebes - Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo

PCA - Professor Coordenador de Área

PPGPE/Ufes - Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo

PSDB - Partido Social Democracia Brasileira

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

Sedu - Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo

Sindipúblicos – Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo

Sindiupes - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Espírito Santo

SPE - Sistemas Privados de Ensino

STF - Supremo Tribunal Federal

SRE - Superintendência Regional de Educação

TCE/ES - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Ueses - União Estadual dos Estudantes Secundaristas do Espírito Santo

Ufes - Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

1 TRAJETÓRIAS E DESAFIOS DO TRABALHO DOCENTE: UM OLHAR CRÍTICO	14
1.1 Caminhos da Profissão.....	14
1.2 Os Contornos do Objeto da Pesquisa	16
1.3 Objetivos (Geral e Específicos)	21
2 NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O QUE DIZEM OS PESQUISADORES?	23
2.1 Os Anos 1990 – O Avanço do Neoliberalismo e as Reformas Educacionais. .	25
2.2 O Contexto Ampliado.....	31
2.3 O Caso Capixaba	35
3 ESTADO, EDUCAÇÃO PÚBLICA E PRIVATIZAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A LÓGICA NEOLIBERAL	38
3.1 Estado e Neoliberalismo	39
3.2 Trabalho Docente	51
4 CAMINHOS DA PESQUISA: ANÁLISE DOCUMENTAL E REFLEXÃO CRÍTICA .	55
4.1 Caracterização e Contextualização do Estudo	55
4.2 A Coleta dos Dados	57
5 REPERCUSSÕES DO NEOLIBERALISMO NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (2015-2022).....	62
5.1 Delineamento de Algumas Instituições Privadas na Secretaria Estadual de Educação.....	62
5.2 O Tempo Integral Como Vetor de Privatização	70
5.2.1 A Escola Viva e as Discussões no Parlamento Capixaba.....	70
5.2.2 Escola Viva: O Testemunho do Professor Pesquisador.....	78
5.2.3 O Novo Governo e as Modificações no Tempo Integral: Escola Viva Ainda Vive?	82
5.3 Bônus Desempenho: Uma Prática Importada da Iniciativa Privada.....	85

5.4 A Pandemia de Covid-19 e Suas Repercussões na Rede Pública Estadual de Ensino.....	90
5.5 O Panorama Do Trabalho Docente Rede Estadual Entre 2015 e 2022.....	99
5.5.1 A Escola de Tempo Integral	99
5.5.2 A Política de Bonificação: Bônus Desempenho	102
5.5.3 A Pandemia de Covid-19 e o Trabalho Docente	104
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS.....	109
ANEXOS	119

1 TRAJETÓRIAS E DESAFIOS DO TRABALHO DOCENTE: UM OLHAR CRÍTICO

1.1 Caminhos da profissão

Ingressei na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) no primeiro semestre de 2012 e obtive minha licenciatura em História em julho de 2016. Durante esses quatro anos, dediquei-me às atividades acadêmicas, fiz parte da gestão do Centro Acadêmico Livre de História (CALHIS), entre os anos de 2014 e 2016, além de atuar como representante discente no Departamento de História. À frente da gestão do Centro Acadêmico, contribuí para a organização de palestras e eventos acadêmicos no curso de História. Entre 2014 e 2016, estagiei na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales), desenvolvendo dois importantes projetos – “Escolas na ALES” e “Deputado Jovem” –, além de contribuir com o projeto “Universitários no Parlamento”. No final de 2015, apresentei a minha monografia com o tema “Novas ideias, velhas estruturas: os desafios de Mikhail Gorbachev como líder da URSS”.

Em agosto de 2016, assumi minha primeira cadeira como professor efetivo da Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo (Sedu), iniciando minha docência no interior do Estado, no Município de Ecoporanga. De agosto a dezembro de 2016, atuei na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (EEEFM) Ecoporanga, com carga horária de 25 horas semanais. Em fevereiro de 2017, passei a lecionar no Centro Estadual de Ensino Fundamental e Médio em Tempo Integral (CEEFMTI) Daniel Comboni, no mesmo município, com carga horária de 40 horas, em regime de dedicação exclusiva, onde permaneci ministrando as disciplinas de História, Eletiva e Aprofundamento de Estudos durante o ano de 2018. Ainda no final de 2018, fui aprovado em novo concurso público, assumindo a minha segunda cadeira na rede estadual, acumulando, então, uma carga horária de 50 horas semanais. Em 2019, atuei em duas escolas no Município de Cariacica. Pela manhã, lecionava na EEEFM Coronel Olímpio Cunha, no bairro Santana, e no período vespertino lecionava na EEEFM Joaquim Barbosa Quitiba, no bairro Nova Brasília. Em ambas as escolas, atuava com turmas de 6º e 7º anos do Ensino Fundamental. Já no ano seguinte, solicitei lotação das duas cadeiras na EEEFM Coronel Olímpio Cunha, permanecendo na referida escola nos turnos matutino e vespertino, lecionando para turmas de Ensino Fundamental e Médio.

Durante essa trajetória profissional, estabeleci contato com diversas visões de mundo: dos estudantes, dos colegas professores, do campo e da cidade. A rotina escolar me fez perceber o quanto o trabalho docente está burocratizado, o que por muitas vezes não é percebido pelos próprios educadores. O cenário identificado é composto de docentes cansados, depois de jornadas exaustivas, frequentemente superiores a 8 horas diárias, além do preenchimento do tempo de planejamento das aulas com as mais diversas demandas da Sedu ou da Superintendência Regional de Educação (SRE), como planilhas de monitoramento, escrituração de pautas no sistema eletrônico, projetos desenvolvidos na escola, substituição de professores ausentes na escola por problemas de saúde, entre outros. É justo dizer que algumas dessas tarefas fazem parte da rotina do professor, mas chama atenção aquilo que exacerba o possível de ser realizado dentro do tempo de planejamento das aulas. Somado a isso, ainda se verifica a pressão psicológica por resultados trimestrais e anuais; estabelecimento de metas a serem cumpridas em relação às notas das avaliações externas, como o Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); registros fotográficos das aulas e atividades desenvolvidas na escola para gerar “evidências” (ou seja, situações que podem configurar assédio moral por parte do gestor escolar ou mesmo de figuras superiores na hierarquia da Secretaria de Educação, como Superintendente Regional, Gerentes e Subgerentes e até mesmo o Secretário de Educação); aumento da jornada de trabalho e consequente precarização. Esses fatos estão postos na Secretaria de Educação do Espírito Santo até mesmo para um observador desavisado.

É perceptível que as condições de trabalho docente na Rede Estadual de Educação não têm recebido a devida atenção da Sedu, pois o que se observa ao longo dos anos é o aumento das demandas educacionais, diminuição considerável do tempo de planejamento e pressão por resultados nas avaliações internas e na produção dos resultados internos de cada escola, como a taxa de aprovação e frequência, com responsabilização cada vez maior da escola e dos educadores. Há uma compreensão de que esses problemas estão diretamente ligados às reformas educacionais promovidas nos últimos anos, que introduziram concepções empresariais de gestão na Sedu. A pesquisa realizada tem o intuito de demonstrar a relação entre as reformas

educacionais pautadas pela iniciativa privada no seio da Gestão da Educação Estadual e os impactos delas no trabalho docente, gerando mais burocratização, desmotivação e alienação.

O ingresso no Mestrado, no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE) da Ufes, no segundo semestre de 2022, abriu as possibilidades para que eu pudesse me aprofundar nos estudos acerca dessa temática que aguça meu interesse desde o início de minha carreira profissional. É importante destacar, também, que o retorno para a Universidade é riquíssimo, abre portas, revigora o sentimento de luta, empodera professores pesquisadores que desejam de fato contribuir para a construção de uma educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada. O Mestrado Profissional em Educação acolhe os educadores com suas justas demandas e indagações de pesquisas, trazendo frutos para a sociedade e para a comunidade escolar.

1.2 Os contornos do objeto da pesquisa

A educação está sempre na ordem do dia, quer seja nas palavras e ações dos gestores, quer seja no discurso de atores políticos ou dos acadêmicos que buscam analisar esse grandioso e complexo universo. Quando se pensa em escola, brevemente nos lembramos de duas figuras principais: o estudante e o professor. Uma boa educação e uma boa escola se fazem com alunos estudando em um espaço adequado, com fornecimento de uma alimentação saudável, salas climatizadas, acesso a recursos tecnológicos, mas, sobretudo, com docentes preparados, motivados e valorizados em seu trabalho.

A questão do trabalho docente é debatida em todas as esferas de poder do país, isto é, nacional, estadual e municipal, empregando-se, de forma majoritária, um discurso relacionado à valorização contínua do magistério, atratividade da carreira para professor da educação básica, entre outros pontos. Apesar dos avanços nas últimas décadas, como a criação do Piso Nacional da Educação e a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), é possível observar também a desvalorização e o sucateamento da profissão, de forma que os docentes da educação básica não são reconhecidos como sujeitos capazes de contribuir com a

formulação das políticas públicas, cabendo a eles apenas o processo de execução final. Tais retrocessos ocorreram, principalmente, com a queda do governo Dilma Rousseff, em 2016, quando assumiu seu vice, Michel Temer, que foi sucedido por Jair Bolsonaro, ambos representantes dos interesses do capital.

Por outro lado, é preciso considerar que o professor é também, frequentemente, investigador, que ele produz uma pequena parte do conhecimento científico e em muitos casos desconhece o produto final e, em sua grande maioria, a totalidade do processo do conhecimento científico e sua aplicação prática e/ou tecnológica geralmente lhe é alheia. Tal sentido de alienação o despoja de qualidades humanas como a solidariedade e a responsabilidade com os outros [...] (Tamez, 2010).

Freitas (2016, p. 146) aponta que, com a reforma empresarial da educação¹, há mais controle da escola e responsabilização dos docentes, trazendo para dentro do ambiente escolar o conceito de meritocracia².

O autor também traz a reflexão de que a escola não é um prédio desabitado, controlado por um gestor eficaz, mas um espaço onde, necessariamente, existem relações humanas. Desse modo, transferir as relações de mercado para dentro da escola gera insegurança e disputa, em um ambiente onde todos deveriam sair como “ganhadores” (Freitas, 2016, p. 146).

Para a construção de uma educação de qualidade, o professor Luiz Carlos de Freitas (2016, p. 147) aponta a necessidade da mobilização das forças internas da escola:

É no interior da escola que se joga o destino das políticas públicas maiores. A mobilização dessas forças internas da escola envolve um processo de negociação com pelo menos dois polos: por um lado, os agentes educativos internos da escola, por outro, os agentes educativos externos, notoriamente o poder público e os pais. Nessa forma de se conceber a construção da qualidade da escola, as relações entre as pessoas contam mais do que os números, ou, dito de outra forma, os números são consequências das relações. A responsabilidade pela criação de relações adequadas, no entanto, implica em outros atores para além da escola. Nesse sentido, o Estado entra como um dos polos de negociação, sendo o outro a própria escola e seus atores. E assim como há papéis esperados para a escola, há, igualmente, papéis que são esperados do Estado.

¹ Freitas (2018) aponta que a educação passa a ser vista como um serviço e não mais como um direito e, sendo um serviço, não compete ao Estado, justificando sua privatização.

² Para Dubet (2004), a escola meritocrática legitima as desigualdades sociais.

Também nesse sentido, a pesquisadora Eliza Bartolozzi Ferreira faz uma dura crítica, no artigo intitulado “O ES é referência educacional?” (2023), no jornal eletrônico século diário, de importante circulação também no meio acadêmico capixaba. Segundo ela,

O Estado não é um exemplo de escola republicana que trabalha para a democratização do acesso e pela permanência de todas e todos com direito ao ensino de qualidade socialmente referenciada. Esses desvios de interpretação observados na gestão educacional reforçam a máxima de que a educação deve ser administrada com base em dados científicos e, com base em um projeto político-pedagógico definido coletivamente com/para os atores que vivenciam a educação pública no país (Ferreira, 2023).

Diante disso, é possível questionar: de que forma as forças internas da escola serão mobilizadas, se a atividade docente se encontra cada vez mais cerceada por uma robusta legislação educacional? Essa legislação, voltada para o controle dos processos educativos, enfatiza o ranqueamento das escolas e a análise de resultados frios, como os indicadores das avaliações externas a que todas as escolas da Sedu são submetidas, como o Paebes.

Segundo a Sedu (Espírito Santo, 2016),

O Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (PAEBES) foi criado, originalmente, no ano 2000, no entanto, a partir de 2009 ganha o formato e periodicidade atual. Seu objetivo é avaliar a qualidade da educação básica da rede pública estadual e, por adesão, da rede municipal e privada. O PAEBES tem aplicação censitária e é realizado anualmente ao final de cada etapa. No 5º ano do Ensino Fundamental os componentes curriculares avaliados são Língua Portuguesa e Matemática; no 9º ano do Ensino Fundamental, avalia-se anualmente os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, e alternadamente, em anos pares, História e Geografia e, em anos ímpares, Ciências; já na 3ª série do Ensino Médio, anualmente, Língua Portuguesa e Matemática, e, alternadamente, em anos pares, História e Geografia e, em anos ímpares, Ciências da Natureza (Física, Química e Biologia).

Com a aplicação anual do Paebes e a busca cada vez maior por melhores índices das escolas estaduais, houve uma considerável mudança na rotina do trabalho do professor da Sedu, que passou a ser mais demandado com monitoramentos e demandas burocráticas.

Nesse sentido, a Lei nº 11.738, de 6 de julho de 2008, dispõe, em seu art. 2º, §4º, que, “Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os

educandos”. Ou seja, fica estabelecido que 1/3 da carga horária do professor deve ser destinado às atividades de planejamento das aulas, correção de provas e outras atividades inerentes ao exercício da docência. Entretanto, com o aumento das demandas burocráticas e uma cobrança cada vez maior por resultados, esse tempo destinado ao planejamento acaba sendo insuficiente, e boa parte dos professores da educação básica pode afirmar que acaba levando trabalho para casa. Como condição agravante, a pandemia de Covid-19 fez com que todo o trabalho dos docentes fosse transportado para dentro de seus lares. Exigiu-se dos professores muito mais do que abrir suas câmeras, mas também abrir suas residências – espaço que deveria ser de tranquilidade e aconchego, destinado ao descanso – frente às angústias que vinham com as demandas da Sedu e a necessidade de atendê-las, sem que fosse levado em consideração o contexto pandêmico em que o mundo se encontrava.

Por outro lado, a meritocracia e a responsabilização são discursos cada vez mais presentes na agenda educacional, vinculados ao processo de privatização da educação. Em relação a esse aspecto, a pesquisadora e professora, Dr.^a Theresa Maria de Freitas Adrião faz a seguinte reflexão:

Os processos de privatização na educação avançam sob várias formas: privatização por terceirização de gestão, quando essa passa a ser exercida por uma organização social privada; terceirização por deslocamento de recursos públicos diretamente para os pais na forma de vouchers que utilizam para “escolher” em qual escola particular devem matricular seus filhos; e também privatização por introdução no interior da escola de lógicas de gestão privadas e sistemas de ensino pré-fabricados (em papel ou na forma de software) que contribuem para a desqualificação e para elevar o controle sobre o trabalho dos professores (Freitas *apud* Adrião, 2016, p. 141).

A presente pesquisa aspira demonstrar a relação entre as reformas educacionais neoliberais, intensificadas a partir da segunda passagem do Governador Paulo Hartung pelo Palácio Anchieta (2015-2019), e a precarização do trabalho docente na rede estadual do Espírito Santo. O recorte histórico proposto se estende até o segundo mandato do Governador Renato Casagrande (2019-2022). Com essa delimitação do recorte analítico, pretendemos demonstrar que as políticas neoliberais perpassam governos e se apresentam como políticas de Estado.

Para isso, realizamos um levantamento bibliográfico sobre o tema, nas discussões macro (federal) e regional (Estado do Espírito Santo), assim como discorreremos sobre

o avanço neoliberal na década de 1990 e nessas primeiras décadas do século XXI, sobretudo no cenário de ascensão de governos de caráter autoritário.

No âmbito federal, foi possível notar o avanço da iniciativa privada sobre o setor educacional durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), ainda no governo de Lula da Silva. Segundo Moreira (2016), exemplo disso foi a participação de Fernando Haddad, então Ministro da Educação, no evento de lançamento do Movimento Todos Pela Educação, em 2006. No ano seguinte, o Governo Federal, por meio do Decreto 6.094/97, lançou o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, explicitando a aproximação entre o movimento Todos Pela Educação e o Executivo Federal (Martins, 2016, p. 43).

Esse avanço ocorreu de forma muito mais acentuada após o golpe ocorrido no ano de 2016, quando a presidente Dilma Rousseff sofreu o processo de *impeachment* e assumiu o seu vice, Michel Temer, dando início a uma série de medidas antipopulares e pró-mercado. Dentre essas medidas, podemos citar a aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95, em dezembro de 2016, que estabeleceu um teto de gastos para todo investimento público em saúde, educação, assistência, pagamento de salários e aposentadorias de servidores, ciência e tecnologia, infraestrutura e programas sociais (Galvão; Zaidan; Salgueiro, 2018 p. 108). Após a aprovação da EC 95, foi aprovada também a Reforma do Ensino Médio, pela Lei 13.415/2017. A jornalista Helena Borges, em artigo publicado no *The Intercept* Brasil, expõe de maneira clara e didática sobre a participação de bilionários brasileiros nas discussões em relação à Reforma do Ensino Médio e quais são os interesses que carregam consigo.

Fundações costumam se colocar como apartidárias, porém, ao participarem ativamente da criação e execução de políticas públicas — como está sendo o caso no debate sobre a reforma do ensino médio — comportam-se, elas mesmas, como partidos. É no mínimo curioso que as propostas de reforma do ensino médio tenham ganhado força logo quando a tutela do MEC passa para as mãos de jovens empreendedores e ex-Lemann fellows (o apelido dado àqueles que receberam bolsa da Fundação Lemann). O Diário Oficial da União do dia 2 de setembro avisou sobre a nomeação de Teresa Pontual, ex-bolsista da fundação, para a Diretoria de Currículos e Educação Integral do MEC. Menos de um mês depois, a MP foi assinada. Outro exemplo é o caso de Maria Helena Guimarães de Castro, uma das sócias-fundadoras do Todos Pela Educação e membro da comissão técnica do movimento, hoje secretária-executiva do MEC à frente da reforma (Borges, 2016).

Na esfera estadual, verificamos ser forte a presença de pesquisas acerca dos governos Paulo Hartung e sua relação com a abertura da educação pública estadual para as entidades empresariais, vinculadas à elite local, como a Organização não Governamental (ONG) Espírito Santo em Ação³. Em relação ao governo de Renato Casagrande, observamos uma lacuna, principalmente no levantamento da hipótese de que seus governos representam uma política de continuidade ou até mesmo intensificação das reformas promovidas por Hartung. É nesse hiato que a presente pesquisa se insere e pretende contribuir com as discussões e estudos feitos até o momento atual.

Como forma de melhor expor os dados da pesquisa e sua análise, assim como a busca pela melhor composição do texto e sua compreensão por parte do leitor, optamos por dividir a discussão em “eixos”, que são: “A escola de tempo integral”, “A política de bonificação: Bônus Desempenho”, “A pandemia de Covid-19 e o trabalho docente”. Justificamos essa escolha, pois consideramos esses eixos como norteadores da pesquisa, de forma que o diálogo dentro do recorte temporal proposto tenha mais sentido. Afinal, esses “eixos” se relacionam entre si e compõem o mesmo objetivo de pesquisa, mas a abordagem de forma diferenciada de cada um deles contribui para melhor compreensão do texto de forma global.

1.3 Objetivos (Geral e Específicos)

Geral: Compreender as dimensões da precarização do trabalho docente na Secretaria Estadual de Educação e sua relação com as práticas de gestão adotadas por ela.

Específicos:

- Pesquisar as concepções teóricas sobre precarização do trabalho docente, burocratização e neoliberalismo;

³ O Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação é uma ONG fundada por empresários capixabas, no ano de 2003, em um contexto de crise político-institucional no Espírito Santo. Devido à considerável expressão política e econômica de seus membros/empresários, consolidou-se como influente ator da sociedade civil capixaba nas últimas décadas (ES em Ação, 2020).

- Avaliar possíveis consequências da política de gestão de pessoas sobre o trabalho docente;
- Demonstrar as influências de instituições privadas e concepções neoliberais na formulação de políticas públicas e de gestão na Sedu.

O produto educacional apresentado é o esboço de um Projeto de Lei, a ser proposto para entidades de classe e movimentos sociais pela educação pública e gratuita capixaba, com vistas à mobilização coletiva e posterior proposição do resultado final à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Ales). O projeto pretende promover uma reorganização da carga horária docente na rede estadual, de modo a ampliar o tempo de planejamento e estabelecer diretrizes sobre as atividades desenvolvidas pelo profissional em sua jornada de trabalho na unidade escolar. Com isso, esperamos, por meio da ação popular no legislativo, avançar na melhoria das condições de trabalho docente, fazendo um contraponto com as políticas de gestão implementadas pela Sedu na última década, que agravaram a responsabilização dos educadores sobre resultados e precarizaram seu trabalho.

2 NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O QUE DIZEM OS PESQUISADORES?

O processo de pesquisa bibliográfica para a revisão de literatura trouxe uma série de trabalhos relacionados ao tema pesquisado, demonstrando que ele tem sido alvo de pesquisas há um tempo considerável, envolvendo pesquisadores da Educação e das Ciências Sociais e grupos de trabalho de diferentes universidades, como será demonstrado aqui.

Nesse sentido, insta destacar que

A produção de um trabalho científico, como se sabe, tem como ponto focal o estabelecimento dos objetivos de pesquisa. São os objetivos que determinam o posicionamento inicial do pesquisador. Estabelecidos os objetivos é forçoso reconhecer o aspecto cumulativo do conhecimento científico, ou seja, é necessário tomar como base os avanços já realizados e, por que não, as limitações dos estudos anteriormente dedicados ao tema. Por esta razão é quase impossível pensar uma monografia, uma dissertação, uma tese ou outro trabalho acadêmico ou científico sem a necessária revisão de literatura (Moreira, 2004, p. 22).

Para subsidiarmos a pesquisa, realizamos buscas em algumas bases de dados: Plataforma de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Scielo, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Google Acadêmico. Também utilizamos algumas obras que foram publicadas em formato de livros físicos, os quais foram consultados e estudados para melhor apropriação acerca do tema de estudo.

A escolha das palavras-chave é um aspecto fundamental no desenvolvimento da pesquisa. Para esta pesquisa, foi selecionado um conjunto de palavras-chave que buscam refletir os objetivos e temas centrais do trabalho. As palavras-chave selecionadas foram: "relação público-privado na educação", "trabalho docente", "Movimento Todos pela Educação", "privatização da educação no Espírito Santo" e "institutos privados e educação pública".

A relevância dessas palavras-chave é crucial. Cada termo foi escolhido com base na sua presença na literatura acadêmica e em debates atuais sobre o tema. Por exemplo, a expressão "relação público-privado na educação" é central para entendermos as

dinâmicas que envolvem a privatização, enquanto "trabalho docente" se refere diretamente à profissão que está sob análise. Palavras-chave como "privatização da educação no Espírito Santo" e "institutos privados e educação pública" ajudam a situar a pesquisa em um contexto geográfico específico, enriquecendo a análise.

Por último, o diálogo com os colegas professores também influenciou nossas escolhas, pois nos proporcionaram novas perspectivas e contribuições, enriquecendo o desenvolvimento da pesquisa. Assim, as palavras-chave refletiram não apenas os objetivos da pesquisa, mas também a complexidade do tema da privatização da educação e seus impactos no trabalho docente.

Dentro desse universo, buscamos refinar a pesquisa estabelecendo alguns filtros e critérios de escolha. Primeiro, determinamos o recorte histórico, que tem como ponto de partida a criação do "Movimento Todos Pela Educação", no ano de 2006, e como marco final o ano de 2022, quando se encerra o segundo mandato de Renato Casagrande à frente do Executivo Estadual. Sobre trabalho docente, buscamos identificar os trabalhos que tratam especificamente de precarização e burocratização do trabalho docente sob uma perspectiva crítica.

Tal perspectiva transcende a análise descritiva, ao assumir um compromisso político com a emancipação humana, ressignificando os espaços educacionais como locais de resistência crítica e transformação social. Além disso, ao desvelar as contradições estruturais do sistema capitalista, evidencia tanto os mecanismos de dominação quanto as possibilidades de resistência presentes no cotidiano escolar. Assim, a adoção dessa abordagem na presente pesquisa é indispensável para uma crítica consistente ao neoliberalismo, permitindo compreender seus impactos estruturais sobre o trabalho docente e suas implicações na prática educativa.

Em relação ao Movimento Todos Pela Educação, foram selecionados os trabalhos que relacionam a criação e a atuação do movimento com as políticas neoliberais de privatização da educação colocadas em marcha nos últimos anos. No tocante à privatização da educação no Espírito Santo, foram elegidos os artigos que tratam sobre essa questão na Sedu, que é o objeto de pesquisa deste trabalho.

Mais do que uma série de recortes temporais e temáticos, a intenção é relacionarmos, por meio da revisão de literatura, a lógica de gestão privada à precarização do trabalho docente. Ou seja, a hipótese levantada é a de que a introdução de métodos de gestão privados na educação tende a precarizar e burocratizar o trabalho docente.

Além disso, com a busca, foi possível analisarmos o problema de pesquisa a partir de dois grandes eixos: relação público-privado na educação e trabalho docente. A relação público-privado na educação é um eixo norteador da pesquisa e também uma palavra-chave, a partir da qual é possível encontrar uma grande variedade de trabalhos, em diferentes esferas da educação: federal, estadual e municipal. Mesmo que a proposta deste trabalho seja uma análise sobre a Sedu, ensaios que tratavam da relação público-privado a níveis federal e municipal também foram considerados como leitura preliminar, de forma a contribuírem com uma visão ampla sobre o objeto de estudo e proporcionarem uma gama de informações mais elevada.

2.1 Os anos 1990 – O avanço do neoliberalismo e as reformas educacionais

É importante destacar que, mesmo antes do recorte temporal proposto, há uma série de trabalhos robustos que dialogam sobre os avanços do neoliberalismo no campo educacional. Se quiséssemos abordar a variedade de estudos desenvolvidos, certamente a pesquisa atual seria insuficiente para lidar com tema tão relevante e amplamente pesquisado. Por isso, para sustentarmos os argumentos aqui apresentados, é importante indicarmos que a década de 1990 é considerada, para o desenvolvimento desta pesquisa, um período de importantes mudanças no campo educacional, situada num contexto histórico de redemocratização do Brasil. Concomitantemente, havia o avanço de reformas do Estado Brasileiro, que permitiram uma participação cada vez maior do setor empresarial e do mercado financeiro na esfera de decisões sobre as políticas públicas, nesse caso específico, as políticas públicas para educação.

Nesse sentido, destacamos as obras organizadas pelo autor Pablo Gentili, “Pedagogia da exclusão – crítica ao neoliberalismo em educação” e “Neoliberalismo, qualidade total e Educação”. Na primeira, o autor traz importantes contribuições para

a compreensão do neoliberalismo como uma ideologia que influencia todos os aspectos da vida dos indivíduos.

É assim que os indivíduos, na medida em que introjetam o valor mercantil e as relações mercantis como padrão dominante de interpretação de mundos possíveis, aceitam – e confiam – no mercado como o âmbito em que “naturalmente”, podem – e devem – desenvolver-se como pessoas humanas. No capitalismo histórico, tudo se mercantiliza, tudo se transforma em valor mercantil (Gentili, 1995, p. 228).

Ainda segundo o autor, nesse contexto de mercantilização, o ataque à escola pública se dá por medidas políticas e culturais, pois o neoliberalismo só consegue impor sua agenda antidemocrática à medida que desintegra culturalmente a possibilidade da existência do direito à educação como um direito social (Gentili, 1995, p. 230).

Dentre as estratégias para o triunfo do capitalismo no campo educacional, destacam-se duas: o discurso da qualidade, remetendo à análise das políticas educativas e dos processos pedagógicos, e o discurso de articulação entre o universo do trabalho e o universo educacional, a partir do qual seria possível avaliar os efeitos práticos da educação (Gentili, 1995, p. 245).

Na segunda obra, o autor também aborda o discurso da qualidade como um tema central nas discussões sobre a operação do neoliberalismo no campo educacional. Para ele, o discurso da qualidade se instalou entre aqueles que padecem com as consequências do êxito dessas políticas conservadoras: os pais, os professores e os estudantes (Gentili; Silva, 2001, p. 116).

É importante destacar que o discurso da qualidade apontado por Gentili, ainda na década de 1990, reserva algumas diferenças do que hoje apontam os pesquisadores sobre essa temática. Desde então, a privatização da educação se intensificou e podemos dizer que o “discurso da qualidade” foi, em parte, ressignificado, por representar, nos tempos atuais, uma política de resultados, ou seja, só é possível afirmar uma educação de qualidade a partir de resultados e indicadores educacionais. Indicadores esses obtidos, principalmente, pelas avaliações externas – no caso da

Sedu, o Saeb⁴, o Paebes⁵ e, mais recentemente, a Avaliação de Monitoramento da Aprendizagem (AMA)⁶. Posteriormente, esses resultados são tabulados e as escolas ranqueadas no que seria um indicador de qualidade.

Gentili e Silva (1994, p. 125) afirmam que os intelectuais e o mundo acadêmico foram cooptados, no final dos anos 1980, e passaram a reproduzir o discurso neoliberal e conservador, por meio de agências de financiamento internacional.

Por convicção ou por necessidade – pouco importa –, o certo é que o antes crítico mundo acadêmico dos pedagogos democráticos foi se transformando em um palco de personagens anônimos e submersos em um discurso tão medíocre quanto vazio de conteúdo progressista (Gentili, 2001, p. 122).

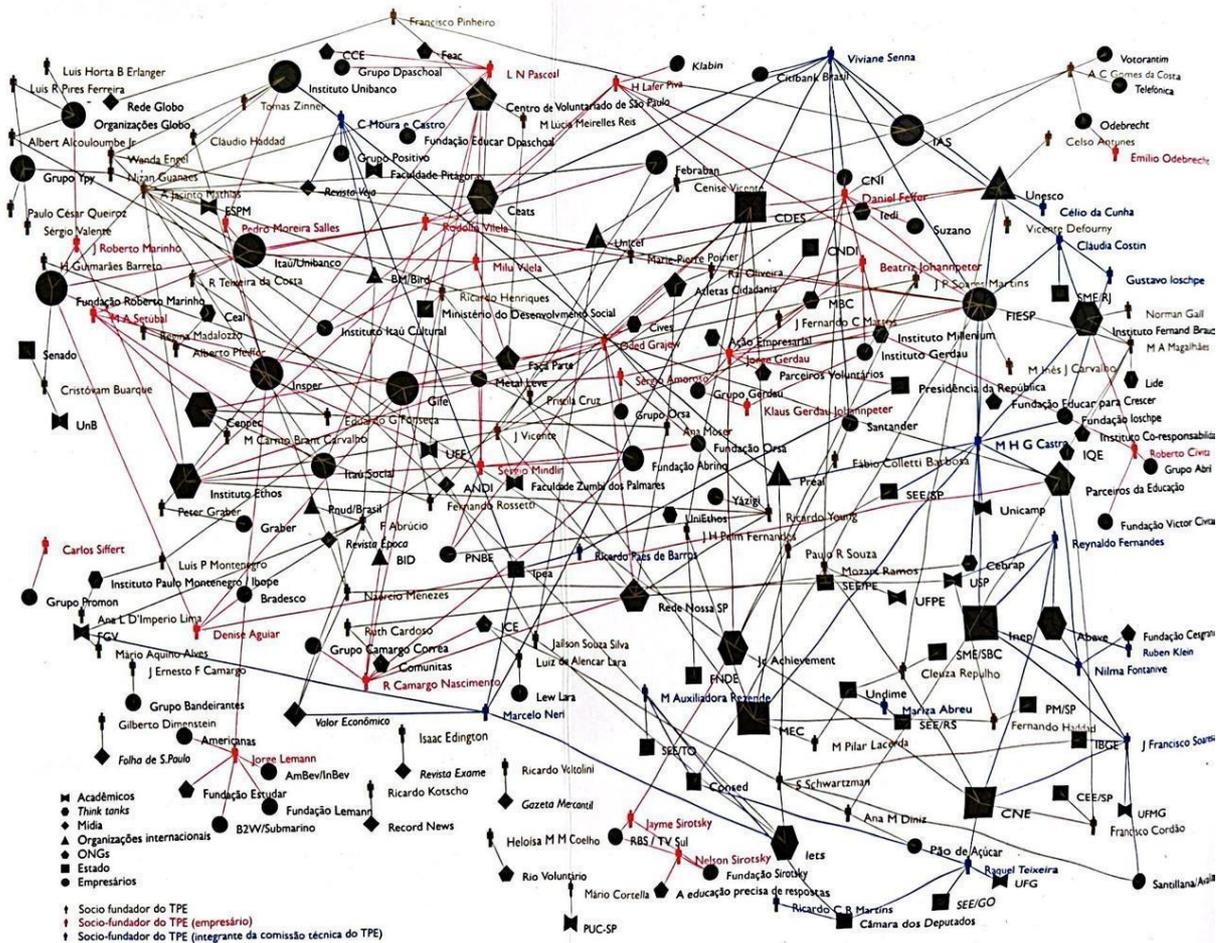
Sem a intensão de sermos anacrônicos, na Figura 1, que é a contracapa do livro “Todos Pela Educação – Como empresários estão determinando a política educacional brasileira”, a autora Erika Moreira Martins utiliza uma ilustração em “rede”. Essa ilustração demonstra, de maneira didática, o envolvimento e entrelaçamento entre os acadêmicos, *Think Tanks*, Mídia, Organizações Internacionais, ONGs, Estado e Empresários. Essa demonstração é importante para compreendermos as continuidades presentes nos tempos atuais, apontadas na obra de Gentili.

⁴ O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é uma avaliação externa em larga escala que permite ao Inep diagnosticar a educação básica brasileira e os fatores que influenciam o desempenho dos estudantes. As médias de desempenho, combinadas com taxas de aprovação, reprovação e abandono do Censo Escolar, formam o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, 2023).

⁵ O Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes e Paebes Alfa) é realizado desde 2009 com o objetivo de determinar a proficiência média dos alunos da rede estadual, avaliando competências de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza no Ensino Fundamental e no Ensino Médio (Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - Caed, 2021).

⁶ A AMA compreende as avaliações diagnósticas intermediárias e tem como principal objetivo subsidiar a preparação dos estudantes do Ensino Fundamental e Médio para as avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes) (Espírito Santo, 2024).

Figura 1 - Rede "Todos Pela Educação"



Fonte: Martins (2016).

Na Figura 2, também extraída da pesquisa de Martins (2016), são desvelados os acadêmicos de universidades públicas e privadas que possuem alguma vinculação com o Movimento Todos Pela Educação.

Figura 2 - Acadêmicos vinculados ao Movimento Todos pela Educação até 2016

Acadêmicos	
Universidades privadas	Antonio Jacinto Matias (conselho da ESPM) Cláudio de Moura e Castro (Faculdade Pitágoras) Cláudio Luiz Haddad (presidente do Insper) Eduardo Giannetti da Fonseca (professor da Ibmec) Eduardo Giannetti da Fonseca (professor do Insper) Fernando Luiz Abrucio (professor da FGV) Horácio Lafer Piva (comissão de avaliação externa do Insper) Jorge Paulo Lemann (Insper Instituto de Ensino e Pesquisa) José Vicente (reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares) Luís Norberto Paschoal (conselho do Insper) Marcelo Côrtes Neri (professor da FGV) Mário Aquino Alves (professor da FGV) Mario Sergio Cortella (professor da PUC-SP) Naercio Aquino Menezes Filho (professor do Insper) Pedro Moreira Salles (conselho deliberativo do Insper) Peter Graber (Insper) Regina Carla Madalozzo (professora do Insper)
Universidades públicas	Cristovam Buarque (professor da UnB) Fernando Haddad (professor da USP) Jailson de Souza e Silva (professor da UFF) Jose Francisco Soares (professor da UFMG) Maria Helena Guimarães de Castro (professora aposentada da Unicamp) Mozart Neves Ramos (professor e reitor da UFPE, 1996–1999 e 2000–2003) Naercio Aquino Menezes Filho (professor da USP) Raquel Teixeira (professora da UFG) Reynaldo Fernandes (professor da USP) Ricardo Henriques (professor da UFF)

Fonte: Martins (2016).

No Brasil, na década de 1990, houve um programa, pouco difundido, mas considerado pioneiro dentro do contexto de avanço neoliberal na educação, chamado de “Escola de Qualidade Total”. Nesse programa, a qualidade seria alcançada com a dedicação dos sujeitos envolvidos (alunos, docentes e diretores), para estresir as condições da qualidade em suas próprias escolas (Gentili; Silva, 1994, p. 145).

A formuladora desse programa, Cosete Ramos, acreditava que havia três barreiras para o alcance da qualidade na escola pública: centralização administrativa, com concentração de poder nas mãos do diretor; isolamento pedagógico, quando o docente utiliza o poder da cátedra em benefício próprio; e a influência de grupos informais, que se tratava da comunidade organizada e os sindicatos.

Para conhecimento, Cosete Ramos Gebrim recebeu o prêmio de personalidade da Academia Brasileira da Qualidade (ABQ), no ano de 2023.

Anualmente, por meio de uma seleção rigorosa e minuciosa dos Acadêmicos, a ABQ concede o Prêmio ABQ Personalidade da Qualidade a personalidades que tenham dado significativa contribuição ao tema Gestão da Qualidade no Brasil. Assim, é com enorme satisfação que comunicamos que a ganhadora do Prêmio ABQ Personalidade da Qualidade 2023 é a Dra. Cosete Ramos, pela sua ativa participação em programas de qualidade no Ministério da Educação e no Governo Federal, dedicando-se à causa da Qualidade na Educação no Brasil. A Dra. Cosete receberá a sua premiação na Assembleia Geral Ordinária da ABQ no dia 22 de novembro de 2023 (ABQ, 2023).

A análise do avanço do neoliberalismo e suas repercussões nas reformas educacionais durante os anos 1990 revela um contexto complexo e multifacetado, marcado por transformações políticas, econômicas e ideológicas de grande magnitude.

A década em questão é reconhecida como um período de mudanças significativas, ainda num contexto de redemocratização do país e de reconfiguração do papel do Estado na sociedade. Ainda em 1989, Fernando Collor foi o primeiro presidente eleito pelo voto direto, após o fim da ditadura militar, em 1985, e promulgação da Constituição de 1988. Com contribuição singular dos grandes meios de comunicação de massa, com destaque para a televisão, Collor conquistou o apoio das camadas mais pobres e sem acesso à educação, vencendo o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, no segundo turno das eleições (Del Priore; Venâncio, 2010). Em 1994, após o confisco das poupanças, denúncias de corrupção e sem base no Congresso Nacional, Fernando Collor encerra seu mandato, em meio a um processo de *impeachment*, e assume o seu vice, Itamar Franco.

O governo de Itamar Franco teve como principal legado a formulação de um plano econômico que buscava conter a inflação, um problema histórico que afetava milhões de famílias brasileiras e se cristalizou como um mantra de algo a ser combatido na economia. Foi lançado, então, em 1994, o “Plano Real” que, com uma política cambial ancorada no dólar e redução das emissões monetárias, conseguiu controlar a temida inflação. Fernando Henrique Cardoso (FHC) estava à frente do Ministério da Fazenda e capitalizou o sucesso do Plano Real para si, lançando-se candidato à Presidência da República nas eleições de 1994, vencendo Luís Inácio Lula da Silva, novamente segundo colocado (Del Priore; Venâncio, 2010).

Fernando Henrique Cardoso teve como suas principais bandeiras de campanha a continuidade do Plano Real, a eficiência administrativa e a reforma do Estado (Del Priore; Venâncio, 2010). Colocando-as em prática, Cardoso iniciou, no Brasil, uma política de reformulação do Estado sob forte influência do Consenso de Whashington⁷, com um regime de privatizações e ajuste fiscal, visando atender à expectativa do capitalismo internacional, pela completa abertura do mercado brasileiro.

Cardoso construiu um governo de centro-direita e, sob a ortodoxia monetarista e do ajuste fiscal, agora no contexto da férrea doutrina dos organismos internacionais e sua cartilha do Consenso de Washington, efetiva as reformas que alteram profundamente a estrutura do Estado brasileiro para “tornar o Brasil seguro para o capital”. O fulcro deste projeto, como aludimos acima, é a doutrina neoliberal ou, mais apropriadamente, neoconservadora. Essa doutrina se baliza por alguns pressupostos que se constituem numa verdadeira bíblia desta nova hegemonia em construção em nível global, mas, com mais ênfase e destroços práticos, implanta-se em países como o Brasil (Frigotto; Ciavatta, 2003, p. 105).

O governo FHC representou um marco no avanço das políticas educacionais alinhadas ao neoliberalismo no Brasil, especialmente no que diz respeito à descentralização da gestão, à introdução de avaliações em larga escala e à ampliação de parcerias público-privadas. A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, foi uma das principais reformas desse período, consolidando a autonomia administrativa dos Estados e Municípios.

2.2 O contexto ampliado

Para o desenvolvimento de uma visão global sobre o trabalho docente e sua precarização, realizaremos uma análise sob a ótica das ideias e produções de alguns pesquisadores. Yáscara Michele Neves Koga e Evandro Ricardo Guindani, no artigo “Educação e neoliberalismo: interferências numa relação tirânica” (2018), refletem sobre as políticas educacionais pautadas no sistema neoliberal, levando em conta o contexto internacional e as políticas educacionais brasileiras. Os autores defendem que as reformas neoliberais foram geradas no que se convém chamar de Primeiro Mundo, na década de 1980, lideradas por Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald

⁷ O documento produzido pelos representantes dos países do capitalismo central, conhecido como Consenso de Washington, balizou a doutrina do neoliberalismo ou neoconservadorismo que viria a orientar as reformas sociais nos anos de 1990 (Frigotto; Ciavatta, 2003, p. 95).

Reagan nos Estados Unidos (Koga; Guindani, 2018, p. 3). Os estudiosos também apresentam um panorama da organização do capital na esfera internacional, com vistas a intervir nas políticas educacionais, principalmente a partir dos anos 1990.

É importante salientar que esses eventos e documentos publicados precisam ser compreendidos dentro desse contexto em que se pretende criar e legitimar um consenso em torno da ideia de onipresença e onipotência do mercado. O primeiro desses eventos foi a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos” realizada em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990, que inaugurou um grande projeto de educação em nível mundial, para a década que se iniciava, financiada pelas agências: Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO); o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial (Koga; Guindani, 2018, p. 6).

A lógica do capital introduz no trabalho docente um raciocínio que determina uma ligação direta entre esforço, superação de obstáculos e sucesso. Sob uma perspectiva gerencial do capital, essa é a fórmula para que a educação saia da crise (Koga; Guindani, 2018, p. 14). A professora e pesquisadora Dalila Andrade Oliveira foi coordenadora da Rede Estrado (Rede Latino-Americana de Estudos sobre Trabalho Docente) de 2003 a 2018 e apresenta inestimável contribuição para a pesquisa que se pretende desenvolver a partir deste trabalho. No artigo “Regressão conservadora e ameaças às políticas públicas em Educação na América Latina” (2020), a autora traça um panorama inicial sobre o desmonte de políticas educacionais, considerando como pontos importantes a ascensão de uma “nova direita”, o *impeachment* da presidenta Dilma Roussef e a intensificação desse desmonte da educação pública no governo Michel Temer, com a Emenda Constitucional nº. 95, que criou o teto de gastos públicos. Segundo Oliveira (2020, p. 194),

A despeito dos avanços relativos às políticas sociais promovidos por esses governos, não só no Brasil, mas em alguns países da região, esse período parece ter se esgotado em pouco mais de uma década com a ascensão de governos de direita, por meio de golpes de Estado ou mesmo pelo voto popular.

No texto “A reestruturação da profissão docente no contexto da nova gestão pública na América Latina” (2018), a autora discute as transformações ocorridas na profissão docente, destacando que, muitas vezes, o viés privatista da educação está encoberto por reformas educacionais que apresentam determinadas práticas com o objetivo de buscar soluções para o público atendido. Essas reformas estão inseridas dentro da

lógica da Nova Gestão Pública, em que o setor privado passa a exercer grande influência na formulação de políticas públicas. Um exemplo disso é a participação do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação na estruturação do projeto “Escola Viva” (EV), no ano de 2015. A autora também destaca a intensificação da presença do empresariado nos debates educacionais a partir da década de 1990, intensificando-se nos anos 2000, com a criação do Movimento Todos pela Educação, o qual ela denomina “Movimento Empresários pela Educação” (Oliveira, 2018, p. 47). No mesmo sentido, Gonçalves, Patez e Silva (2011) sustentam que a insuficiência do Estado em atender as necessidades sociais abre espaço para práxis que diluem a fronteira entre público e privado, operando segundo a razão da privatização dos serviços públicos. As organizações civis, ao se transformarem em executoras desses serviços, não estão suscetíveis à responsabilização política, nem necessitam de reconhecimento por parte da população. Sobre o trabalho docente nesse contexto, Dalila Andrade de Oliveira (*apud* Duarte, 2018, p. 47) disserta que

As mudanças ocorridas na profissão docente em decorrência do desenvolvimento da NGP [Nova Gestão Pública] nos países latino-americanos apresentam dimensões variadas. Diretamente ligado ao processo de trabalho, observa-se a intensificação das atividades em escalas diferentes e a incorporação de lógicas próprias da organização capitalista na gestão da escola pública. Com especial destaque para a adoção de incentivos econômicos articulados aos processos de avaliação, que têm sido introduzidos pelas políticas de accountability nos sistemas públicos de ensino, observa-se um achatamento salarial que é parcialmente compensado por prêmios e bonificações.

A professora Vera Maria Vidal Peroni, no artigo “Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil” (2020), traz para o debate a relação entre neoliberalismo e conservadorismo no Brasil, após a crise de 2008, que redefine as fronteiras entre público e privado, consubstanciando-se nas políticas públicas para a educação básica (Peroni, 2020). Segundo a autora,

[...] a relação entre o público e o privado na educação não se limita apenas à propriedade, mas inclui também projetos societários em disputa de correlação de forças, que ocorrem tanto no Estado, quanto na sociedade civil, com profundas implicações para o papel da educação na construção de uma sociedade democrática (Peroni *apud* Peroni, 2020, p. 2).

O pagamento dos professores é responsabilidade do Estado, que também decide quais instituições serão parceiras e de onde serão adquiridos os materiais educativos.

Por outro lado, o setor privado ganha influência na formulação das políticas da capacitação continuada dos professores, no acompanhamento escolar, no currículo das aulas e na administração escolar. É importante salientar que as empresas privadas operam com a aprovação do Estado, de forma que a privatização pode ser considerada como uma política pública (Peroni, 2020, p. 3).

Outros autores, como Ramos, Chaves e Maia, no artigo “Trabalho docente alienado” (2007), estabelecem o conceito de trabalho alienado, relacionado ao trabalho docente, utilizando uma abordagem marxista. Os autores compreendem como trabalho docente toda atividade desenvolvida pelos profissionais da educação, fomentando e garantindo o sucesso da aprendizagem dos estudantes (Ramos; Chaves; Maia, 2007, p. 10). Sobre a alienação do trabalho docente, nas palavras dos autores:

O trabalhador docente hoje se encontra num processo avançado de estranhamento, de alienação quanto ao seu trabalho, seja na dimensão do produto, do processo de trabalho, de si mesmo e do outro, como ser genérico. Ele se encontra alienado na sua relação com o conhecimento por ele participado na aprendizagem e no trabalho controlado externamente, por intermédio da perda do poder de decisão dos meios, do objeto e do processo em si. Consequentemente, o indivíduo não se reconhece na sua atividade e em si mesmo. O seu trabalho passa de um ato prazeroso de realização humana, de transformação de si mesmo, do outro e do meio, a um mister enfadonho, que mortifica, cansa, aliena, sacrifica o ser humano, por ser alheio a si mesmo, e satisfaz apenas, e às vezes precariamente, a sua necessidade física, negando a sua sociabilidade e humanidade. Deste modo, o trabalhador não se reconhece mais no outro indivíduo, passando a vê-lo como um desafeto, um patrão (Ramos; Chaves; Maia, 2007, p. 11).

A professora Olgaíses Maués, em seu artigo “Regulação educacional, formação e trabalho docente” (2009), discorre sobre a reestruturação dos estados nacionais nas últimas décadas, em que se percebe a mudança de gestão, passando de uma administração pública burocrática para um modelo de gestão empresarial.

Quanto ao modelo de regulação pós-burocrática, o Estado-avaliador passa a governar pelos resultados, estabelecendo os objetivos e instituindo um sistema de avaliação externa da performance dos estabelecimentos e um sistema de incentivos simbólicos ou materiais, mesmo de sanções, para favorecer a realização ou a melhoria do “contrato” realizado entre o Estado e a educação (Maués, 2009, p. 476).

São questões que se impõem com o avanço do neoliberalismo, em que a concepção é de que o Estado é inimigo da “qualidade social”, pois é um mau gestor e impede o funcionamento da lógica de mercado e da meritocracia (Freitas, 2018, p. 31).

2.3 O caso capixaba

No que se propõe a presente pesquisa, destacamos também os trabalhos nos quais os autores se debruçam mais especificamente sobre o caso capixaba. Na dissertação de Ruy Barboza de Oliveira Júnior, “As políticas educacionais do segundo mandato do governo Paulo Hartung e seus impactos no trabalho docente” (2013), o autor se debruça sobre os impactos das políticas educacionais do segundo mandato do governador Paulo Hartung, entre os anos de 2006-2010. Seu trabalho contou com importante levantamento bibliográfico, com base nos estudos do Grupo de Estudo sobre Política Educacional e Trabalho Docente (Gestrado/UFMG), na ANPEd e no Núcleo de Estudos e Pesquisas Educacionais (Nepe/Ufes).

A partir do levantamento feito, é possível perceber que os governos de Paulo Hartung sempre são mencionados como um marco no tensionamento das relações público-privado, com reformas do Estado e políticas neoliberais na educação. Pode-se dizer que seu “último ato”, em termos de políticas educacionais, foi o projeto “Escola Viva”: em seu retorno ao palácio Anchieta, em 2015, Hartung trouxe como bandeira de campanha um novo modelo de escola, que seria em tempo integral, atrativa para os alunos.

No artigo “O Projeto Escola Viva: a política de educação neoliberal de Paulo Hartung, no Espírito Santo (2003-2016)” (2017), os autores Ueber José de Oliveira e Marcos Marcelo Lirio analisam a política educacional adotada pelo governo Paulo Hartung em sua terceira passagem pelo Palácio Anchieta (2013-2016), cuja vitrine da política educacional de seu governo foi o programa “Escola Viva”.

Esse programa previu a implementação de escolas em tempo integral, com currículo e carga horária diferenciados das demais escolas da Sedu. Foi aprovado em 2015, ainda no primeiro ano do governo Hartung, em sua terceira passagem pelo Palácio Anchieta, à frente do Poder Executivo Estadual. Na época, o projeto tramitou em

regime de urgência na Ales, sob intensas manifestações contrárias da comunidade escolar que, em algumas oportunidades, compareceu ao plenário da Assembleia para protestar contra a implementação forçada do novo modelo. Para os autores, o referido projeto está vinculado às lógicas de responsabilização e terceirização propostas pelos reformadores educacionais.

Isso expressa o teor do comprometimento de PH [Paulo Hartung] com o desmantelamento do sistema educacional do Estado. Sob o pretexto de modernizar a educação, Hartung passou a enquadrá-la dentro de seu pacote de ajuste da máquina pública, buscando, dessa forma, passar a imagem de que o governo quer uma educação de qualidade, sendo que, com base no observado desde o início do seu atual mandato, esse governo buscou apenas desenvolver um modelo homogêneo de educação no qual possa se minimizar ao máximo os custos, além de retirar do Estado a responsabilidade pela educação (Oliveira; Lírio, 2017, p. 289).

É válido reforçar que o programa “Escola Viva” pode ser considerado como um marco histórico nos estudos da relação público-privado na gestão da educação pública do Espírito Santo. Nesse sentido, outro texto que compõe essa discussão é “Programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo: reflexões acerca da gestão educacional” (2020), das autoras Alzira Batalha Alcântara, Luciane Matos e Roseli Costa. Para as autoras, projetos como o “Escola Viva” estão inseridos numa lógica neoliberal, com práticas e valores capitalistas, pois interessam ao grande capital, sendo uma crescente do Estado brasileiro, favorecendo organizações como o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) e a ONG Espírito Santo em Ação (Alcântara; Matos; Costa, 2020, p. 15).

Sob esse aspecto, a dissertação apresentada por Ronan Salomão Gaspar (2016) também traz contribuições importantes para a discussão. Sua produção é contemporânea à implementação do novo modelo de Escola de Tempo Integral (ETI), entre os anos de 2015 e 2016, relatando com primor todos os movimentos na Assembleia Legislativa, a resistência dos professores e alunos, a realização das audiências públicas, o posicionamento dos deputados e as manobras realizadas pelo governo para aprovação e implementação do programa. Segundo Gaspar (2016, p. 122), houve a intenção, por parte do Governo do Estado, de impor o projeto, por ser uma das principais bandeiras de campanha do então candidato Hartung, e o sucesso do programa seria também uma vitória política individual do governador.

Em seu texto, o autor discorre sobre o ICE, um instituto privado e sem fins lucrativos que surgiu no estado de Pernambuco, no início dos anos 2000, e sua relação na implementação do programa “Escola Viva”. O ICE ficou com a responsabilidade da formação da equipe técnica da Sedu e dos gestores e profissionais das Escolas Vivas (Gaspar, 2016, p. 123).

Ainda sobre a realidade capixaba, o artigo “O gerencialismo e a Educação no Espírito Santo” (2020), de Tatiana Peterle, Marcelo Lima e Jefferson Alvarenga, pautado sob a influência teórica marxiana e gramsciana, analisa as reformas estruturais nas políticas e nos investimentos públicos que ocorreram nos anos de 2018 e 2019 no Brasil. Os autores revelam uma série de procedimentos que precarizaram as condições de trabalho e a qualidade dos serviços ofertados à sociedade brasileira nas mais diversas áreas.

Os autores atribuem um esvaziamento da obrigação do poder público do Espírito Santo na promoção do direito à educação básica, negando à parcela mais vulnerável da população a qualidade social da educação, de forma que os investimentos foram destinados aos interesses das instituições privadas, ligadas ao mercado e elites regionais (Peterle; Lima; Alvarenga, 2020, p. 16).

Os trabalhos aqui apresentados não têm por intenção esgotar a discussão sobre a temática proposta, todavia apresentam uma trajetória que pode ser seguida, pois trazem contribuições para o debate sobre a relação público-privado e a precarização do trabalho docente na educação básica. Tomamo-los como ponto de partida para prévio conhecimento acerca do tema de pesquisa e posterior desenvolvimento do levantamento e análise de dados, à luz do que já foi discutido.

3 ESTADO, EDUCAÇÃO PÚBLICA E PRIVATIZAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A LÓGICA NEOLIBERAL

O referencial teórico apresentado na sequência deste capítulo expõe não só os estudos e autores que se debruçaram sobre conceitos importantes que serão abordados, mas também apresenta a abordagem e o contexto de elaboração teórica de cada estudioso. É fato que não há neutralidade na pesquisa, pois o pesquisador carrega consigo uma série de valores e crenças que se demonstram, de forma explícita ou não, no delineamento de seu trabalho.

Para Marc Bloch (2001), os historiadores deveriam ser meticolosos na coleta e avaliação de evidências, a fim de construir narrativas confiáveis. O autor, além disso, enfatiza, em sua obra “Apologia da História ou o ofício do historiador” (2001), a necessidade de evitar anacronismos e de contextualizar os eventos no tempo e no espaço, para compreendermos as complexas interações entre as diferentes variáveis históricas. Sobre esse ponto, escreveu o autor:

Uma palavra, para resumir, domina e ilumina nossos estudos: “compreender”. Não digamos que o historiador é alheio às paixões; ao menos, ele tem esta. Palavra, não dissimulemos, carregada de dificuldades, mas também de esperanças. Palavra, sobretudo, carregada de benevolência. Até na ação, julgamos um pouco demais. É cômodo gritar “à força!”. Jamais compreendemos o bastante. Quem difere de nós – estrangeiro, adversário político – passa, quase necessariamente, por mau. Inclusive, para travar as inevitáveis lutas, um pouco mais de compreensão das almas seria necessário; com mais razão ainda para evitá-las, enquanto ainda há tempo. A história, com a condição de ela própria renunciar a seus falsos ares de arcanjo, deve nos ajudar a curar esse defeito. Ela é uma vasta experiência de variedades humanas, um longo encontro dos homens. A vida, como a ciência, tem tudo a ganhar se esse encontro for fraternal (Bloch, 2001, p. 128).

Sobre a observação histórica, Bloch (2001, p. 83) afirma que os documentos não surgem por obra do mistério ou do destino, mas sim da ação humana, devendo o pesquisador não se contentar apenas em listar tais documentos, mas também indagar o porquê foram produzidos e o motivo de se encontrarem ali, em determinada biblioteca ou arquivo.

Todo livro de história digno desse nome deveria comportar um capítulo ou, caso se prefira, inserida nos pontos de inflexão da exposição, uma série de parágrafos que se intitulariam algo como: “Como posso saber o que vou lhes

dizer?” Estou convencido de que, ao tomar conhecimento dessas confissões, inclusive os leitores que não são do ofício experimentariam um verdadeiro prazer intelectual. O espetáculo da busca, com seus sucessos e reveses, raramente entedia. É o tudo pronto que espalha o gelo e o tédio (Bloch, 2001, p. 83).

O texto de Marc Bloch é integrado na pesquisa como forma de situar nossa posição de pesquisador, em conformidade com nossa formação. Além disso, como o presente estudo é um estudo histórico, então, devemos tomar como referência teórica os pressupostos de um dos grandes referenciais em pesquisa histórica.

Para o presente capítulo, foram considerados os conceitos de Estado, neoliberalismo e trabalho docente como componentes de um eixo central para a compreensão e desenvolvimento do objeto de estudo. Ao longo deste capítulo, pretendemos explorar esses conceitos, fundamentados a partir de autores reconhecidos nos seus campos de estudo, concatenando com a produção e o contexto local sobre o tema.

3.1 Estado e neoliberalismo

O conceito de Estado é fundamental na teoria política e nas Ciências Sociais. O Estado é frequentemente caracterizado por um governo central, instituições burocráticas, leis codificadas e uma estrutura de poder hierárquica. O estudo do Estado envolve a análise de suas origens, evolução, funções, formas de governo, sistemas políticos e relações internacionais, entre outros aspectos. Além disso, a teoria política examina a legitimidade, a soberania e o contrato social como componentes fundamentais na compreensão do papel e da natureza do Estado nas sociedades humanas. Mesmo que não seja a pretensão deste estudo esgotar as discussões acerca desse conceito, a compreensão do Estado é essencial para o entendimento das estruturas de poder e governança em uma sociedade, perpassando, conseqüentemente, pelo campo da educação.

Norberto Bobbio, renomado filósofo político e jurista italiano, desenvolveu uma visão abrangente de Estado que reflete sua profunda compreensão das teorias políticas e do desenvolvimento histórico das instituições estatais. O Estado, para Bobbio, é uma instituição essencial na vida política, pois desempenha o papel fundamental de regular as relações entre os indivíduos e garantir a ordem e a justiça na sociedade.

O autor apresenta as teorias sociológicas do Estado, dentre as quais interessa a este estudo a teoria marxista. Sobre essa teoria, Bobbio (1987) afirma que, num primeiro plano, situam-se a base econômica e a superestrutura. As instituições políticas, ou seja, o próprio Estado, pertence a um segundo momento. As relações econômicas são, então, determinantes (Bobbio, 1987, p. 58).

Sobre base econômica e superestrutura, o professor Paro (2022, p. 224) faz a seguinte reflexão:

Modo de produção é a maneira como a sociedade se organiza (nos domínios da estrutura e da superestrutura) com base nas relações sociais de produção. Atente-se para o fato de que há certa correspondência necessária entre a estrutura econômica (com suas relações sociais de produção determinadas pela propriedade dos meios de produção e mediadas pelas forças produtivas) e a superestrutura jurídica, política e ideológica, que tem de dar conta das relações sociais que se dão no âmbito estrutural (Paro, 2022, p. 224).

Remetendo ao que se pretende com esta pesquisa, entendemos o Estado como definidor das políticas públicas e sociais, de acordo ou não com os desejos e necessidades reais da população. Conforme Behring e Boschetti (2009, p. 73), o liberalismo foi “filtrado” pelas elites brasileiras, de modo que a equidade passa a ser encarada como autossuficiência das classes dominantes, sem a incorporação das massas e com uma postura complacente em relação ao capital internacional.

[...] o Estado é visto como meio de internalizar os centros de decisão política e de institucionalizar o predomínio das elites nativas dominantes, numa forte confusão entre público e privado. Essas são, claramente, características perenes da nossa formação social. Então se o liberalismo trouxe, nos primórdios da formação do Estado nacional brasileiro, dividendos positivos, tais como uma mudança no horizonte cultural das elites ou a organização moderna dos poderes, não conseguiu dinamizar em toda a profundidade a construção de uma ordem nacional autônoma (Behring; Boschetti, 2009, p. 73).

Cabe destacar que o Estado é operado por pessoas influenciadas pelo meio em que vivem, pela organização social e economia vigente. No presente relatório, entendemos que a sociedade contemporânea está erguida sobre os pilares do neoliberalismo, um conceito de extrema importância para a compreensão do contexto em que está inserido o objeto de estudo.

O neoliberalismo é um conceito já muito abordado em diversos campos do conhecimento, mas que vem ganhando cada vez mais destaque nas pesquisas sobre educação. Isso se explica pelo fato de que, nas últimas décadas, o Brasil abraçou a agenda neoliberal, principalmente após o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, que implantou o que ficou conhecido como a reforma do Estado. Para alguns pesquisadores, trata-se do que se denomina Nova Gestão Pública (NGP); para outros, a abertura quase completa do Estado Brasileiro à agenda neoliberal internacional, realizada internamente pelas elites nacionais.

No debate acadêmico sobre as políticas educacionais e sua relação com a iniciativa privada, as pesquisadoras Dalila Andrade Oliveira e Thereza Adrião, referências teóricas que subsidiam esta pesquisa, oferecem interpretações com focos distintos sobre os impactos do neoliberalismo na educação pública. Oliveira, nas suas pesquisas, concentra sua análise na introdução da NGP e suas implicações para a gestão escolar e o trabalho docente. Adrião expande a discussão, ao argumentar que a privatização da educação se constitui como um processo mais profundo e estruturante. Essas abordagens, embora convergentes na crítica ao neoliberalismo, diferem em seus pontos de ênfase e alcance analítico.

Dalila Andrade Oliveira (2015) sustenta que a adoção da NGP representa uma reconfiguração profunda da administração pública, marcada pela incorporação de princípios de eficiência, *accountability* e meritocracia (oriundos da gestão empresarial) à educação.

De acordo com Demazière, Lessard e Morrissette (2013/12) a NGP não é uma entidade homogênea, mas resulta da sedimentação progressiva de novas maneiras de pensar a organização administrativa, a importação de práticas da administração privada, dos ensinamentos tirados da experimentação conduzida nos países anglo-saxões e de preconização de organismos internacionais tais como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Alguns de seus princípios podem ser observados nas reformas que ocorreram nas últimas décadas em diferentes contextos nacionais, sendo eles: a dissociação das funções de execução e controle; a fragmentação das burocracias e sua abertura às demandas e exigências dos usuários; a concorrência de atores públicos com o setor privado e a terceirização dos serviços; o reforço das responsabilidades e da autonomia dos níveis de execução da ação pública; a gestão por resultados e a contratação (os chamados contratos de gestão) fundadas na realização dos objetivos e da avaliação de desempenho; a normalização, via padronização, das práticas profissionais baseadas em evidências e em experimentos exemplares (Oliveira, 2015, p. 631).

Em termos práticos, isso se manifesta na imposição de avaliações padronizadas, controle por indicadores e na responsabilização dos profissionais da educação pelos resultados obtidos. Segundo Oliveira (2015), a NGP traz, de forma contraditória, uma resposta para as demandas dos movimentos sociais, como descentralização da gestão e ampliação do acesso à educação.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996 (LDB 9394/96) representou a culminância desse movimento contraditório, pois seu texto espelha ao mesmo tempo as demandas por maior democratização da educação com equidade social, refletindo a ampliação dos direitos sociais, garantindo a expansão da escolaridade e o reconhecimento à diferença, ao mesmo tempo em que reforça nova racionalidade escolar atribuindo centralidade aos processos de avaliação como mecanismo regulador e maior flexibilidade administrativa às escolas e ao sistema (Oliveira, 2015, p. 8).

Oliveira critica esse modelo por comprometer a autonomia docente, uma vez que o foco no desempenho e na eficiência administrativa frequentemente ignora as complexidades pedagógicas e contextuais que envolvem o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, para a autora, a NGP acentua a precarização do trabalho docente, ao inserir professores em uma lógica competitiva, precarizada e fortemente orientada por métricas gerenciais.

Entretanto, para Thereza Adrião, o fenômeno que Dalila Andrade Oliveira descreve como NGP deve ser entendido dentro de um processo mais amplo de privatização da educação. Adrião (2018) argumenta que a privatização, longe de ser apenas a adoção de modelos empresariais de gestão, implica a transferência gradual de responsabilidades educacionais do Estado para o setor privado. Essa privatização ocorre de maneira tanto direta quanto indireta: diretamente, por meio de parcerias público-privadas, terceirizações e concessões; e indiretamente, pela crescente influência de empresas e fundações privadas na formulação e implementação de políticas públicas. Para Adrião (2018), a privatização da educação compromete o caráter público e universal da educação, ao subordinar a escola pública aos interesses do mercado, transformando-a em um campo de acumulação de capital para grandes conglomerados educacionais e corporações que passam a influenciar diretamente as decisões políticas e educacionais.

Adrião (2018) nos traz três perspectivas sobre a privatização da educação: a privatização da gestão educacional, a privatização da gestão escolar e a privatização do currículo escolar. Para a autora, a primeira ocorre quando assessorias privadas ou corporações participam ou indicam a definição das prioridades educacionais. Argumenta, ainda, que esse processo de transferência da gestão educacional introduz uma ordenação de monitoramento sobre o trabalho pedagógico, gerando dados para “qualificar” a tomada de decisão e aprimorar os sistemas de ensino (Adrião, 2018, p. 19).

Já a privatização da gestão escolar, segundo a autora, consiste na transferência de escolas para mantenedoras particulares, por meio de parcerias público-privadas. Adrião (2018, p. 20) ressalta que são medidas que “[...] alteram o provedor da educação, do ente público para um provedor privado, custeado pelo primeiro”.

Já a privatização do currículo se dá de três formas, conforme aponta Adrião (2018). A primeira, pela revisão e organização do currículo a partir da correlação entre “conhecimentos, habilidades, valores e metacognição”. A segunda, quando os governos compram Sistemas Privados de Ensino (SPE). Segundo Adrião (2018, p. 21),

A disseminação dos SPE para as redes públicas inicia-se no Brasil em 1998, por grupos nacionais que ampliaram sua atuação no “mercado educacional” por meio da incorporação de escolas menores e do estabelecimento de franquias com escolas privadas e sistemas públicos para venda de seus “sistemas de ensino” [...] Em alguns casos foram comprados por corporações transnacionais como o ocorrido com o COC, adquirido pelo grupo inglês Pearson e o Sistema UNO adquirido pelo Grupo Prisa/Santillana.

A terceira forma de privatização dos currículos se dá no que a autora chama de “tecnologias educacionais”, com a “[...] oferta de livros, conteúdos digitais, acesso a plataformas e sistemas de informação para redes públicas e escolas privadas” (Adrião, 2018, p. 16). Ainda segundo a autora, esses produtos e recursos “[...] extrapolam inclusive as relações professor aluno na medida em que se estendem a tarefas de casa, agenda comunicação entre escola e famílias, etc.” (Adrião, 2018, p. 16).

Sobre os atores privados na educação brasileira, a autora destaca:

Um segundo aspecto a destacar refere-se aos atores privados que, no Brasil, passam a disputar o conteúdo das políticas educacionais, disputa que, com os cortes nos fundos públicos, o crescimento de concepções conservadoras e a liberalização econômica, tende a se acirrar. Entre esses atores, ganham destaque os filocapitalistas, segmentos privados que não ocultam seu interesse em lucrar diretamente com a atuação em áreas sociais e que, por essa razão, se diferenciam dos tradicionais “braços sociais” dos grupos empresariais, segmentos que atuam na franja da “responsabilidade empresarial” com a função estratégica de valorizar a marca/produto do grupo ao qual se associavam (Adrião, 2018, p. 22).

Entendemos, a partir da literatura até aqui abordada, que esse processo não só precariza o trabalho docente, como também transforma o direito à educação pública em uma mercadoria, a ser gerida por lógicas de mercado que atendem mais aos interesses corporativos do que aos princípios de equidade e justiça social.

Assim, há uma distinção importante entre as perspectivas de Oliveira e Adrião: enquanto a primeira foca na NGP como uma reorganização das práticas administrativas e de gestão dentro do sistema educacional público, Adrião amplia a análise para a mercantilização mais ampla da educação, incluindo a inserção do setor privado na formulação das políticas e na própria governança do sistema educacional, no movimento caracterizado como privatização da educação.

A permanência da lógica neoliberal na educação, destacada por ambas as abordagens, é um ponto de convergência. Tanto Oliveira quanto Adrião reconhecem que, independentemente do nível em que ocorra – seja na gestão interna das escolas ou na formulação de políticas públicas –, a educação tem sido cada vez mais moldada pela racionalidade de mercado, comprometendo seu caráter emancipatório. A privatização da educação, como defende Adrião, pode ser vista como um processo de mercantilização que aprofunda desigualdades, enfraquece o papel do Estado como garantidor do direito à educação e fragmenta a esfera pública. Ao mesmo tempo, a análise de Oliveira à Nova Gestão Pública evidencia como as reformas neoliberais redefinem o papel dos docentes, submetendo-os a uma lógica produtivista, em que a educação é medida por resultados imediatos e quantitativos.

Portanto, as discussões sobre a Nova Gestão Pública e a privatização da educação são partes de um mesmo fenômeno: a reconfiguração da educação pública sob a

égide do neoliberalismo. Seja pela implementação de modelos de gestão empresarial nas escolas, seja pela crescente participação do setor privado nas políticas educacionais, ambos processos convergem para a mercantilização do ensino e o desmonte da educação pública como um direito universal. As análises de Dalila Andrade Oliveira e Thereza Adrião oferecem contribuições fundamentais para a compreensão dessas transformações, cada uma trazendo à tona aspectos complementares e essenciais para o debate sobre os rumos da educação pública no Brasil.

Entretanto, cabe delimitar que, para o presente estudo, adotamos a perspectiva defendida por Adrião, por entender que a análise feita pela autora sobre os processos de privatização da educação abrange, de maneira mais ampla e coerente, o que se demonstra com o delinear da pesquisa. Esta pesquisa demonstra a presença da lógica neoliberal na gestão educacional da Sedu, não só com a inserção de atores privados na promoção de políticas educacionais, de currículo e de gestão educacional, mas também o entranhamento dessa lógica empresarial e mercadológica no cotidiano de funcionamento das escolas da Sedu. Considerando a política de rede, as determinações via portarias e comunicações internas da Sedu abrangem todas as escolas estaduais dos 78 municípios capixabas.

Nesse sentido, é necessário explicitar melhor as diversas faces do neoliberalismo, pois, por mais que seja um conceito muito debatido, não significa que sua compreensão seja simples. Alguns autores têm entendimentos diferentes sobre o tempo histórico de desenvolvimento do neoliberalismo e sobre a sua natureza – se de um Estado “mínimo” ou um Estado “forte”, interventor naquilo que interessa às classes dominantes.

Segundo Perry Anderson (1995, p. 9), neoliberalismo é uma reação teórica e política, pós-Segunda Guerra, contra o papel ativo do Estado na sociedade, o que representa uma limitação das ações econômicas e políticas do Estado. Para o autor, a política neoliberal perpassa governos com diferentes programas, de diferentes candidatos e aparentemente diferentes ideologias.

No início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se autoproclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal. O neoliberalismo havia começado tomando a socialdemocracia como sua inimiga central, em países de capitalismo avançado, provocando uma hostilidade recíproca por parte da socialdemocracia. Depois, os governos social-democratas se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais (Anderson, 1995, p. 130).

Insta salientar também que, conforme indica o professor Miguel Arroyo (2013, p. 660), a área da educação se revela um terreno favorável para a implementação de políticas totalitárias neoliberais, as quais foram responsáveis pelo desmantelamento de anos de construção de políticas democráticas que inseriram a educação no rol de direitos que devem ser garantidos pelo Estado. Nas palavras do professor: “Uma construção que se contrapunha ao uso e abuso do Estado, do público, da educação especificamente na ordem e no estilo patrimonialista e ao controle da esfera pública pelo jogo decisório fechado das classes dominantes” (Arroyo, 2013, p. 660).

Na obra intitulada “A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal” (Dardot; Laval, 2016), nos é apresentada uma análise histórica do neoliberalismo, demonstrando sua constituição para além de uma ideologia econômica ou política, ou seja, enquanto racionalidade que estrutura toda a sociedade.

Para os autores, o Colóquio de Walter Lippman, realizado em Paris, no ano de 1938, é o ponto de partida da construção do neoliberalismo. Esse congresso reuniu intelectuais liberais e foi organizado pelo filósofo francês Louis Rougier, visando à construção de um “novo liberalismo”, rejeitando o *laissez-faire*, que remetia ao capitalismo em crise no final da década de 1920 e 1930. Segundo os pesquisadores citados, a escolha dessa data também indica sob que ponto de vista se analisa o neoliberalismo.

A criação da Sociedade Mont-Pèlerin, em 1947, é citada com frequência, e erroneamente, como o registro de nascimento do neoliberalismo. Na realidade, o momento fundador do neoliberalismo situa-se antes, no Colóquio Walter Lippmann, realizado durante cinco dias em Paris, a partir de 26 de agosto de 1938, no âmbito do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (antecessor da Unesco), na rue Montpensier, no centro de Paris. A reunião de Paris distingue-se pela qualidade de seus participantes, que, na maioria, marcarão a história do pensamento e da política liberal dos países ocidentais após a guerra, quer se trate de Friedrich Hayek, Jacques Rueff, Raymond Aron, Wilhelm Röpke, quer se trate de Alexander von Rüstow. Escolher uma dessas duas datas como momento fundador não é indiferente,

como veremos adiante. A análise que se faz do neoliberalismo depende dessa escolha (Dardot; Laval, 2016, p. 71).

Conforme delineado pelos pesquisadores, o neoliberalismo não se limita a promover a privatização e a desregulamentação, mas também busca impor uma lógica de competição generalizada em todos os aspectos da vida social.

Como explicar a continuidade dessas políticas durante décadas? Sobretudo, como justificar que algumas dessas políticas tenham sido adotadas tanto pela “nova direita” quanto pela “esquerda moderna”? [...] Elas têm como principal característica o fato de alterar radicalmente o modo de exercício do poder governamental, assim como as referências doutrinárias no contexto de uma mudança das regras de funcionamento do capitalismo. Revelam uma subordinação a certo tipo de racionalidade política e social articulada à globalização e à financeirização do capitalismo. Em uma palavra, só há “grande virada” mediante a implantação geral de uma nova lógica normativa, capaz de incorporar e reorientar duradouramente políticas e comportamentos numa nova direção (Dardot; Laval, 2016, p. 188).

Os autores destacam, ainda, que o neoliberalismo se baseia em uma concepção particular de liberdade, que valoriza a autonomia individual e o mercado como a principal instituição reguladora da vida coletiva. Eles argumentam que essa visão de liberdade promove a despolitização da sociedade, enfraquecendo a capacidade do Estado de regular as desigualdades e promover o bem comum.

Cada sujeito foi levado a conceber-se e comportar-se, em todas as dimensões de sua vida, como um capital que devia valorizar-se: estudos universitários pagos, constituição de uma poupança individual para a aposentadoria, compra da casa própria e investimentos de longo prazo em títulos da bolsa são aspectos dessa “capitalização da vida individual” que, à medida que ganhava terreno na classe assalariada, erodia um pouco mais as lógicas de solidariedade (Dardot; Laval, 2016, p. 198).

Além disso, os autores enfatizam a importância do conceito de “governança” no neoliberalismo, que envolve a transferência de poder decisório para atores não estatais, como empresas e organizações não governamentais, em detrimento das instituições democráticas tradicionais.

O principal conceito do pensamento neoliberal alega que o Estado burocrático compromete as virtudes da sociedade civil, tais como a integridade, a valorização do trabalho bem-executado, o esforço individual, a civilidade e o patriotismo. Não é o mercado que mina a sociedade civil com sua busca por lucro, uma vez que ele

depende dessas virtudes para funcionar; é o Estado que enfraquece os fundamentos da moral individual (Dardot; Laval, 2016, p. 206).

Em uma obra mais recente, “A escolha da guerra civil – uma outra história do neoliberalismo” (Sauvêtre *et al.*, 2021), os autores ampliam sua análise sobre o neoliberalismo. Esse livro faz parte da produção do Grupo de Estudos sobre Neoliberalismo e Alternativas (Gena), descrito como “transdisciplinar e internacional”. Como explícito no título da obra, os pesquisadores defendem a tese de que o neoliberalismo, com utilização cada vez maior e evidente da repressão e violência, caracteriza um cenário de Guerra Civil.

Para que isso seja bem compreendido, convém, antes de tudo, retomar essa noção. Ela tem um sentido massivamente disseminado que opõe a guerra civil (como guerra interna) à guerra interestatal (como guerra externa). Em virtude dessa oposição, a guerra civil é a que se faz entre cidadãos de um mesmo Estado. Enquanto a guerra externa resulta de um direito ao qual todas as partes do conflito estão submetidas, a guerra intestina é relegada à esfera do não direito (Sauvêtre *et al.*, 2021, p. 23).

O marco que motivou a produção desse estudo foram as vitórias de Donald Trump, nos Estados Unidos, e de Jair Messias Bolsonaro, no Brasil. Portanto, os autores trazem também algumas reflexões sobre a realidade brasileira. Analisam que, de forma geral e internacional, um dos mecanismos de ação do neoliberalismo é o poder judiciário, com a criação de leis que garantam a ordem econômica e até mesmo a legalização de posturas autoritárias do Estado. É o caso do *impeachment* da presidenta Dilma Roussef, ou mesmo a perseguição jurídico-política impetrada ao presidente Luís Inácio Lula da Silva, liderada pelo então juiz Sérgio Moro, que posteriormente assumiu o Ministério da Justiça no governo Bolsonaro. Conforme os autores,

Ao longo dos mandatos presidenciais de Lula e Dilma Roussef, de 2003 a 2016, a autonomia do campo jurídico e da Polícia Federal aumentou ainda mais, até atingir um limiar de isolamento burocrático que lhes permitirá agir politicamente em seu próprio nome (Sauvêtre *et al.*, 2021, p. 275).

Sobre a ação do neoliberalismo na sociedade, os autores identificam a diferença entre o neoliberalismo clássico e o contemporâneo. Este se tornou atrativo para a população, inclusive para as classes proletárias, de modo que a lógica neoliberal

colocou considerável parcela da população em rota de colisão com seus próprios interesses (Sauvêtre *et al.*, 2021, p. 318).

Esse movimento de guinada de parte da população contra seus próprios interesses, graças a um nacionalismo exacerbado e à produção de bodes expiatórios internos e externos, tem a capacidade de deslocar o terreno do conflito para questões de valores, neutralizando os efeitos da cólera popular (Sauvêtre *et al.*, 2021, p. 318).

Na mesma obra, os autores apresentam aquilo que, para eles, seria a superação do neoliberalismo. O diagnóstico inicial é de que as esquerdas que chegaram aos governos não responderam à guerra neoliberal, mas, pelo contrário, apoiaram-na, com o abandono de políticas de igualdade social e econômica, em benefício das classes dominadas (Sauvêtre *et al.*, 2021, p. 326).

Para os autores, diante de tal cenário, a saída tem como pilares centrais a luta por igualdade e autogoverno democrático. A tarefa de uma “nova esquerda” seria a de formar unidade contra todas as formas de neoliberalismo, repelindo todo tipo de identitarismo, que os autores consideram como um elemento do neoliberalismo “progressista”, que o utiliza para fazer “clientelas eleitorais”. Consideram também a necessidade de “[...] tecer alianças entre o sindicalismo, a ecologia, o altermundialismo, o feminismo, o antirracismo”, fomentando “[...] conexões concretas entre as dimensões de combate por igualdade” (Sauvêtre *et al.*, 2021, p. 330).

Como instado anteriormente, não há um consenso estabelecido sobre o conceito do neoliberalismo, de forma que os estudiosos se posicionam de maneiras distintas, seja na interpretação desse conceito ou mesmo no seu recorte histórico. Dessa forma, esta pesquisa adota a tese defendida por Pierre Dardot e Cristian Laval como a mais adequada para a análise dos fenômenos que serão abordados.

Portanto, na esteira das reformas educacionais promovidas desde a virada do século, é perceptível a criação de sistemas baseados na lógica neoliberal de controle da atividade docente, por meio de avaliações, bonificações que se baseiam na frequência do professor e nos resultados de avaliações externas, como o Bônus Desempenho, no caso capixaba. Em muitos aspectos, essas medidas acabam por retirar direitos legítimos dos docentes, como bem aponta Rodriguez (2008, p. 55):

Tanto nos sistemas de ensino quanto na organização do trabalho dos professores, foram implementadas ações baseadas nas teorias da administração. O desempenho do trabalho docente foi considerado conforme a organização das empresas capitalistas que premiam o rendimento individual, colocando os professores em uma situação de concorrência com seus colegas e de relações trabalhistas caracterizadas por prêmio ou castigo, segundo os resultados obtidos nas escolas. Implantou-se o sistema de premiação, mediante a concessão de bolsas, incentivos e salários diferenciados, rompendo a isonomia salarial que, em muitos países, era um direito trabalhista consolidado.

Imaginando um cenário ideal, sob a ótica neoliberal, a educação pública seria completamente desmantelada, pois é sinônimo de ineficácia. Teríamos, então, um livre mercado da educação, pautado pela “qualidade” do ensino ofertado por cada escola. Com a distribuição de *vouchers*, o Estado poderia atender às famílias mais carentes, cumprindo o seu “papel social”. A privatização da educação, colocada em marcha no Brasil desde o final da década de 1990, variando em sua intensidade conforme o contexto histórico posterior, encontrou algum nível de resistência ao seu completo desmanche e entrega ao setor privado (Freitas, 2018, p. 34).

Dessa forma, no impedimento de instalar um amplo sistema de *vouchers*, restou promover a privatização por dentro das redes de ensino, ou combinar as duas estratégias. O método consiste em introduzir os parâmetros de funcionamento de uma empresa no interior do serviço público, desenvolver mecanismos de verificação e reconhecimento da qualidade (avaliações externas) e condicionar os recursos a metas de aumento da qualidade das redes e das escolas (Freitas, 2018, p. 34).

Sendo um movimento global, sua lógica é amparada e incentivada por organismos internacionais. Assim,

A expansão desse padrão de pensar e fazer educação, seja dentro de um país, seja ao redor do mundo, num cenário de globalização rentista e tecnológica, permitiu criar “escala de operação”, tornando os processos educativos mais atrativos aos investimentos transnacionais, à atuação de indústrias prestadoras de serviços dos países centrais, que podem ampliar sua operação também na periferia do sistema - reproduzindo o ciclo de colonização científica, cultural e tecnológica. Não por acaso, seu motor está localizado na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e em órgãos de financiamento internacional (BIRD e Banco Mundial) (Freitas, 2018, p. 39).

Adentrando no contexto da educação pública capixaba, a gestão neoliberal se intensificou nos últimos anos e também tem sido observada e estudada com atenção pelo meio acadêmico, que buscou se apropriar desse tema e aprofundar o debate sobre os problemas que afligem a educação no Estado do Espírito Santo. Segundo Oliveira e Lirio (2017, p. 286),

A matemática de Hartung é bem simples: fechar escolas e reduzir gastos, extinguir turnos, diminuindo assim o número de professores e funcionários em geral para que o governo possa dar a sua escola unitária e seletiva um verniz de qualidade e eficiência. Trata-se, nesse sentido, de maximizar a participação da iniciativa privada na educação, retirando do Estado a responsabilidade com a educação pública (Oliveira; Lirio, 2017, p. 286).

Como anteriormente exposto, entendemos que o modelo de gestão neoliberal já é parte da rotina da Sedu.

As reformas de caráter neoliberal que passaram a ser implementadas na Sedu podem ser observadas desde o primeiro governo de Paulo Hartung (2002-2010) e encontram o seu ápice em sua segunda passagem à frente do Executivo Estadual, no ano de 2015, com a criação do programa “Escola Viva”. Sobre isso, mencionam Oliveira e Lirio (2017, p. 289):

Sob o pretexto de modernizar a educação, Hartung passou a enquadrá-la dentro de seu pacote de ajuste da máquina pública, buscando, dessa forma, passar a imagem de que o governo quer uma educação de qualidade, sendo que, com base no observado desde o início do seu atual mandato, esse governo buscou apenas desenvolver um modelo homogêneo de educação no qual possa se minimizar ao máximo os custos, além de retirar do Estado a responsabilidade pela educação (Oliveira; Lirio, 2017, p. 289).

Nesse tópico, os autores Oliveira e Lirio (2017) apontam de forma precisa as ações praticadas pelo Executivo Estadual, especificamente do governo Paulo Hartung, que caracterizam o implemento da lógica neoliberal no setor educacional.

3.2 Trabalho docente

O trabalho docente e tudo aquilo que está relacionado a ele tem papel fundamental na formação da sociedade, na construção de sujeitos históricos conscientes de seu lugar no mundo, com uma visão crítica sobre a sociedade em que vivem e de que

forma podem promover mudanças desejadas. É notório que as reformas neoliberais na educação, promovidas no Brasil desde a década de 90, agravaram os desafios que a escola pública já enfrentava, sobrecarregando os sistemas de ensino com modelos de gestão empresarial, com alcance de metas e avaliação constante de resultados e pessoas, sob parâmetros discutíveis.

No Dicionário de Verbetes “Trabalho, Profissão e Condição Docente”, desenvolvido pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (Gestrado/UFMG), podemos encontrar alguns conceitos brevemente explicados.

No verbete sobre “Trabalho docente”, encontramos a defesa de que é aquele que consiste em todas as relações presentes em entidades educativas, indo muito além da sala de aula. Podemos considerar como docentes os professores, estagiários, monitores, diretores, coordenadores, entre outros. Esse trabalho não se restringe apenas à sala de aula, pois engloba outras tarefas próprias da educação (Oliveira, 2020).

O professor Victor Henrique Paro, em seu livro “O capital para educadores” (2022), sustenta que, para o capital, o trabalho do professor da escola pública é improdutivo. O trabalho produtivo é aquele que consegue produzir valor de uso, como um bem material ou imaterial. O trabalho do professor, nesse contexto, busca oportunizar ao estudante o apoderamento da cultura, constituindo sua originalidade humano-histórica (Paro, 2022, p. 157).

Dessa perspectiva, portanto, só pode ser produtivo o trabalho do professor da escola privada, em que haja a expectativa do lucro, sendo improdutivo o da escola pública. No primeiro caso, supõe-se que, ao aplicar seu dinheiro na compra da força de trabalho do professor, o proprietário da escola não tem como fim último o valor de uso a ser produzido, mas o acréscimo de valor que irá auferir com a venda desse valor de uso. Nesse caso, o professor produz mais-valia, portanto é considerado trabalhador produtivo que realiza trabalho produtivo. Já no sistema público de ensino, não há a produção de mais-valia, porque aí o dinheiro que remunera a força de trabalho não é aplicado como capital [...]. Não há produção de valor econômico, nem há, portanto, a produção de valor acrescentado ou mais-valia. Não se realiza, então, trabalho produtivo, e o professor não é trabalhador produtivo (Paro, 2022, p. 163).

Na mesma linha, o professor Michael W. Apple, em seu livro “Para além da lógica do mercado: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo” (2005), apresenta importantes contribuições para a discussão acerca da relação entre educação e neoliberalismo. Mesmo falando sobre a realidade dos Estados Unidos, é possível compreender e perceber as semelhanças entre fenômenos neoliberais a nível global, inclusive sendo essa uma tese defendida por ele.

A estranha combinação de mercantilização, por um lado, e centralização do controle, por outro, não só não está ocorrendo apenas na educação, bem como não está acontecendo somente nos Estados Unidos. Trata-se de um fenômeno mundial (Apple, 2005, p. 30).

Para Apple (2005), há um corpo burocrático governamental, formado por servidores públicos de classe média, que se dispõe a pensar e executar os mecanismos de gerenciamento propostos pelo mercado.

[...] boa parte da gênese e do apoio às políticas de modernização conservadoras e, especialmente, à necessidade constante de auditorias, de produção de “evidência”, de racionalização e de estandardização, tanto no trabalho como no conhecimento, advém não apenas do capital e de seus aliados neoliberais do governo, mas de uma fração específica da nova classe média gerencial e profissional (Bernstein, 1996; Apple, 2001). Esta fração da nova classe média profissional ganha sua mobilidade no Estado e na economia baseada no uso de especialidade técnica. Essas pessoas, com experiência em gerenciamento e técnicas eficientes, fornecem o apoio técnico e “profissional” para responsabilidade, mensuração, “controle de produto” e testagem que é exigida pelos financiadores de políticas neoliberais de mercantilização e políticas neoconservadores de um controle central mais rígido na educação (Apple, 2005, p. 51-52).

Ainda segundo o autor, a investida contra os funcionários públicos foi muito além da perda dos empregos e deterioração das condições de trabalho. Ela provocou, também, uma crise de identidade em gerentes e funcionários públicos, que colocaram em xeque suas competências e capacidades de atender à sociedade (Apple, 2005, p. 54).

Esse é um dos pontos da análise que nos chama atenção para o objeto de estudo. De fato, o corpo técnico da Sedu e das Superintendências Regionais é composto, em boa parte, ao menos nos cargos efetivos, por professores e pedagogos, que um dia já estiveram no “chão” de escola, cientes de todas as demandas e angústias por parte dos demais colegas docentes. Partindo do pressuposto de que compartilhavam das

mesmas angústias, é de se espantar que desempenhem as funções que produzem essas inquietudes.

É um cenário que parece corroborar a ideia de que o neoliberalismo atua diretamente nos conflitos sociais e na estrutura psíquica dos indivíduos, constituindo-se muito mais do que um modelo econômico, mas uma complexa engenharia social (Safatle, 2022, p. 24-25).

Ou seja, tratava-se de passar do social ao psíquico e levar sujeitos a não se verem mais como portadores e mobilizadores de conflitos estruturais, mas como operadores de performance, otimizadores de marcadores não problematizados. Para tanto, seria necessário que a própria noção de conflito desaparecesse do horizonte de constituição da estrutura psíquica, que uma subjetividade própria a um esportista preocupado com performances se generalizar, e para isso a mobilização de processos de internalização disciplinar de pressupostos morais era fundamental (Safatle, 2022, p. 27).

No mesmo sentido, é possível afirmar que a partir da reforma do Estado, com a eliminação de direitos sociais e derrubando a proteção social, o neoliberalismo torna o trabalhador desprotegido, sendo obrigado a aceitar as imposições do mercado (Freitas, 2018, p. 24).

4 CAMINHOS DA PESQUISA: ANÁLISE DOCUMENTAL E REFLEXÃO CRÍTICA

Em contato com a bibliografia já produzida sobre metodologia, é interessante notarmos o quanto autores, especialistas ou não na área, chamam a atenção para a importância e o cuidado que o pesquisador deve ter com a metodologia adotada. Afinal, não é tarefa fácil desenhar o percurso metodológico mais adequado ao objetivo proposto pelo trabalho a ser desenvolvido. Dessa forma, a metodologia constitui parte central de qualquer pesquisa.

Tendo como objeto de estudo o trabalho docente e levando em conta a precarização do trabalho a partir da introdução de lógicas de gestão privada na Sedu, considerando o contexto da presente pesquisa e também nossa formação, optamos por um procedimento estruturado em análise bibliográfica e, principalmente, pesquisa documental. Nesse sentido, Gil (2019, p. 18) destaca que

O que geralmente o pesquisador busca é o estabelecimento de relações assimétricas entre variáveis. As relações assimétricas indicam que os fenômenos não são independentes entre si (relações simétricas) e não se relacionam mutuamente (relações recíprocas), mas que um exerce influência sobre o outro.

Isto é, esta pesquisa pretende demonstrar que a lógica de gestão privada adotada pela Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo está diretamente relacionada à precarização do trabalho docente nesta Rede Estadual de Ensino, além de evidenciar os mecanismos burocráticos que constituem essa política por parte da gestão estadual.

4.1 Caracterização e contextualização do estudo

Com base no exposto, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa e natureza exploratório-descritiva, ancorada nos pressupostos teóricos-metodológicos. Para Gil (2019, p. 28), a pesquisa bibliográfica compreende a análise de estudos já divulgados, incluindo um arcabouço de materiais diversos, como jornais, revistas, artigos acadêmicos, livros, entre outros, com o objetivo de “[...] permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (Gil, 2019, p. 28).

Conforme Grazziotin, Klaus e Pereira (2022), o processo de pesquisa bibliográfica pode ser subdividido em cinco fases. Na primeira etapa, é realizada a coleta de obras relacionadas ao tema de investigação, incluindo uma avaliação da relevância de cada texto selecionado. A segunda fase envolve a análise crítica de cada obra, mediante uma leitura exploratória e analítica. A terceira etapa se concentra na análise detalhada de cada texto, seguindo um roteiro predefinido. Após a elaboração desses roteiros, a quarta fase da pesquisa é dedicada à criação de um quadro analítico, que tem como objetivo organizar, sistematizar e destacar as peculiaridades de cada pesquisador ou obra. Por fim, a quinta etapa engloba a elaboração de um mapa conceitual.

Já a pesquisa documental se diferencia da pesquisa bibliográfica na medida em que se atém a diversos documentos com finalidades variadas, como memorandos, autorizações, portarias, comunicações internas, leis, entre outros. Lüdke e André (2020, p. 45) explicam que o exame de documentos tem como finalidade reconhecer dados concretos que sejam pertinentes à pesquisa. Contudo, “[...] não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto” (Lüdke, André, 2020, p. 45).

No trabalho desenvolvido, utilizamos documentos oficiais e técnicos no âmbito estadual, os quais forneceram a base da análise documental. Fazendo uso da metodologia de análise de conteúdo, conforme Lüdke e André (2020, p. 48), buscaremos interpretar os aspectos políticos, sociais e laborais presentes nos documentos.

Ainda no tocante à diferenciação entre a pesquisa documental e bibliográfica, Lima Junior *et al.* (2021, p. 42) apontam que

A pesquisa documental não pode e nem deve ser confundida com pesquisa bibliográfica. A utilização do documento nesses dois tipos de pesquisa faz com que elas sejam vistas como iguais, no entanto, elas se divergem quanto à fonte dos documentos, pois a pesquisa bibliográfica tem como foco documentos já com tratamento analítico, na maior parte das vezes publicadas na forma de livros ou artigos.

A escolha da metodologia que será utilizada se deu sob nossas condições de trabalho e produção, assim como nossa formação inicial, o que influencia a forma de ver o mundo, pensar o objeto de pesquisa e, conseqüentemente, a metodologia para o desenvolvimento da pesquisa. Nessa linha, Ludke e André (2020) afirmam que a pesquisa traz consigo a carga de valores e princípios que orientam o pesquisador, que faz parte de um determinado tempo e determinada coletividade.

Assim, a sua visão de mundo, os pontos de partida, os fundamentos para a compreensão e explicação desse mundo influenciarão a maneira como ele propõe suas pesquisas ou, em outras palavras, os pressupostos que orientam seu pensamento vão também nortear sua abordagem de pesquisa (Ludke; André, 2020, p. 3).

4.2 A coleta dos dados

A coleta dos dados foi feita de duas formas: por meio de revisão bibliográfica e também da análise dos documentos oficiais elaborados pela Sedu ou outros órgãos do Governo Estadual, mas que se relacionam com o objeto de estudo. A revisão bibliográfica já foi em grande parte desenvolvida no primeiro capítulo, com a revisão de literatura produzida sobre o tema. Para além disso, outras fontes compõem os dados da pesquisa, como matérias em jornais de circulação local e nacional, por meios físicos ou eletrônicos, publicações em *sites* e redes sociais. Os documentos aqui citados são Portarias, Ofícios, Projetos de Lei e Emendas à Constituição Estadual. Enfim, documentos oficiais do governo do Estado que pautam tanto as ações de gerenciamento da Sedu quanto as políticas públicas implementadas pelo governo.

O procedimento de análise documental é aquele em que o pesquisador não participa diretamente da construção das informações e dos dados analisados no decorrer da pesquisa — excetuando-se o contexto da História Oral. Cabe ao procedimento de análise documental, entretanto, circunscrever o que será considerado documento e com que arcabouço epistemológico realizará sua abordagem (Grazziotin; Klaus; Pereira, 2022, p. 6).

Foram analisadas a Lei Complementar nº 504 de 2011, que estrutura o “Projeto Bônus Desempenho”, e todas as modificações que foram feitas nela ao longo desses anos.

Também foram analisadas a Lei Complementar nº 799 de 2015, que cria o programa “Escola Viva”, e suas modificações ao longo dos anos, assim como as atas taquigráficas das Comissões de Educação e Ciência e Tecnologia, que apreciaram o projeto na casa de leis estadual. Outro objeto de análise foi a Lei Complementar nº. 928, de 25 de novembro de 2019, que implementou o Programa Escola de Tempo Integral no Estado, em substituição ao programa “Escola Viva”. Além disso, analisamos publicações em jornais e portais eletrônicos, dentre outros documentos que serão demonstrados a seguir.

No *site* da Secretaria Estadual de Educação, por meio das abas disponíveis, podemos encontrar termos referentes a “Legislação” e “Portarias”, por onde tivemos acesso à parte da legislação analisada. Com um breve levantamento, foi elaborado o Quadro 1 que segue.

Quadro 1 - Legislações consultadas

(continua)

Tipo de documento	Denominação	Emissor do documento	Síntese do conteúdo
Portaria	Portaria nº 113-R, de 16 de maio de 2022	Secretaria de Estado da Educação	Estabelece o valor do Indicador de Desenvolvimento das Escolas Estaduais do Espírito Santo (IDE) e do Índice de Merecimento da Unidade (IMU).
	Portaria nº 154-R, de 17 de dezembro de 2020	Secretaria de Estado da Educação	Disciplina as atribuições dos profissionais que compõem a equipe técnico-pedagógica das unidades escolares públicas estaduais.
	Portaria nº 034-R, de 16 de fevereiro de 2018	Secretaria de Estado da Educação	Estabelece perfis e atribuições dos profissionais que compõem a equipe técnico-pedagógica das unidades escolares públicas estaduais.
Lei complementar	Lei Complementar nº 1.021, de 25 de novembro de 2022	Governo do Estado do Espírito Santo	Altera a redação do art. 4º da Lei Complementar nº 504, de 20 de novembro de 2009.
	Lei Complementar nº 809, de 23 de setembro de 2015	Governo do Estado do Espírito Santo	Dispõe sobre a contratação por tempo determinado pelo Estado do Espírito Santo para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
	Lei Complementar nº 115, de 13 de janeiro de 1998	Governo do Estado do Espírito Santo	Institui o Estatuto do Magistério Público Estadual.
	Lei Complementar nº 928, de 25 de novembro de 2019	Governo do Estado do Espírito Santo	Estabelece diretrizes para a oferta de Educação em Tempo Integral nas Escolas Públicas Estaduais.
	Lei Complementar nº 799, de 12 de junho de 2015.	Governo do Estado do Espírito Santo	Cria o Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único.

Quadro 1 – Legislações consultadas

(conclusão)

Tipo de documento	Denominação	Emissor do documento	Síntese do conteúdo
Lei ordinária	Lei nº 504, de 23 de novembro de 2009	Governo do Estado do Espírito Santo	Institui a Bonificação por Desempenho, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação (Sedu).
	Lei nº 9.871, de 09 de julho de 2012	Governo do Estado do Espírito Santo	Regula o acesso a informações previsto no inciso II do § 4º do artigo 32 da Constituição do Estado do Espírito Santo.
	Lei nº 5.580, de 13 de janeiro de 1998	Governo do Estado do Espírito Santo	Institui o Plano de Carreira e Vencimentos do Magistério Público Estadual do Espírito Santo.
Decreto	Decreto 4.883-R, de 11 de maio de 2021	Governo do Estado do Espírito Santo	Regulamenta a Lei nº 11.259.
	Decreto nº 3.949-R, de 26 de fevereiro de 2016	Governo do Estado do Espírito Santo	Altera o Decreto nº 2.761-R, de 31/05/2011, que regulamenta concessão da Bonificação por Desempenho, instituída pela Lei Complementar nº 504, de 20/11//2009.
	Decreto nº 2.761-R, de 31 de maio de 2011	Governo do Estado do Espírito Santo	Regulamenta concessão da Bonificação por Desempenho para os profissionais em efetivo exercício, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, instituída pela Lei Complementar nº 504, de 20 de novembro de 2009.

Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

No mesmo sentido, foi feito um levantamento das parcerias de gestão entre a Sedu e institutos privados de educação, no mesmo recorte histórico a que se propõe a pesquisa, do ano de 2015 ao ano de 2022. Importante também o resgate das Portarias e Comunicações Internas (CIs), dentro desse recorte histórico, que buscaram reorganizar o trabalho docente nas escolas, com atribuições diversas, além de implementarem mecanismos de vigilância e coerção.

Os documentos aqui citados, bem como outros que foram incorporados no decorrer da pesquisa, fornecem a base para análise do objeto de estudo, subsidiando o trabalho do pesquisador na discussão das hipóteses já levantadas. A escolha do levantamento bibliográfico e dos documentos segue a proposta do recorte histórico e temático da pesquisa, aproximando-se daquilo que pretendemos discutir.

Para o tratamento desses dados, foi empregada a metodologia de análise de conteúdo, que é uma metodologia de pesquisa amplamente utilizada. Seu propósito central é examinar materiais textuais, como entrevistas, discursos, documentos e

outros tipos de texto, de maneira sistemática e rigorosa. Essa abordagem permite a extração de significados, identificação de padrões e obtenção de *insights* organizados a partir do conteúdo analisado.

Pode-se dizer que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de exploração de documentos, que procura identificar os principais conceitos ou os principais temas abordados em um determinado texto. Ela começa, geralmente, por uma leitura flutuante por meio da qual o pesquisador, num trabalho gradual de apropriação do texto, estabelece várias idas e vindas entre o documento analisado e as suas próprias anotações, até que comecem a emergir os contornos de suas primeiras unidades de sentido. Estas unidades de sentido - palavras, conjunto de palavras formando uma locução ou temas são definidas passo a passo e guiam o pesquisador na busca das informações contidas no texto (Oliveira; Freire; Mussis, 2003, p. 5).

Tanto a análise de conteúdo quanto a análise documental se entrelaçam, conforme afirma Bardin (2020, p. 47):

O que é a análise documental? Podemos defini-la como uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência [...] O propósito a atingir é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo).

Segundo Bardin (2020), mesmo com a semelhança de metodologias, há diferenças elementares. A análise documental é a reprodução compacta da informação, enquanto a análise de conteúdo é o manejo de mensagens para “[...] evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem” (Bardin, 2020, p. 48).

A análise de conteúdo apresenta um modelo experimental claramente delineado, baseado em uma abordagem voltada para a compreensão do objeto de estudo. Para alcançar esse objetivo, faz uso de modelos que asseguram uma interpretação formal dos resultados, permitindo espaço para a criatividade, porém sem comprometer o princípio da reprodutibilidade e da transparência das condições experimentais. Embora não seja um método infalível, a análise de conteúdo se estabelece como um procedimento confiável para identificar os principais elementos de um texto.

Aqui foi apresentado o método empregado ao longo deste trabalho, de forma que proporcione os melhores resultados para a pesquisa.

5 REPERCUSSÕES DO NEOLIBERALISMO NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (2015-2022)

5.1 Delineamento de algumas instituições privadas na Secretaria Estadual de Educação

Apresentamos, a seguir, um quadro (Quadro 2) contendo um levantamento das principais instituições privadas que possuem algum tipo de relação estabelecida com a Sedu, no contexto do recorte histórico proposto pelo presente estudo. Como afirma Adrião (2018, p. 9),

[...] acredita-se que a adoção de expressões como parceria público-privada, ainda que adotadas em outros trabalhos, mais sirvam ao acobertamento dos processos em análise do que a explicá-los. A começar pelo fato de não se tratar de relação colaborativa entre setores que atuariam horizontalmente, como à primeira vista o termo “parceria” pode indicar. Tampouco se trata de formas específicas de privatização sugeridas pelo Banco Mundial (BM), as quais no Brasil foram reguladas pela Lei Federal nº. 11.079 de 30/12/04. Trata-se de processos pelos quais a educação pública brasileira, entendida como aquela financiada e gerida pelo Poder Público, conforme indicado na Lei de Diretrizes e Bases – Nº 9394/1996, subordina-se formal e concretamente ao setor privado com fins de lucro.

Cabe destacar que esse levantamento e delineamento foram limitados pela dificuldade de acesso à informação pelos meios oficiais, como Portal da Transparência, *site* oficial da Sedu e Diário Oficial. Um levantamento robusto e completo, considerando as condições de pesquisa, demonstrou-se inviável. Por isso, são apresentadas as instituições que consideramos com mais preponderância na rede, de forma que atravessam cotidianamente o trabalho docente.

Quadro 2 - Principais instituições privadas com atuação junto à Sedu

(continua)

AGENTES PRIVADOS	DENOMINAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	INSTRUMENTO N°/ANO	OBJETO	VIGÊNCIA
Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE)	Instituto	Associação Privada	Não encontrado		
Instituto Unibanco	Instituto	Associação Privada	Acordo de Cooperação n° 064/2021	Realização de parceria entre a Secretaria de Estado da Educação e o Instituto Unibanco para execução da metodologia de Gestão Educacional para o Avanço Contínuo da Educação, voltada a ampliar a permanência e melhorar os resultados de aprendizagem dos estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio em todas as suas modalidades na Rede Estadual de Ensino e apoio técnico na consolidação do Circuito de Gestão das Regionais e da Unidade Central.	03/09/2021 a 31/09/2024
			Acordo de Cooperação n° 118/2018	Mútua colaboração entre os partícipes, a fim de possibilitar a continuidade da implementação e o desenvolvimento pela Sedu, com o auxílio do Instituto, de Estratégia de Gestão para Resultados de Aprendizagem (doravante denominada "Projeto") que visa ampliar capacidades e competências institucionais, coletivas e individuais no campo da gestão escolar e educacional para melhorar a qualidade do Ensino Médio nas escolas públicas do Estado do Espírito Santo, bem como contribuir para o resultado a ser alcançado pela Sedu na diminuição dos índices de evasão escolar, por meio de apoio técnico pedagógico às unidades escolares, às unidades regionais e à unidade central, conforme o Plano de Trabalho que consta no Anexo I deste Acordo de Cooperação.	28/12/2018 a 31/12/2022
			Termo de Cooperação Técnica n° 027/2015	União de esforços entre os partícipes para viabilizar o "Programa Jovem de Futuro" para transferência de metodologia de gestão escolar voltada para resultados	03/12/2015 a dezembro/2018

Quadro 2 - Principais instituições privadas com atuação junto à Sedu

(continua)

AGENTES PRIVADOS	DENOMINAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	INSTRUMENTO Nº/ANO	OBJETO	VIGÊNCIA
				de aprendizagem e equidade a ser implantada nas escolas de ensino médio da rede pública estadual.	
Instituto Ayrton Senna	Instituto	Associação Privada	Acordo de Cooperação nº 113/2017	Firmar o Acordo de Cooperação para a formalização da parceria entre a Secretaria de Estado da Educação e o Instituto Ayrton Senna, para a celebração de parceria para prestação de assessoria técnica na incorporação da educação socioemocional à política educacional na rede pública do estado, incluindo, entre as atividades a serem realizadas, workshop, oficinas, palestras, rodas de conversa e documentos a serem produzidos.	29/12/2017 a 31/01/2019
Fundação Telefônica Vivo	Fundação	Fundação Privada	Acordo de Cooperação nº 029/2022	Cooperação entre a Sedu e a Fundação Telefônica para a oferta piloto de 80 (oitenta) vagas no curso técnico de nível médio em Ciência de Dados, em caráter experimental, com carga horária mínima de 1200h organizados em 03 módulos semestrais de 400h cada, destinado a estudantes matriculados na 1ª e/ou 2ª série do Ensino Médio regular, com formação aos docentes que atuarão no referido curso técnico.	13/04/2022 a 30/11/2024
			Acordo de Cooperação nº 086/2021	Cooperação entre a Sedu e a Fundação Telefônica para a implementação do Programa Pense Grande, visando ao desenvolvimento de formação para 150 professores da Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo em três eletivas de Tecnologias Digitais, a saber: Programação em Blocos, Robótica Sustentável e Narrativas Digitais.	31/12/2021 a 21/12/2022
			Acordo de Cooperação nº 002/2019	Mútua colaboração entre os partícipes para realização das Oficinas de Sensibilização Pense Grande no Estado do Espírito Santo.	18/09/2019 a 18/09/2021
			Acordo de Cooperação nº 070/2018	Desenvolver ações de formação e inovação para os profissionais da educação, de contextos urbanos e rurais, na área de tecnologia educacional, por meio de formações presenciais (Inova Escola) e de plataformas	02/07/2018 a 02/07/2020

Quadro 2 - Principais instituições privadas com atuação junto à Sedu

(continua)

AGENTES PRIVADOS	DENOMINAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	INSTRUMENTO Nº/ANO	OBJETO	VIGÊNCIA
				de ensino on-line, tais como a Plataforma de cursos da Fundação Telefônica Vivo: Escolas Conectadas.	
			Termo de Cooperação Técnica nº 026/2016	Implementar e disponibilizar a plataforma Escola Digital na Rede Estadual de Educação do Espírito Santo, a fim de oferecer recursos digitais e oportunizar a produção e publicação dos materiais produzidos por professores de toda a rede.	Data da assinatura 31/12/2018
Espírito Santo em Ação	ONG	Associação Privada	Não encontrado		
Instituto Natura	Instituto	Associação Privada	Acordo de Cooperação nº 010/2021	Desenvolvimento de ações efetivas, visando à melhoria da aprendizagem dos estudantes durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase na alfabetização de crianças.	22/07/2021 a 31/12/2023
			Acordo de Cooperação nº 056/2021	Mútua colaboração entre os partícipes na identificação e a implementação de ações e de projetos que contribuam no âmbito de Projeto para mitigar os impactos da Covid-19 nas Redes de Educação Pública do Estado do Espírito Santo.	18/08/2021 a 18/05/2022
			Termo de Cooperação Técnica nº 023/2016	Implementar e disponibilizar a plataforma Escola Digital na Rede Estadual de Educação do Espírito Santo, a fim de oferecer recursos digitais e oportunizar a produção e publicação dos materiais produzidos por professores de toda a rede.	Data da assinatura a 31/12/2018
Instituto Sonho Grande	Instituto	Associação Privada	Acordo de Cooperação nº 106/2020	Apoiar o desenvolvimento de um conjunto de atividades que auxiliem o estado no aperfeiçoamento de instrumentos e mecanismos através de avaliações de programas da Rede Pública de Ensino.	12/11/2020 a 30/11/2023

Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

Para melhor compreensão do quadro apresentado, entendemos ser pertinente realizar uma explanação acerca dos aspectos jurídicos concernentes à natureza jurídica dos agentes privados acima citados.

A Lei nº 10.406/2002, popularmente conhecida como Código Civil Brasileiro (CCB), traz, no Título II, a normatização referente às pessoas jurídicas. Já no primeiro artigo que o inicia, art. 40, classifica-as em pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. Segundo Gonçalves (2016, p. 235-236), tal classificação considera a função ou esfera de sua atuação: as pessoas jurídicas de direito público, divididas, ainda, em de direito público externo e interno, são, respectivamente, os Estados estrangeiros e organismos internacionais e as compreendidas na administração direta (entes federativos e demais órgãos) e indireta (autarquias, fundações públicas e entidades de caráter público criadas por legislação própria). Já as pessoas jurídicas de direito privado compreendem as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas e os partidos políticos.

Para saber a natureza jurídica dos agentes privados indicados no Quadro 2, basta acessar o sítio eletrônico disponibilizado pela Receita Federal do Brasil e emitir o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral da pessoa jurídica⁸, a partir do número de Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), no qual consta o campo “descrição da natureza jurídica”. Após realizar a referida consulta dos agentes ali citados, foi possível verificar que, à exceção da Fundação Telefônica, a qual possui natureza jurídica de fundação privada, todo o restante se caracteriza como associação privada.

Verificamos, assim, que apenas dois tipos de pessoas jurídicas de direito privado fazem parte do contexto analisado: as associações e as fundações.

O CCB, em seu art. 53, dispõe que “Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”. Quanto ao termo “econômico”,

⁸ Disponível em: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp

Tartuce (2021, p. 272) explica que “[...] as associações, pela previsão legal, são conjuntos de pessoas, com fins determinados, que não sejam lucrativos. Assim deve ser entendida a expressão ‘fins não econômicos’”. O autor prossegue citando que atividade econômica pode ser compreendida como atividade produtiva ou atividade lucrativa, sendo que, no caso das associações, é possível realizar atividade produtiva, mas não a lucrativa.

As associações são, portanto, formadas pela reunião de pessoas para consecução de objetivos que não visem a lucro para a entidade. O ato constitutivo das associações é o estatuto, cujos requisitos são elencados no art. 54 do CCB. Dentre eles, estão: a especificação dos fins a que se destina a associação, forma de admissão e exclusão dos associados, seus direitos e deveres, fontes de recursos para a manutenção da associação, etc.

Já as fundações, como ensina Gonçalves (2016, p. 244), “[...] constituem um acervo de bens, que recebe personalidade jurídica para a realização de fins determinados, de interesse público”. Para o autor, a fundação é composta de dois elementos principais, sendo eles o acervo patrimonial e o fim a que se destina. Ou seja, diferentemente das associações, que se formam por uma união de pessoas, as fundações são constituídas a partir de um patrimônio.

Quanto aos seus fins, a lei os elenca de forma expressa no CCB:

Art. 62. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

Parágrafo único. A fundação somente poderá constituir-se para fins de: (Redação dada pela Lei nº 13.151, de 2015)

I – assistência social; (Incluído pela Lei nº 13.151, de 2015)

II – cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; (Incluído pela Lei nº 13.151, de 2015)

III – educação; (Incluído pela Lei nº 13.151, de 2015)

IV – saúde; (Incluído pela Lei nº 13.151, de 2015)

V – segurança alimentar e nutricional; (Incluído pela Lei nº 13.151, de 2015)

VI – defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; (Incluído pela Lei nº 13.151, de 2015)

VII – pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos; (Incluído pela Lei nº 13.151, de 2015)

VIII – promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos; (Incluído pela Lei nº 13.151, de 2015)
 IX – atividades religiosas; e (Incluído pela Lei nº 13.151, de 2015)
 X – (VETADO). (Incluído pela Lei nº 13.151, de 2015)

A doutrina, contudo, entende tratar-se de rol exemplificativo, isto é, os fins citados pela norma jurídica não se exaurem ali, podendo as fundações se destinarem a outros fins, sob a condição de que não tenham caráter lucrativo, mas sim social, de interesse público (Gonçalves, 2016, p. 245).

É válido destacar que o art. 66 do CCB prevê a atuação do Ministério Público sobre as fundações:

Pelo seu interesse social, há necessidade de os administradores prestarem contas ao Ministério Público. Nas fundações não existem sócios propriamente ditos, pois o conjunto é de bens e não de pessoas. Como se pode notar, as fundações são sempre supervisionadas pelo Ministério Público, que atua como fiscal da lei por intermédio da curadoria das fundações; devendo esse órgão zelar pela sua constituição e pelo seu funcionamento (art. 66 do CC) (Tartuce, 2021, p. 283).

Nesse sentido, citamos, por exemplo, a obrigação de remeter, para aprovação do Ministério Público, qualquer alteração que venha a ser promovida no estatuto da fundação (art. 67, CCB).

Ante o exposto, voltando à análise do Quadro 2, as pessoas jurídicas de direito privado ali elencadas, ainda que constem em sua denominação “Instituto” ou “ONGs”, são classificadas e diferenciadas pela legislação não por tal designação, mas sim por sua natureza jurídica, sendo associações e fundações privadas. Dessa forma, um “Instituto” pode assumir natureza jurídica de associação ou de fundação. De toda sorte, todas se direcionam à realização de fins não lucrativos, mas sociais.

A Fundação Telefônica Vivo, inclusive, aborda tal discussão em seu sítio eletrônico:

Todas estas denominações referem-se a entidades de natureza privada sem fins lucrativos, que juridicamente são sempre associações ou fundações. Estas associações ou fundações, conforme o caso, podem pleitear a obtenção de determinados títulos ou qualificações do Poder Público. No entanto, sob o aspecto jurídico, a entidade é sempre uma associação ou fundação. [...]

ONG, organização, entidade ou instituição da sociedade civil, será sempre – em termos jurídicos – uma associação ou uma fundação. A escolha fica a critério daqueles que a estabelecem mas, inexistindo bens para a dotação de um patrimônio inicial, a criação de uma fundação torna-se impossível. É por essa razão que pequenas e médias ONGs, grupos de apoio e pesquisa, grupos comunitários, etc., em geral são constituídos como associações. Entidades financiadoras, grandes instituições educacionais, grupos fomentadores de projetos e pesquisas, contrariamente, são em geral organizados como fundações (Telefônica Vivo, 2016).

O artigo “ONG, Instituição, Fundação, Entidade: semelhanças e diferenças” (Telefônica Vivo, 2016) aponta, além disso, que tais denominações se referem a formas de autodenominação, isto é, sem vinculação com a natureza da pessoa jurídica. Assim, “[...] usualmente, vemos o termo ‘instituto’ associado a entidades dedicadas à educação e pesquisa ou à produção científica” e que, por ONGs, entende-se o “[...] agrupamento de pessoas, estruturado sob a forma de uma instituição da sociedade civil, que se declara sem fins lucrativos, tendo como objetivo lutar por causas coletivas e/ou apoiá-las” (Telefônica Vivo, 2016).

Mais especificamente no contexto desta pesquisa, foram relacionadas as atividades dessas pessoas jurídicas voltadas para a área da educação junto à Secretaria de Educação do Espírito Santo, dentro do recorte histórico proposto. Nesse sentido, quando assim atuam, é possível dizer que tais agentes privados integram o terceiro setor, o qual, na lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2017, p. 679),

[...] é composto por entidades da sociedade civil de fins públicos e não lucrativos; esse terceiro setor coexiste com o primeiro setor, que é o Estado, e o segundo setor, que é o mercado. Na realidade, ele caracteriza-se por prestar atividade de interesse público, por iniciativa privada, sem fins lucrativos; precisamente pelo interesse público da atividade, recebe proteção e, em muitos casos, ajuda por parte do Estado, dentro da atividade de fomento; para receber essa ajuda tem que atender a determinados requisitos impostos por lei que variam de um caso para outro; uma vez preenchidos os requisitos, a entidade recebe um título, como o de utilidade pública, o certificado de fins filantrópicos, a qualificação de organização social.

Não obstante, em que pese serem amplamente divulgadas e noticiadas ao longo dos anos pela mídia capixaba e pelos canais oficiais de comunicação do Governo do Estado as parcerias entre a Sedu, o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) e o Movimento Espírito Santo em Ação (ES em Ação), não encontramos, após buscas no Diário Oficial da União, Portal da Transparência do Governo do Espírito

Santo e sítio eletrônico da Sedu, nenhum instrumento de cooperação ou acordo técnico formalizado entre eles. Tal constatação causa certa estranheza, sobretudo devido ao fato de que o ICE e o ES em Ação são os institutos idealizadores do método por trás da Escola Viva.

5.2 O tempo integral como vetor de privatização

5.2.1 A Escola Viva e as discussões no parlamento capixaba

O terceiro governo de Hartung (2014-2018) foi marcado por uma política de austeridade fiscal, combinada com a ampliação da participação dos movimentos empresariais na formulação de políticas públicas do governo. Paulo Hartung tem como mantra político pregar o cenário de terra arrasada para justificar a política de cortes em investimentos e manutenção dos serviços públicos, prejudicando o andamento de obras, comprometendo a infraestrutura e precarizando serviços essenciais, como educação e saúde. Vale lembrar que seu antecessor, Renato Casagrande, chegou ao governo apoiado por Hartung em 2010, entregando o estado com nota A no tesouro nacional em 2014⁹. Após a vitória nas eleições, Hartung comentou a relação com seu antecessor:

Em entrevista coletiva concedida à imprensa, ele falou que se arrepende de ter apoiado a candidatura de Casagrande ao Governo do Estado em 2010, e que voltou ao poder para corrigir um erro do passado. "Estou corrigindo o erro de 2010. O estado perdeu o rumo que tínhamos deixado. Tentaram desconstruir uma obra que foi feita em conjunto com a sociedade. A desorganização não é pequena, vamos colocar novamente o estado no rumo certo" (Paulo Hartung [...], 2014).

Ainda durante a campanha eleitoral, Hartung divulgou um novo projeto para a educação, que pretendia ampliar a oferta de Educação em Tempo Integral na rede estadual. Esse projeto foi denominado "Escola Viva", prometendo um modelo de escola altamente tecnológica e atraente para os estudantes, com toda a infraestrutura necessária.

⁹ Desde 2012, o Espírito Santo recebe a nota máxima da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) quanto à Capacidade de Pagamento do Estado (Capag) (Espírito Santo, 2020).

Em março de 2015, o Governo Estadual encaminhou o projeto para a Assembleia Legislativa, em caráter de urgência. Cabe salientarmos que as votações nesse caráter pulam determinadas etapas formais do processo legislativo e aceleram o processo de votação em plenário, o que, nesse caso específico, acarretaria o cerceamento do debate democrático que se fazia necessário em relação à matéria.

Há que se destacar que, assim que o Projeto foi protocolado na Ales, houve uma considerável mobilização de estudantes e professores da rede estadual, que questionavam, principalmente, o motivo de um projeto de tamanho impacto para a comunidade escolar ser votado em regime de urgência. Isso porque o Projeto de Lei já previa a implantação da primeira unidade ainda naquele ano de 2015, após o recesso escolar.

Realizamos uma pesquisa documental no acervo disponível no Arquivo Geral da Assembleia Legislativa, com a leitura e análise das atas taquigráficas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão de Educação e da Comissão de Ciência e Tecnologia da Ales. O debate sobre o projeto mobilizou todo o parlamento capixaba no primeiro semestre de 2015, sendo a matéria mais debatida, o que reverberava também nos meios de comunicação, ou seja, em matéria de educação, o Projeto “Escola Viva” foi o centro das atenções em 2015.

Apesar de o projeto ter passado por outras comissões da casa de leis, como a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Finanças, era necessário estabelecermos um filtro para a pesquisa, tendo em vista a grande quantidade de documentos a serem analisados. O critério de escolha foi baseado em duas questões: (i) A Comissão de Educação, pela sua importância e centralidade nos debates acerca do projeto “Escola Viva”; (ii) A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Inclusão Digital, Biossegurança, Qualificação Profissional, Energia, Gás Natural e Petróleo e seus derivados, que aqui será abreviada como CCT, que tinha como presidente o Deputado Sérgio Majeski. Ele foi o principal crítico do projeto no legislativo e utilizou regimentalmente a Comissão para fomentar os debates acerca do projeto, por meio de uma série de reuniões

extraordinárias em alguns municípios do Espírito Santo, como está registrado nas atas taquigráficas.

A Comissão de Educação, em 2015, era presidida pela deputada Luzia Toledo. Analisando as atas taquigráficas, procuramos identificar algumas palavras-chave: “Escola Viva”, “ES em Ação”, “ICE”, para facilitar a leitura e identificação, tendo em consideração que o livro de atas da Comissão correspondia a um ano inteiro. Identificamos que, junto a essas palavras-chave, havia outras falas inseridas, contextualizando o momento da discussão. Verificamos, na folha 08, alguns elementos interessantes, como a leitura do Ofício 123/2015, encaminhado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Espírito Santo (Sindiupes), o qual pedia

Apoio às demandas dos professores nesta nova legislatura 2015-2018. Considerando as demandas desta categoria, que dependem do poder legislativo como o Plano Estadual de Educação; medidas de combate à violência escolar; valorização do magistério; dentre outras. Solicitamos o apoio de vossas excelências a estas e outras pautas dos professores e dos demais trabalhadores da educação (Espírito Santo, 2015, fl. 08).

A primeira menção ao Projeto “Escola Viva” consta ainda na folha 08, na Leitura do Expediente: “Gostaria de informar que acabamos de receber o Projeto do Governo do Estado ‘Escola Viva’ que foi lido ontem em Sessão ordinária da ALES e seguirá para comissões desta Casa de Leis” (Espírito Santo, 2015, fl. 08). Na sequência, é informado aos presentes que a comissão realizará uma audiência pública para discutir o projeto. Registra-se também um requerimento do Dep. Bruno Lamas, convidando Aridelmo Teixeira para falar sobre educação integral no Espírito Santo. Teixeira era vice-presidente da ONG Espírito Santo em Ação. A leitura do requerimento foi acompanhada pelo seguinte comentário da presidente “Gostaria ainda, de deixar registrado em reunião ordinária da Comissão de Educação, que o requerimento feito pelo vice presidente desta Comissão Deputado Bruno Lamas [...] já é uma resposta ao SINDIUPES e todo o corpo docente do estado do ES” (Espírito Santo, 2015, fl. 08).

Na ordem do dia, a presidente agradece a presença de Aridelmo Teixeira – também de Luciano Gollner (Secretário Executivo do ES em Ação) – para palestrar sobre “Escola de Tempo Integral”. Teixeira fala sobre a visão do ES em Ação sobre

educação, baseado na “[...] formação de capital humano avançado [...] corresponsabilidade, excelência em gestão e replicabilidade [...]” (Espírito Santo, 2015, fl. 09). Um dos trechos da fala de Teixeira: “O problema da educação está na qualidade e o problema da qualidade está na gestão” (Espírito Santo, 2015, fl. 09).

No dia 16/03/2015, a Comissão de Educação realizou uma reunião extraordinária – Audiência Pública, “[...] com o objetivo de discutir o Programa de Ensino Médio em Turno único – Escola Viva” (Espírito Santo, 2015, fl. 10). Contou com a presença de 11 deputados; do Secretário de Educação, Haroldo Rocha; do diretor do Sindiupes, Christovam Mendonça; do presidente da União Estadual dos Estudantes Secundaristas (Ueses), aluno Luiz Felipe Guilherme Costa. Conforme observado pelas atas taquigráficas analisadas, pela extensão das atas do dia 16/03, essa foi uma das reuniões extraordinárias mais movimentadas na Comissão de Educação. Destacamos alguns trechos que nos chamam a atenção, como uma das falas do Secretário Estadual de Educação, logo no início da reunião:

Estamos tendo um apoio da instituição chamada Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, é uma ONG, que já existe há mais de uma década que desenvolveu essa metodologia. Este instituto já atua em Pernambuco, Ceará, São Paulo, Sergipe, Goiás, no Espírito Santo tem parceria com o Espírito Santo em Ação (Espírito Santo, 2015, fl. 10).

Em outro trecho, o Secretário afirma que está em curso um planejamento sobre a Escola Viva desde 2014, junto ao ICE, “[...] absorvendo a metodologia do ICE, com experiência de mais de setecentas escolas que eles têm funcionando no Brasil” (Espírito Santo, 2015, fl. 11).

Na época, uma das preocupações dos educadores era o deslocamento da cadeira dos professores efetivos e/ou ausência de vagas, decorrente da implementação do modelo Escola Viva em determinada escola. Sobre isso, o Secretário Haroldo respondeu que “A Escola Viva não reduz a quantidade de aulas a serem dadas, ela amplia, então precisaremos de mais professores. O concurso público serve para entrar na carreira, mas dentro do sistema sempre haverá seleção interna” (Espírito Santo, 2015, fl.11).

Pela ordem, a fala seguinte foi do deputado Majeski, ocasião em que fez severa crítica à tramitação do projeto em regime de urgência. Também destacou os desafios da oferta de Ensino Médio no Estado, elencando a falta de infraestrutura e as condições de trabalho dos professores como problemas que não aparentam ser solucionados com o “Projeto Escola Viva” (Espírito Santo, 2015, fl. 11). Aos questionamentos, o Secretário de Educação argumentou que o projeto “[...] vai ter que construir e reconstruir outras escolas, estamos estudando a possibilidade de alugar prédios que já foram escolas, para que possamos fazer o programa avançar” (Espírito Santo, 2015, fl. 12).

Um dos deputados que se manifestou a favor do Projeto “Escola Viva” foi Erick Musso. Segundo ele, “[...] do jeito que está o sistema educacional capixaba, não dá pra ficar [...] dessa forma parabenizo o governador Paulo Hartung, pois um grande líder tem de ter a coragem de fazer, embora haja situações de que algumas pessoas não concordem” (Espírito Santo, 2015, fl. 12).

Ainda na reunião do dia 16/03, destacamos a fala do Diretor do Sindiupes, Christovam Mendonça, sobre o Projeto:

[...] nós queremos sim, mas nas mais de quinhentas unidades espalhadas neste estado [...] não dá pra discutir Escola Viva de ontem pra hoje e querer implementá-la nesse semestre ou neste ano e isso vai contra toda a política acadêmica de estudo do que queremos [...] esse projeto de repente até pode ser uma boa ideia, mas a boa ideia deve ser exaustivamente discutida. Como se falar em Escola Viva, sem ter o mínimo nas mais de quinhentas unidades de escolas públicas desse estado (Espírito Santo, 2015, fl. 12).

A também Diretora do Sindiupes, Noêmia Simonassi, manifestou-se argumentando que “[...] não podemos mexer na vida dos profissionais de educação e dos alunos dessa forma [...] se o governo quer uma escola de qualidade, se quer um ensino de qualidade, que se respeite o magistério, pague o piso salarial nacional”. Outra diretora, Dorzila Vaz, questionou o fato de representantes de pais e alunos ainda não terem sido recebidos pelo Secretário de Educação para debater o projeto (Espírito Santo, 2015, fl. 13).

Na sequência das atas das reuniões, há menção ao Projeto “Escola Viva”, tratando dos mesmos assuntos, como o questionamento sobre a tramitação em regime de urgência, impactos para os docentes e estudantes. Outrossim, destacamos a ata da quinta Reunião Extraordinária, do dia 29/09/2015, com a realização de uma audiência pública na já implantada Escola Viva de São Pedro. Além da presença de vários deputados, sobressai-se a presença do vice-presidente do grupo ES em Ação, Aridelmo Teixeira; do “idealizador do modelo de escola pública em tempo integral”, Marcos Magalhães; e do empresário Wagner Chieppe, presidente do grupo ES em Ação.

Os deputados membros da mesa da Comissão de Educação, Luzia Toledo, Rodrigo Coelho e Raquel Lessa, fizeram falas de elogio ao programa “Escola Viva” e ao governador Paulo Hartung, destacando que

[...] é uma escola com infraestrutura preparada para receber um jovem moderno, antenado. [...] o raciocínio de que não podemos ofertar a Escola Viva porque outras escolas carecem de reforma é um equívoco [...] fizemos uma aposta nessa experiência de nova gestão, apesar das diferentes visões sobre o programa [...] Assim, nós podemos até pecar por ter errado, mas não vamos pecar por não ter feito. A lógica da Escola Viva é uma nova forma de pensar a educação que há muito tempo deveria ter sido adotada. É pensar a escola em termos de gestão, e não apenas na visão pedagógica (Espírito Santo, 2015, fl. 37).

Uma estudante fez uma fala a favor da Escola Viva, destacando o papel dos professores como “tutores”, indicando para os alunos os possíveis “projetos de vida” de cada um. O Secretário de Educação afirmou que havia um planejamento para implementação de “três a cinco novas Escolas Vivas” em 2016, pretendendo chegar a 30 escolas no final daquele mandato, em 2018 (Espírito Santo, 2015, fl. 38).

Na ata da reunião em questão, não há registro de falas dos senhores Aridelmo Teixeira, Marcos Magalhães e Wagner Chieppe, não sendo possível identificar a fala desses atores na reunião extraordinária da Comissão de Educação, realizada na Escola Viva de São Pedro. Nas folhas seguintes, identificamos menções pontuais ao programa Escola Viva, tendo como característica afirmações sobre o “sucesso” e a “necessidade” do programa e elogios à iniciativa do Governo Estadual.

Partimos para a análise das atas taquigráficas da Comissão de Ciência e Tecnologia, presidida pelo Deputado Sérgio Majeski. No dia 09/04/2015, em reunião extraordinária, na ordem do dia, o presidente Majeski colocou em discussão o calendário de Audiências Públicas para discutir o PL da Escola Viva. Essa é a primeira menção ao projeto nas atas taquigráficas da Comissão. Ficou estabelecido que essas audiências seriam realizadas

[...] em Aracruz, Linhares e São Mateus, nos dias 06, 07 e 08 de maio de 2015, respectivamente. Em Santa Maria de Jetibá, Colatina e Nova Venécia, nos dias 13, 14 e 15 de maio de 2015, respectivamente, e em Cachoeiro, Alegre e Vitória, nos dias 20, 21 e 22 de maio de 2015, respectivamente. Aprovado o convite por unanimidade (Espírito Santo, 2015, fl. 14).

Aos seis dias do mês de maio de dois mil e quinze, a CCT se reuniu no plenário da Câmara Municipal de Aracruz, com a presença do presidente da comissão; do Prefeito de Aracruz, Marcelo de Souza Coelho; e dois vereadores do município. O presidente iniciou a fala se pronunciando sobre os diversos problemas que cercam o PL da Escola Viva, como falta de infraestrutura, remanejamento de alunos e professores para outras escolas e o comprometimento do Governo do Estado com escolas que não aderissem ao programa. Uma aluna da Escola Mizael Pinto Neto se queixou da estrutura física da escola, da superlotação, da “privatização da merenda”. Uma professora da Escola Primo Bitti, em Coqueiral de Aracruz, demonstrou descrença com o Projeto e destacou a necessidade de ampliação de investimentos nas escolas (Espírito Santo, 2015, fl. 15).

Aos sete dias do mês de maio de dois mil e quinze, a CCT fez uma reunião extraordinária/audiência pública, no Plenário da Câmara Municipal de Linhares, estando presentes o presidente da comissão, a deputada Eliana Dadalto e outras autoridades municipais. A ata dessa reunião extraordinária não detalha as falas dos presentes, trata, apenas, em linhas gerais, das queixas de diretores, professores e alunos que se fizeram presentes, novamente com destaque para a infraestrutura das escolas. A fala do deputado Majeski também se assemelhou ao que foi dito na reunião do dia seis de maio, no município de Aracruz (Espírito Santo, 2015, fl. 17).

A reunião extraordinária/audiência pública realizada no Fórum de São Mateus, no dia oito de maio, também conta com registro taquigráfico semelhante ao que foi escriturado na Câmara Municipal de Linhares, ou seja, sem detalhamento das falas dos presentes (Espírito Santo, 2015, fl. 18).

No Fórum de Colatina, no dia catorze de maio de dois mil e quinze, a CCT realizou mais uma audiência pública. As atas taquigráficas nos fornecem elementos mais detalhados das falas dos presentes. O deputado Majeski

[...] enfatiza a preocupação da implantação do programa prevista pelo governo em 30 escolas estaduais, até o final da gestão [...] nas outras escolas visitadas desde o início do mandato onde foram detectadas situações precárias, com problemas de toda ordem [...] destaca a importância das audiências públicas para fundamentar melhor as discussões respaldadas na realidade educacional do estado e considera que toda essa articulação deveria partir do governo estadual (Espírito Santo, 2015, fl. 21).

A audiência pública contou, mais uma vez, com a presença de professores, estudantes e gestores. Novamente, as preocupações expressas eram relacionadas a questões trabalhistas, alteração na rotina dos estudantes, disponibilidade de vagas em outras escolas. Um professor que lecionava nas escolas “Conde de Linhares” e “Escola Rubens Rangel” afirmou que “[...] os modelos de escolas americanas têm fracassado no Brasil [...] Escola de Tempo Integral implantada em Pernambuco, tem penalizado os professores com avaliações, dentre uma série de outros prejuízos” (Espírito Santo, 2015, fl. 22). Uma aluna “[...] chama atenção sobre os cortes de gastos do governo em contradição a implantação de um novo programa” (Espírito Santo, 2015, fl. 22).

Na Câmara Municipal de Nova Venécia, no dia quinze de maio, realizou-se audiência pública da CCT para debater o projeto “Escola Viva”. A audiência contou com a presença do presidente da CCT, deputado Majeski, do deputado Freitas, do prefeito e vice-prefeito de Nova Venécia, vereadores e a Superintendente Regional de Educação. Após os cumprimentos, a mesa lamentou a baixa participação dos profissionais da educação na audiência. O deputado Freitas elogiou o colega Majeski e destacou que o movimento de estudantes e professores realizado em Vitória foi essencial para a extensão do prazo para votação do projeto. O deputado Sérgio

Majeski “[...] faz uma analogia do Programa ‘Escola Viva’ com as ‘Escolas Charters’ Americanas, cuja proposta é pautada na avaliação tanto dos alunos quanto dos profissionais com permanente resultados de desempenho” (Espírito Santo, 2015, fl. 23).

Na oitava reunião ordinária da CCT, o presidente da comissão, deputado Sérgio Majeski, na condição de relator do Projeto de Lei Complementar 04/2015, que trata sobre o programa “Escola Viva”, “[...] propõe aos membros que a comissão envie dez requerimentos de Pedido de Informação sobre o Projeto de Lei Complementar nº 04/2015 ao Secretário de Estado de Educação” (Espírito Santo, 2015, fl. 25). Dos dez requerimentos, destacamos três:

Segundo Requerimento: Como será o Processo Seletivo para professores que atuarão nessas escolas? [...] Sétimo Requerimento: Qual a real participação da ONG Espírito Santo em Ação no Projeto? Como será formalizado legalmente a participação da ONG Espírito Santo em Ação no Projeto? Por quanto tempo a ONG Espírito Santo em Ação irá financiar o Projeto? Caso a ONG Espírito Santo em Ação deixe de contribuir financeiramente com o projeto, como o Estado pretende mantê-lo? [...] Décimo Requerimento: Qual o compromisso que o governo assumirá com as Escolas que estão fora do Projeto de Lei Complementar 04/2015? (Espírito Santo, 2015, fl. 26).

Todos os requerimentos foram aprovados pela Comissão por unanimidade. Cabe destacar que selecionamos para a apresentação os requerimentos que possuem conexão mais próxima com o objeto de pesquisa e com as discussões já realizadas no presente estudo.

5.2.2 Escola Viva: nosso testemunho de professor pesquisador

No ano de 2015, trabalhávamos como estagiário de História na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, vinculado ao setor “Escola do Legislativo”¹⁰. Pudemos, então,

¹⁰ A Ales possui um setor destinado a aperfeiçoar a qualificação contínua de seus servidores. A Escola do Legislativo foi criada pela Resolução 2.219/2004 e desde então vem atuando para elevar o nível do corpo técnico da Casa por meio da oferta de cursos, palestras, seminários e outras ações. O público externo também é contemplado pelas atividades da escola. Um de seus objetivos é aproximar a sociedade, em especial, os mais jovens, dos trabalhos elaborados pela Assembleia. Para isso, desenvolve programas voltados para estimular a consciência política em estudantes (Ales).

acompanhar as manifestações no plenário Dirceu Cardoso e também os debates nas Comissões de Educação, Constituição e Justiça, Ciência e Tecnologia. Ali, pela primeira vez, tivemos contato com o que hoje é parte significativa de nosso projeto de pesquisa. Do 9º andar onde trabalhávamos, pudemos ver e registrar, em fotografias, a grande passeata de professores e estudantes que saíram do Colégio Estadual, como demonstrado na Figura 3. Alunos e professores saem da avenida e adentram a Assembleia, para lotar o Plenário Dirceu Cardoso e pressionar os deputados pela retirada do requerimento de urgência do Projeto “Escola Viva”.

Figura 3 - Alunos protestam contra o Projeto Escola Viva



Fonte: (Alunos [...], 2015).

Nesse contexto, um deputado que muito se destacou foi Sérgio Majeski, recém-eleito naquela legislatura e compondo o partido do governo, o PSDB. Contrariando a lógica de poder e de votos dentro da Ales, foi uma das vozes mais ativas durante a tramitação do projeto, propondo uma série de emendas, visando minimizar os impactos para a comunidade escolar.

O projeto defendido por Hartung foi elaborado em parceria com o Movimento Espírito Santo em Ação, trazendo um novo currículo, com novas disciplinas e nova carga horária de trabalho para os docentes. A Escola Viva, criada pela Lei Complementar

Nº 799, de 12 de junho de 2015, foi inspirada na “Escola da Escolha”¹¹, modelo desenvolvido pelo ICE. Sua aprovação na Ales foi alvo de novos protestos, como demonstrado na Figura 4, retirada do Jornal “A Gazeta”.

Figura 4 – Matéria extraída do jornal “A Gazeta”



Fonte: (Feliz, 2024).

Com a implantação, em 2015, o Governo do Estado estabeleceu uma formação inicial para os professores, no início de cada ano letivo, para apropriação do currículo e atividades desenvolvidas na escola.

Mais de 500 profissionais que atuarão nas novas unidades do programa Escola Viva vão participar da formação inicial das equipes escolares, na segunda-feira (30), no Sesc de Guarapari. Neste ano, em um total de 17 unidades Escola Viva, mais de 10 mil alunos vão estudar em tempo integral.

¹¹ A Escola da Escolha é o modelo de educação integral idealizado pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE e desenvolvido como uma nova escola para a juventude brasileira. É um modelo de educação que oferece não apenas uma formação acadêmica de excelência, mas também amplia as referências sobre valores e ideais do estudante e o apoia no enfrentamento dos imensos desafios do mundo contemporâneo (ICE Brasil, 2020).

A formação tem como finalidade proporcionar aos profissionais participantes a apropriação dos temas e das metodologias de êxito do programa Escola Viva, de forma que o profissional selecionado se torne mais ambientado e seguro na atuação do programa. As atividades serão realizadas até sexta-feira (03), com duração de 40 horas, e é obrigatória a participação dos profissionais dos cargos pedagógicos, administrativos e de gestão, para socialização e apropriação dos modelos pedagógicos e de gestão, do programa Escola Viva [...] Na oportunidade, estudantes e profissionais das escolas já existentes vão apresentar as experiências vivenciadas (Espírito Santo, 2017).

Para um professor recém-empossado e sem perspectiva de voltar para a cidade natal (Vitória) ainda naquele ano, atuar na Escola Viva, com um salário maior e toda a estrutura que era divulgada, foi extremamente sedutor. No município de Ecoporanga há duas escolas no centro da cidade: a EEEFM Ecoporanga, também conhecida como “Pio XII” e a Escola Viva Daniel Comboni, que hoje já não possui mais essa nomenclatura. Em 2016, fomos empossados na EEEFM Ecoporanga, e ali era nítida a indignação dos colegas professores com a Escola Viva, que eles chamavam de “Olimpo”. Esse “apelido” se explica pelo fato de que a escola, recém-inaugurada, com uma estrutura completa, encontrava-se na parte mais alta da cidade. Ou seja, a presença da Escola Viva trouxe para a educação daquele município a ideia de uma divisão muito clara entre os privilegiados (professores e estudantes) que estavam no “Olimpo” e, de outro lado, os professores e estudantes da Escola Ecoporanga, que não tinha quadra poliesportiva e fica ao lado do cemitério municipal. Nesse cenário, é possível imaginar todo tipo de falas e comparações da “Escola Viva” com a “Escola Morta”. Estivemos presentes na formação citada acima, no ano de 2017. Foi quando ingressamos na Escola Viva, após um processo seletivo *on-line*, com nível de transparência questionável. Em um modelo que a Sedu chamava de “imersão”, ficamos por uma semana hospedados no hotel Sesc de Guarapari, com hospedagem e alimentação pagas pelo Governo do Estado. O objetivo era justamente promover a formação dos professores iniciantes no modelo Escola Viva. Muitos estudantes das Escolas Vivas que já haviam sido implantadas, chamados de “estudantes protagonistas”, também participaram. Eles faziam depoimentos para os novos professores, explicando como era o modelo sob a perspectiva discente.

Em resumo, foi possível ver, por uma perspectiva pessoal, que esse novo modelo de escola envolvia muito investimento público e a presença massiva de formadores do

ICE, que coordenava aquela semana de imersão. Sentíamos-nos como novos contratados de uma empresa privada, com todos aqueles termos técnicos, ação para resultados, nomenclaturas em inglês e outras coisas do tipo, que são exploradas e explicadas em diversos trechos desta pesquisa.

A Escola Viva também ganhou “prestígio” junto ao Ministério da Educação, cujo ministro na época era Mendonça Filho, o mesmo que articulou a Reforma do Ensino Médio¹². No *site* do MEC, a matéria que fala sobre a vinda do ministro ao Espírito Santo para conhecer a Escola Viva retrata um pouco dessa política ministerial naquele contexto.

Na tarde desta quinta-feira, 29, o ministro da Educação, Mendonça Filho, visitou o projeto Escola Viva São Pedro, em Vitória (ES), para conhecer o modelo de ensino em tempo integral, com propostas pedagógicas inovadoras, que oferecem ao estudante um aprendizado voltado para o mercado de trabalho. "A Escola Viva é um exemplo na nova concepção do ensino médio", elogiou o ministro, destacando a valorização da independência dos estados, das redes estaduais e do protagonismo dos jovens que poderão definir seus projetos com flexibilidade e oportunidade para escolher seu futuro. [...] A instituição foi a primeira unidade do Programa Estadual Escola Viva, que trabalha com modelo pedagógico desenvolvido pelo Instituto de Corresponsabilidade pelo Educação (ICE), foi criado em 2015. Entre os apoiadores do Escola Viva está a Organização Não-Governamental (ONG) Espírito Santo em Ação, que congrega empresários capixabas de diversos setores para trabalhar em prol da educação e formação profissional no estado (Brasil, 2017).

5.2.3 O novo governo e as modificações no tempo integral: Escola Viva ainda vive?

Após as eleições realizadas em 2018, assume o governador Renato Casagrande, para o seu segundo mandato. Ainda em 2018, ele anuncia Vitor de Ângelo como Secretário de Educação e indica algumas mudanças na política educacional. Para essa análise, utilizaremos a Lei Complementar n°. 928, de 25 de novembro de 2019, que implementou o Programa Escola de Tempo Integral no Estado, e também os Relatórios Anuais de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo, desenvolvidos pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), entre os anos de 2017 e 2022.

¹² Medida Provisória n° 746/2016 e Lei n° 13.415/2017.

A Lei Complementar nº. 928, de 25 de novembro de 2019, representa um marco de mudanças na política de tempo integral. Antes mesmo de ser aprovada, ainda no início de 2019 e começo de mandato de Renato Casagrande, já era sabido entre os docentes que o nome “Escola Viva” não mais seria utilizado, normatizando-se os nomes oficiais das escolas, que eram os Centros de Educação de Ensino Fundamental e Médio (CEEFMTEI) ou então CEEEMTEI para as unidades que ofertavam apenas o Ensino Médio.

É interessante notarmos alguns aspectos da Lei, cuja redação parece uma tentativa de se dissociar do antigo programa “Escola Viva”, como o Art. 2º: “A Educação em Tempo Integral tem por principais finalidades: [...] parágrafo IV – fomentar o diálogo entre Poder Público, Comunidade Escolar e Sociedade Civil [...]”. Prossegue a mesma linha no Art. 3º:

Art. 3º A oferta de Educação em Tempo Integral nas unidades escolares do Estado se dará por meio de planejamento técnico e escuta ativa das comunidades diretamente envolvidas, buscando a SEDU o menor impacto possível, atendendo às demandas, observando a viabilidade de infraestrutura e pessoal e a menor movimentação possível de estudantes e equipe escolar. (Espírito Santo, 2019)

Em relação aos docentes que atuarão nas unidades de tempo integral, dispõe a Lei, em redação complementar de 1º de abril de 2022:

Art. 6º Aos professores, pedagogos e coordenadores escolares que constituem o Quadro do Magistério Público Estadual selecionados para exercício no turno de oferta da Educação em Tempo Integral ficam instituídas as cargas horárias de 35 (trinta e cinco) ou 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, de acordo com a oferta de Educação em Tempo Integral que cada unidade escolar dispuser, totalmente cumpridas no interior das escolas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1.010, de 1 de abril de 2022).

Ainda no Art. 6º, em seu 3º parágrafo, a lei determina que os professores em atuação na oferta em tempo integral ficam vedados de desempenhar outra atividade remunerada, na esfera pública ou privada, durante o turno de funcionamento da Escola de Tempo Integral (ETI). A lei também traz a possibilidade do acúmulo legal

de cargos dos educadores na oferta de ETI, no caso dos professores que possuem dois vínculos de 25h na rede estadual.

§ 4º O profissional do magistério em acumulação legal de cargo, que possua dois vínculos na rede estadual de ensino e atue na oferta de Educação em Tempo Integral, poderá:

I - atuar integralmente no turno que ofereça Educação em Tempo Integral e complementar, se necessário, a carga horária restante na mesma unidade escolar, quando esta dispuser de carga horária no componente curricular de ingresso no concurso específico do profissional; e

II - atuar integralmente no turno que ofereça Educação em Tempo Integral e complementar, se necessário, a carga horária restante em outra unidade escolar, que dispuser de carga horária no componente curricular de ingresso no concurso específico do profissional. (Espírito Santo, 2019)

A possibilidade de acúmulo de cargos na oferta de Educação em Tempo Integral veio acompanhada da retirada da Bonificação por Dedicção Exclusiva, situação que estava amparada pela antiga lei da Escola Viva.

§ 5º A remuneração dos integrantes do Quadro do Magistério Público Estadual que atuem no turno que oferta Educação em Tempo Integral será de acordo com a quantidade de horas ofertadas pelo turno, independentemente da carga horária básica do docente. (Espírito Santo, 2019)

Em matéria veiculada no jornal A Gazeta, por meio eletrônico, no dia 20 de novembro de 2019, a chamada é a seguinte: “Assembleia aprova corte de gratificação para professores do ES”.

O ponto mais polêmico diz respeito ao fim da dedicação exclusiva que é paga aos professores. Os cerca de mil educadores que atuam hoje em escolas de tempo integral ganham 40% sobre 25 horas, e ainda têm uma extensão da jornada para totalizar 40 horas semanais (Assembleia [...], 2019).

Conforme levantado pela reportagem, os gastos da Sedu com as gratificações eram de cerca de R\$ 13 milhões de reais, e esses recursos seriam distribuídos para formar as equipes gestoras das escolas. Sobre a suspensão da dedicação exclusiva, o posicionamento da Secretaria, veiculado no próprio *site* da Sedu, afirma:

Priorizando a equidade da Rede Estadual de Educação e entendendo que o investimento deve ser equânime em todas as escolas, os recursos investidos atualmente na remuneração dos professores das atuais escolas em Tempo Integral, pela dedicação exclusiva, serão transferidos, de forma a garantir que

não só as escolas de tipologia I (de maior porte), como todas as que ofertam Integral, sejam contemplados com equipe gestora composta por diretor, coordenador pedagógico e coordenador administrativo, financeiro e de secretaria; e que também permite que os diretores que hoje trabalham mais de 25h tenham a possibilidade de extensão de sua carga horária até 40h. (Espírito Santo, 2019)¹³

Dessa forma, é possível perceber que a Lei Complementar n°. 928, de 25 de novembro de 2019, traz consigo, além da reestruturação da oferta em Educação em Tempo Integral, uma mudança significativa na remuneração da parte dos educadores da rede estadual que estavam atuando em regime de Designação Temporária ou Estatutários nas ETIs. Eles recebiam gratificação de 40% sobre a remuneração e se viram sem esse aporte financeiro sob o discurso de equidade na Rede Estadual de Ensino.

5.3 Bônus Desempenho: uma prática importada da iniciativa privada

Na esteira das reformas educacionais promovidas desde a virada do século, é perceptível a criação de sistemas de controle da atividade docente, por meio de avaliações, com bonificações que se baseiam na frequência do professor e nos resultados de avaliações externas, como o Bônus Desempenho, no caso capixaba. Em muitos aspectos, essas medidas acabam retirando direitos legítimos dos docentes, como bem aponta Rodriguez (2008, p. 55):

Tanto nos sistemas de ensino quanto na organização do trabalho dos professores, foram implementadas ações baseadas nas teorias da administração. O desempenho do trabalho docente foi considerado conforme a organização das empresas capitalistas que premiam o rendimento individual, colocando os professores em uma situação de concorrência com seus colegas e de relações trabalhistas caracterizadas por prêmio ou castigo, segundo os resultados obtidos nas escolas. Implantou-se o sistema de premiação, mediante a concessão de bolsas, incentivos e salários diferenciados, rompendo a isonomia salarial que, em muitos países, era um direito trabalhista consolidado.

Com o avanço da privatização da educação, é uma realidade em quase todas as redes de ensino do Brasil as chamadas avaliações externas, que verificam os índices de

¹³ Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/espírito-santo-amplia-numero-de-escolas-em-tempo-integral-e-inicia-ensino-integral-integrado-ao-tecnico>

aprendizagem de “habilidades e competências”. É dessas avaliações externas que surge o conceito de “boa educação”, ou seja, se os índices sobem, significa que determinada escola ou rede oferece à sua comunidade escolar uma boa educação, na mesma medida em que, se o índice cai, uma educação de baixa qualidade está sendo ofertada para aquele público (Freitas, 2016, p. 143).

Especificamente no que tange ao “Bônus Desempenho”, o Projeto de Lei que regulamenta a bonificação foi apresentado à Ales no ano de 2009, quando foi então aprovado com vantagem de votos, tendo em vista que a casa era composta, em sua maioria, por base governista do governador Paulo Hartung.

Podemos perceber que o Bônus Desempenho carrega consigo as características que foram indicadas pelos autores acima na própria redação do texto da lei que o implementa no âmbito do Estado do Espírito Santo, a Lei Complementar nº 504 de 2009.

Art. 3º A Bonificação por Desempenho será paga na proporção direta do alcance dos indicadores de qualidade preestabelecidos para a unidade escolar ou administrativa onde o profissional estiver desempenhando suas funções, observados os artigos 8º e 9º desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo, as unidades escolares e administrativas serão submetidas à avaliação destinada a apurar o desempenho obtido em cada período, de acordo com os indicadores de qualidade e metas referidos nos artigos 4º a 7º desta Lei Complementar (Espírito Santo, 2009).

O salário do magistério e sua vinculação com testes padronizados, a exemplo do Paebes, em que o ranqueamento dos estudantes é um dos mecanismos utilizados para o cálculo do bônus, constitui uma das ideias centrais do pensamento dos reformadores empresariais da educação. Esse pensamento empresarial leva a duas conclusões: que o pagamento do magistério deve depender dos resultados obtidos nos testes e que os professores de baixo rendimento devem ser demitidos e substituídos por outros mais eficazes (Freitas, 2018, p. 110).

Ainda sobre a Lei Complementar nº 504 de 2009, ficou estabelecido que a remuneração advinda do bônus desempenho não incide sobre a contribuição previdenciária, nem para fins de progressão profissional.

Art. 2º A Bonificação por Desempenho constitui prestação pecuniária eventual, desvinculada da remuneração do profissional, que a perceberá de acordo com o cumprimento de indicadores de qualidade preestabelecidos pela SEDU.

Parágrafo único. A Bonificação por Desempenho não integra nem se incorpora aos vencimentos, subsídios, proventos ou pensões para nenhum efeito e não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária ou benefício (Espírito Santo, 2009).

O Decreto nº 2.761-R de 2011 regulamenta a concessão da Bonificação por Desempenho para os profissionais em efetivo exercício, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, instituída pela Lei Complementar nº 504, de 20 de novembro de 2009. Para o recebimento do valor integral do Bônus, o servidor deve cumprir os seguintes requisitos:

VI. Dias Efetivamente Trabalhados: os dias trabalhados durante o período de avaliação em que o profissional tenha exercido regularmente suas funções, desconsiderada toda e qualquer falta, inclusive justificadas ou abonadas, afastamentos, licenças e as ficsões legalmente estabelecidas, excetuando-se apenas o afastamento em virtude de férias (Espírito Santo, 2011).

O Sindiupe, por inúmeras vezes, posicionou-se de forma contrária ao projeto do bônus, principalmente pelo seu caráter punitivo, inclusive ingressando com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a lei que o instituiu.

O Sindicato dos Servidores Públicos do Estado (Sindipúblicos-ES) ingressou com ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Tribunal de Justiça do Estado (TJES) contra dispositivos da lei que institui o Bônus Desempenho no âmbito da Secretaria de Estado da Educação (Sedu), no sentido de garantir que o benefício possa ser ofertado a mulheres gestantes, servidores afastados para tratamento de saúde, bem como outros afastamentos legais. O bônus, que prometia complementar a renda de professores, acabou não se tornando acessível à maioria deles, já que a Sedu impõe limites que tornam o alcance virtualmente impossível. A entidade considera a política de concessão do bônus discriminatória, prejudicando inúmeros profissionais da educação. Isso ocorre em virtude de as regras estabelecerem que os profissionais do magistério estadual devem ter trabalhado pelo menos dois terços dos dias do período de avaliação – referente ao período letivo – sem registro de faltas, mesmo que estas sejam justificadas com respaldo legal. (Sindipúblicos [...], 2017).

Até o ano de 2022, qualquer tipo de licença ou afastamento do trabalho poderia ser descontado do Bônus Desempenho. Dependendo da quantidade de dias, levava ao desconto integral. Imaginemos a seguinte situação: se o docente se ausentasse do

trabalho por licença médica durante 10 dias, devido a uma pneumonia, seria descontado 100% do valor do bônus que lhe era devido, mesmo que ele não se ausentasse mais nenhuma vez do trabalho.

Para o indicador coletivo, é estabelecido o Índice de Merecimento da Unidade (IMU). Trata-se de um percentual obtido a partir do Índice de Desenvolvimento das Escolas (IDE), que reúne o desempenho dos alunos no Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes), o nível socioeconômico da família onde está situada a escola e o nível de ensino de seus estudantes. Já o indicador individual observa o quanto o profissional contribuiu para o resultado da escola por meio de sua frequência. Nesse indicador, a assiduidade também é valorizada e, por essa razão, de acordo com o Decreto nº 3949-R, fica alterada a taxa do pagamento de 7% para 10% por ausência e não será mais assegurado o pagamento mínimo de 30%. Na prática, o servidor que tiver 10 faltas no ano letivo, não fará jus ao bônus (Sedu, 2017).

A Lei Complementar 887/2018, aprovada durante o terceiro mandato de Paulo Hartung, aumentou o valor da bonificação de 1 para 1,5 salário mensal, a ser pago em uma única parcela:

Art. 1º O caput do art. 9º da Lei Complementar nº 504, de 20 de novembro de 2009, que institui a Bonificação por Desempenho, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação - SEDU, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 9º O valor da Bonificação por Desempenho, a ser pago anualmente, será de até 1,5 (uma e meia) retribuição mensal percebida pelo profissional, na proporção direta do alcance dos indicadores de qualidade preestabelecidos, considerando: [...] (Espírito Santo, 2018).

Assim, o governo Hartung dobra a aposta na privatização da educação, na esteira da implantação do programa “Escola Viva”. É uma tentativa de reafirmar o “sucesso” da política de bonificação, assim como aumentar ainda mais a pressão sobre os docentes em relação a resultados, aumentando também sua dependência econômica em relação ao bônus, que se torna mais “atrativo”.

No ano de 2022, a Lei Complementar nº 504 de 2009, que regulamenta o Bônus Desempenho, passou por algumas alterações, tanto por iniciativa do Executivo Estadual como também por propostas do deputado estadual Sérgio Majeski, reconhecido no Estado por sua luta em favor da educação. Nas palavras do deputado:

Sempre avaliamos que a lei do Bônus precisava ser aprimorada e conquistamos bons avanços. Agora em 2022 conseguimos evitar descontos

para quem se afastou por conta de Covid e Influenza nos dois últimos anos e agora temos mais essa conquista. Sempre é importante lembrar que para tratamento de saúde o profissional não se afasta porque quer. Há outras ausências já previstas na legislação que precisam ser abonadas também. Sempre conduzimos o nosso mandato de forma propositiva e é importante valorizar as conquistas. Corrigimos uma injustiça para garantir que os servidores não sejam penalizados (Majeski, 2022).

Conforme o artigo 1º da Lei Complementar nº 1.021, de 25 de novembro de 2022, que modificou a legislação acima citada, ficam excepcionadas de desconto no Bônus Desempenho devido ao servidor as licenças por acidente ou doença profissional, gestação, lactação, adoção e paternidade. Além disso, o afastamento médico para tratamento de neoplasias malignas também não incorrerá em descontos na bonificação.

Essa alteração nos apresenta dois cenários distintos. O primeiro é que o tensionamento de forças entre o corpo docente e o Governo do Estado surtiu alguns avanços para a categoria dos professores, com a concessão de maiores benefícios dentro da lógica do Bônus Desempenho.

A iniciativa modifica a Lei Complementar (LC) 504/2009, que criou o bônus. Na lei de 2009, apenas os afastamentos por férias não eram descontados. A nova lei determina que uma série de outras faltas não será contabilizada. Dentre eles estão a ausência por falecimento de alguns familiares, acidente em serviço ou doença profissional, licenças maternidade e paternidade e afastamento médico para tratamento de neoplasias malignas (câncer). Criado em 2010, o Bônus Desempenho tem como objetivo reconhecer e valorizar o esforço dos profissionais da educação. O prêmio em dinheiro é concedido anualmente, mediante disponibilidade orçamentária do governo, conforme os resultados coletivos e individuais. Segundo o deputado Sergio Majeski, a intenção do projeto foi “corrigir uma injustiça e garantir que os servidores não sejam penalizados pelas ausências no trabalho previstas na legislação” (Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo - Ales, 2022).

O segundo cenário é a utilização da política de bonificação também como forma de punição do educador. Apenas após 13 anos, a Lei do Bônus previu as excepcionalidades acima descritas, como, por exemplo, o tratamento para câncer, ou mesmo a licença maternidade. Antes disso, mesmo se encontrando em situações de afastamento amparadas por lei, o servidor teria a sua bonificação descontada por ausências ao trabalho.

5.4 A pandemia de Covid-19 e suas repercussões na Rede Pública Estadual de Ensino

Ainda no final de 2019, os jornais e meios de comunicação noticiaram um vírus na China, altamente contagioso e com grande potencial de chegar a outros países. Um vírus até aquele momento pouco conhecido, assim como sua letalidade. No início de 2020, surgiram os primeiros casos no Brasil, que era governado pelo então presidente Jair Messias Bolsonaro e seus asseclas, negacionistas, antivacinas e que tinham Olavo de Carvalho e Carlos Alberto Brilhante Ustra como heróis nacionais. A gravidade da pandemia que chegava à porta foi acompanhada pela presença de um indivíduo ocupando a cadeira da Presidência da República que, desde o início, subestimou a gravidade da situação pandêmica. Um governo cujas medidas adotadas para o isolamento social e preservação da população foram insuficientes e, ainda assim, se existiram, foi pela pressão da sociedade civil diante desse cenário devastador, com milhares de mortos. O jornal Folha de Pernambuco fez um primoroso resgate das falas do presidente, em ordem cronológica:

Vírus "superdimensionado". "Está superdimensionado o poder destruidor desse vírus. Talvez esteja sendo potencializado até por questões econômicas" (9/3/2020, quando o Brasil registrava 25 casos, sem nenhuma morte). "Histeria". "Olha, a economia estava indo bem... Esse vírus trouxe uma certa histeria. Tem alguns governadores, no meu entender, eu posso até estar errado, mas estão tomando medidas que vão prejudicar muito a nossa economia" (17/3/2020, dia seguinte à primeira morte no país). "Gripezinha". "Para 90% da população, isso vai ser uma gripezinha ou nada" (27/3/2020, com menos de 100 mortos). "Começando a ir embora". "Parece que está começando a ir embora essa questão do vírus" (12/4/2020, com 1.200 mortos). "E daí?". "E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre" (28/4/2020, em referência a seu sobrenome, quando havia quase 5.000 mortos). "País de maricas". "Tudo agora é pandemia, tem que acabar com esse negócio, pô. Lamento os mortos, lamento. Todos nós vamos morrer um dia, aqui todo mundo vai morrer. Não adianta fugir disso, fugir da realidade. Tem que deixar de ser um país de maricas" (10/11/2020, com 163.000 mortos) ('Gripezinha' [...], 2021).

Ou seja, a pandemia revelou a falta de coordenação nacional dos ministérios e o enfraquecimento do pacto federativo, com os governadores e prefeitos buscando alguma articulação entre si para o enfrentamento desse momento desafiador, que não impactaria apenas a saúde, mas todos os aspectos da vida social de toda a população brasileira.

Ao dizermos que todos os aspectos da vida social foram impactados, também falamos da educação, em que milhões de estudantes, professores e demais servidores se deslocavam diariamente para as escolas e repentinamente essa atividade foi suspensa, em decorrência da pandemia. Há que se refletir também sobre a importância da educação para os setores produtivos, como transporte, alimentação, produção gráfica, entre tantos outros que poderiam aqui ser citados, que foram impactados com a suspensão das aulas. Vale destacar que a maior preocupação do Governo Federal era justamente com o setor produtivo nacional e menos com as vidas ameaçadas pela exposição ao vírus, para o qual, naquela altura, ainda não havia medicação nem vacina.

Com a chegada da pandemia de Covid-19 ao Brasil e ao Espírito Santo, o isolamento social, que antes parecia uma possibilidade distante, tornou-se realidade. O Governo do Estado anunciou, no dia 16 de março de 2020, a suspensão das aulas a partir do dia 17/03/2020 e o fechamento total das escolas no dia 20/03/2020. Naquele momento, foi dito pelo Secretário de Educação, em entrevista transmitida nas redes de televisão, que essa suspensão, na verdade, consistia em uma antecipação dos 15 dias das férias de julho e que, posteriormente, analisado o cenário, as aulas retornariam sem prejuízo de aprendizagem aos estudantes. Sabemos que o cenário pandêmico se deteriorou e que as aulas só voltaram no terceiro trimestre do ano, amparadas por um Plano de Retomada elaborado pela Sedu, que contava, inclusive, com um protocolo de luto, caso algum professor ou estudante infectado morresse em decorrência do vírus. Isso gerou muita polêmica nas redes sociais e fez o Secretário lançar uma nota esclarecendo o trecho presente no “Plano de Retomada as Aulas Presenciais”¹⁴.

¹⁴ De acordo com as orientações dadas, “havendo óbitos de alunos ou de profissionais da escola, pode-se organizar ritos de despedida, homenagens e memoriais, formas de expressão dos sentimentos acerca da situação e em relação à pessoa que faleceu, e ainda atentar para a construção de uma rede sócio afetiva para os enlutados” (Cachapuz, 2020).

A partir de um projeto de extensão do Laboratório de Gestão da Educação Básica do Espírito Santo (Lagebes)¹⁵, chamado “Diálogos Lagebes”, o Secretário de Educação do Estado, Vítor de Ângelo, foi convidado a participar de uma *live* na plataforma YouTube, no dia 24/06/2020, mediada pelos professores Gilda Cardoso e Eduardo Moscon, vinculados ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE) da Ufes. Nessa *live*, com a visualização e participação de professores, estudantes e comunidade escolar em geral, o debate central era sobre o possível retorno das aulas presenciais, ainda em forte contexto pandêmico; as justificativas da Sedu para esse possível retorno; e os cenários de saúde que se desenhavam com a circulação de estudantes, professores e demais servidores no espaço escolar, levando em consideração que, até aquele momento, não havia medicina para cura ou prevenção via vacina para a Covid-19.

Essa *live*, da qual também fomos expectador, contou com uma enxurrada de comentários de professores, estudantes e comunidade em geral, com muitos questionamentos ao Secretário de Educação.

O Lagebes teve papel fundamental durante esse período pandêmico, com a promoção de *lives* com convidados da área da saúde, como a professora Ethel Maciel, entidades de classe, professores convidados da Universidade Federal do Espírito Santo e outras universidades, entre tantos outros. Naquele momento de incertezas, eles deram grande contribuição para se pensarem caminhos e estratégias a seguir tanto pela superação daquele cenário como reflexões para o que se desenhava no pós-pandemia.

Esse projeto de extensão resultou na produção de um artigo chamado “Diálogos Lagebes: contribuições para a educação capixaba no contexto da Covid-19” (Almeida; Oliveira; Ferrari; Araujo, 2022). Nesse estudo, as autoras fizeram uma análise do

¹⁵ O Laboratório de Gestão da Educação Básica do Espírito Santo (Lagebes) tem como objetivos consolidar espaços e condições para a pesquisa e disseminação de estudos sobre a gestão educacional e a educação básica do Espírito Santo, promovendo parcerias e a socialização do conhecimento. Além disso, organizar eventos científicos e envolver profissionais e estudantes em atividades de pesquisa para fortalecer as ações gestoras e a qualidade educacional no estado. (Universidade Federal do Espírito Santo, 2024)

contexto pandêmico e a necessidade de discussão sobre os impactos da pandemia sobre a educação capixaba. Analisaram também os resultados desse projeto de extensão desenvolvido pelo Lagebes, reunindo um compilado das *lives* disponibilizadas na plataforma Youtube, com o público que assistiu a cada uma das sete *lives* realizadas.

Segundo as autoras,

No que tange aos objetivos de conhecimento, potencializando as ações de reivindicação, no total, as *lives* tiveram 43.953 visualizações até o momento da escrita deste artigo, permanecendo disponíveis para acessos futuros, o que mostra o impacto da pesquisa-ação. As palestras contaram com a participação de profissionais do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Amazonas, bem como de outros estados da federação. O público foi variado e as transmissões com participação via chat de pais, professores e demais profissionais da educação básica e superior, que imersos em discussões sobre uma possível volta às aulas ainda em 20204, em um período em que ainda não havia vacinas disponíveis para prevenir maiores desdobramento do vírus, por vezes, reivindicavam maior atenção do Poder Público à saúde da população. Além disso, muitos responsáveis por estudantes matriculados na educação básica também manifestaram suas posições, mediante o receio da volta ao ensino presencial sem a possibilidade de tratamentos profiláticos ao vírus, bem como um ambiente de biossegurança adequado (Almeida; Oliveira; Ferrari; Araujo, 2022, p. 51-52).

Inclusive, a professora Ethel Maciel, juntamente com outros pesquisadores, incluindo o então secretário de saúde, Nésio Fernandes, participou da produção de um estudo sobre os efeitos da Covid-19 em crianças, adolescentes e adultos no Espírito Santo.

Conclui-se que o percentual de assintomáticos pode impactar na cadeia de transmissão da infecção nas escolas, e impulsionar surtos da doença. Para evitar esses surtos, é importante planejar o momento do retorno às escolas, conjugando-se o impacto negativo da falta das atividades escolares com a necessidade de manutenção da curva descendente de casos e óbitos por um período de várias semanas. Faz-se necessário, também, incluir novas abordagens para captação de sinais e sintomas que não sejam apenas a verificação de temperatura, insuficiente para predizer a doença, como os resultados sugeriram. Mais uma ação importante a recomendar é a educação em saúde com orientação específica para crianças e adolescentes não comparecerem à escola, a qualquer sinal ou sintoma de COVID-19, seja próprio, seja de algum membro da família (Campos *et al.*, 2021).

Ainda no contexto pandêmico, o Estado lançou o programa “EscoLAR”¹⁶, por meio da Portaria nº 048-R, de 01 de abril de 2020, que visava à implementação de alguns recursos para dar continuidade ao cumprimento do currículo escolar de forma *on-line*, com atividades pedagógicas não presenciais (APNPs). Ciente de que uma parte considerável do corpo discente da rede estadual não possuía acesso a aparelhos telefônicos ou *internet*, o Estado disponibilizava as aulas por alguns canais de televisão. Aulas que não foram produzidas por professores da rede estadual, mas sim por professores do Amazonas. A Sedu estabeleceu um acordo de colaboração com o governo amazonense, que cedeu essa grade de aulas já anteriormente produzidas, para serem transmitidas para os alunos da Rede Estadual de Ensino por televisão e pela plataforma Youtube.

Não demorou muito para que uma série de problemas com esse material fosse notada pelos professores da rede estadual, como em Geografia, conforme denunciado pela Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) por meio de uma nota de repúdio:

No que diz respeito à disciplina de Geografia, o material disponibilizado pela Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo (Sedu) carece de revisões, pois apresenta erros conceituais e contradições na compreensão do conhecimento geográfico a ser trabalhado em sala de aula. Identificou-se no programa, diversos materiais de aulas em que os conteúdos discutidos são completamente desconexos com a realidade capixaba, o que pode dificultar o aprendizado e criar narrativas errôneas sobre o conhecimento geográfico. As vídeo aulas disponibilizadas não correspondem às características regionais da qual a Lei 9394/96 preconiza, pois tratam exclusivamente sobre a região Norte do Brasil, não atendendo às especificidades da sociedade capixaba (AGB, 2020).

Ou seja, de modo atabalhado, a Sedu estabeleceu um programa que não parecia muito bem desenhado e carecia de estrutura para ser plenamente desenvolvido. Mesmo com todas as críticas, o programa EscoLAR permaneceu como “alternativa” às aulas presenciais e algumas modificações foram sendo feitas. O Estado passou a incentivar que os próprios professores da rede produzissem o material didático do

¹⁶ EscoLAR é o programa de Atividades Pedagógicas não Presenciais (APNPs) instituído pela Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo. O programa, regulamentado pela Portaria Nº 048-R, de 02 de abril de 2020, contempla um conjunto de recursos capaz de apoiar as escolas e os professores a dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem por meio da complementação das aprendizagens já adquiridas e do desenvolvimento de novas aprendizagens por parte dos estudantes, favorecendo também o reforço escolar (Espírito Santo, 2020).

programa. Para isso, ofereceu uma bolsa de R\$70,00 para que os docentes pudessem planejar e produzir uma aula sobre determinado conteúdo. Detalhe para o fato de que esse material ficaria eternamente à disposição da Secretaria de Educação.

Outro fator agravante foi a dificuldade dos docentes com o acesso à tecnologia para o desenvolvimento das APNPs. A totalidade dos professores da rede teve que, num primeiro momento, utilizar seus aparelhos pessoais, quando os tinham, como celular, *tablet* e computadores, para desenvolver essas atividades. Também entra nessa conta a utilização da *internet* particular dos docentes, naquela altura dividida com os demais moradores e familiares da residência. Não que isso já não ocorresse em anos anteriores, pois é sabido que muitos educadores promovem projetos e recursos pedagógicos com dinheiro próprio, na ausência de apoio financeiro da escola.

Em face desse desafio, a Sedu lançou o programa Educação Conectada, a partir da Lei nº 11.259, de 30 de abril de 2021, com o pagamento de uma verba de R\$ 5.000,00 para aquisição de equipamentos de informática, dentro das especificações exigidas pela Secretaria, na modalidade de comodato por 36 meses. Na mesma lei, ficou estabelecida uma ajuda de custo para pagamento de *internet* no valor de R\$70,00 mensais. Vejamos:

Art. 3º Para a aquisição dos equipamentos novos de informática e o apoio contratação de plano de Internet será repassado o valor de até R\$ 7.520,00 (sete mil quinhentos e vinte reais) por professor beneficiado, dividido da seguinte forma:

I - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por professor beneficiado, creditado em parcela única, para a aquisição de equipamentos novos de informática; e
II - até R\$ 2.520,00 (dois mil quinhentos e vinte reais), por professor beneficiado, creditado em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais de R\$ 70,00 (setenta reais), para o apoio de custeio de plano de Internet.

Foram iniciativas assertivas, mas que vieram apenas após um ano de pandemia e depois de muita pressão e manifestações por parte dos docentes.

Outro ponto da referida lei que causou certo embaraço, no que tange às diferentes implicações relacionadas à natureza do vínculo dos beneficiários da ação governamental por ela proposta, foram os incisos I e III, do art. 7º:

Art. 7º Nos casos de exoneração, demissão, falecimento, aposentadoria ou encerramento do vínculo dos beneficiários, por qualquer razão, será observado o seguinte:

I - os equipamentos novos de informática que tiverem sido adquiridos há menos de 36 (trinta e seis) meses, por intermédio da presente ação governamental, deverão ser restituídos, em perfeito estado, à SEDU;

[...]

III - os repasses das parcelas para custeio da Internet serão imediatamente interrompidos, nos casos de extinção do vínculo, ou suspensos, em casos de afastamentos ou licenças superiores a 30 (trinta) dias.

Isso porque a maioria dos professores da rede estadual são contratados na modalidade de Designação Temporária (DT). Conforme dados do “Anuário da Educação Básica de 2024”, desenvolvido pelo Movimento Todos pela Educação, no ano de 2013, o Espírito Santo tinha 72,2% de docentes em contrato temporário na Rede Estadual de Educação. Em 2023, esse número representava 73,4% (Todos pela educação, 2020). Nesse tipo de contrato, o vínculo empregatício possui tempo determinado e, em razão disso, não há garantia de permanência na função, podendo ser o contrato rescindido a qualquer momento.

Além disso, o professor contratado em DT pode possuir mais de um vínculo com a Sedu, a cada início e encerramento de um ciclo de atuação. Por exemplo, se em um ano do contrato por prazo determinado houver sido feita a substituição de professor efetivo afastado por licença médica e, após, a substituição de professor afastado em razão de licença paternidade, tem-se dois vínculos com a Sedu.

Assim, fazendo-se a correspondência com a norma legal supracitada, um professor em DT que substitui um professor efetivo e, nesse ínterim, adquire um computador por meio do benefício concedido pela lei, quando encerrada a substituição, deveria devolver o equipamento de informática à Sedu, mesmo que ainda vigente o contrato por prazo determinado, ou seja, podendo ser chamado para desempenhar trabalho como professor.

Essa é uma das demonstrações de que a manutenção de um grande contingente de professores submetidos ao contrato por tempo determinado traz insegurança para os docentes e precariza seu trabalho, na medida em que esse professor não dispõe dos mesmos “direitos” que um professor efetivo.

Outra ação do governo do Estado bastante assertiva e pensada logo no início da pandemia foi a publicação da Portaria nº 047-R, de 31 de março de 2020, que estabelecia a distribuição de cestas básicas para as famílias dos alunos cadastrados no CADÚnico. Essa medida, sem dúvida, garantiu a segurança alimentar de milhares de famílias em um contexto de suspensão das atividades econômicas e consequente desemprego de muitos pais e responsáveis.

A partir disso, é possível pensar que o Estado agiu para enfrentar o contexto pandêmico com maior aporte de recursos financeiros na educação. Tal pensamento não é uma inverdade, mas é preciso um olhar mais atento para compreender o contexto daquele ano de 2020 para a educação capixaba e, principalmente, de onde estaria vindo esse aporte de recursos financeiros. Para entendermos melhor, é necessário fazermos uma breve contextualização histórica.

No ano de 2017, o então deputado estadual Sérgio Majeski, que se elegeu pelo Partido Social Democracia Brasileira (PSDB), base do governo Hartung, denunciou ao procurador-geral da República, à época, Rodrigo Janot, que o Governo Estadual e o Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCE-ES), desde 2011, por meio da Resolução 238/2012 do TCE-ES, autorizava o governo estadual a utilizar parte da verba destinada constitucionalmente para o desenvolvimento e investimento em educação para pagar despesas com inativos e pensionistas.

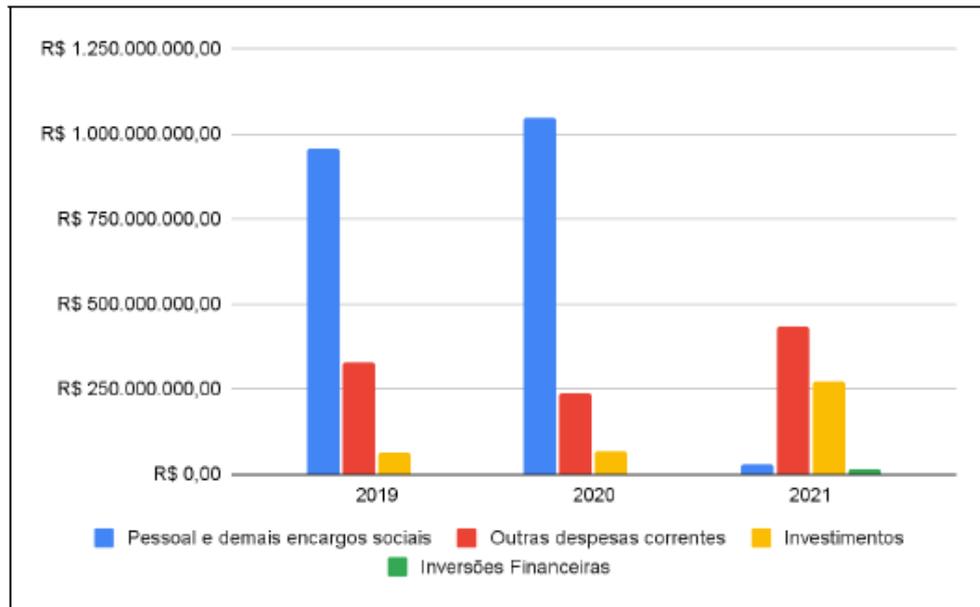
O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5691 para questionar dispositivos da Resolução 238/2012, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), que incluiu as despesas com contribuição complementar destinadas a cobrir déficit do regime próprio de previdência de servidores inativos e pensionistas, originários da área da educação, como despesa com manutenção e desenvolvimento de ensino. Janot alega que o Tribunal de Contas “inovou no ordenamento jurídico com notas de autonomia jurídica, abstração, generalidade e impessoalidade” ao incluir tais despesas com pagamento de previdência de inativos e pensionistas a pretexto de instituir novos mecanismos de fiscalização da aplicação dos percentuais mínimos de arrecadação de impostos em educação (PGR [...], 2017).

Em razão dos fatos denunciados, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), a ADI 5.691, foi ajuizada junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), da qual a Ministra Rosa Weber foi a relatora. Em outubro de 2020, a relatora votou pela inconstitucionalidade da Resolução 5.691/2012 do TCE-ES, sendo acompanhada de forma unânime por todos os ministros da Suprema Corte. Cabe ressaltar também que outras ADIs de tema semelhante, envolvendo outros estados e municípios, já haviam sido julgadas pelo STF.

Com base nas normas inconstitucionais do Tribunal de Contas, o governo do Estado utilizou R\$ 6,1 bilhões de recursos da educação para pagar aposentados e pensionistas originários da área, de 2009 a julho de 2020, segundo demonstra levantamento feito pelo MPC-ES e citado no voto da relatora. Diante da decisão do STF, as normas do TCE-ES não poderão mais ser utilizadas como parâmetro para o cálculo da aplicação do mínimo de 25% da receita de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal. Isso porque, elas tiveram a inconstitucionalidade declarada por usurpação de competência privativa da União para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional e por violarem diretamente os artigos 167, IV, e 212, caput, da Constituição Federal ao vincularem receitas derivadas de impostos ao pagamento de despesas com proventos e aposentadorias (Decisão [...], 2020).

Apenas como exercício crítico de consciência, imaginemos o que poderia ter sido realizado pela educação capixaba com a aplicação adequada de 6,1 bilhões de reais, um montante total de recursos indevidamente utilizados para o pagamento de despesas com inativos e pensionistas ao longo dos anos. Para efeito de comprovação, Silva (2022) demonstra que houve uma redução significativa nos gastos com pessoal e aumento nos investimentos após o julgamento da ADI.

Figura 5 – Gráfico comparativo por grupo de despesas



Fonte: Silva (2022)

Nesse sentido, em 2021, foi anunciada pelo Governo do Estado a reestruturação da carreira docente, com correções salariais de 25% para graduados, valor que diminuiria conforme aumentasse o nível de especialização. Ou seja, o Governo, com essa reestruturação, desvalorizou os docentes mais especializados, achatando a carreira.

5.5 O panorama do trabalho docente da rede estadual entre 2015 e 2022

Diante dos dados apresentados, a partir do acervo documental aqui exposto, incluindo leis que regulam a Rede Estadual de Educação do Espírito Santo, reportagens e entrevistas que se entrelaçam com o tema e recorte histórico trabalhados, as atas taquigráficas das Comissões de Educação e Ciência e Tecnologia da Ales do ano de 2015, correlacionados à revisão da literatura sobre o tema de pesquisa e o referencial teórico que orientou a produção desse estudo, foi possível chegar a algumas conclusões.

5.5.1 A Escola de Tempo Integral

Há o entendimento de que o Projeto “Escola Viva” carregava consigo as características do governo Paulo Hartung: tramitação em regime de urgência, ausência de diálogo com a comunidade escolar e vinculação com o movimento empresarial Espírito Santo em Ação. Nesse sentido, concordamos com Lima, Sperandio e Costa (2020, p. 131), quando afirmam que

O que se constatou é que apenas um setor da sociedade foi escutado na implementação do projeto: os empresários. Destaca-se a atuação do movimento “Espírito Santo em Ação”, que protagonizou as mudanças do ensino médio. O que constatamos é que o método utilizado para implementar a reforma pautou-se pelo pragmatismo e autoritarismo.

Nesse sentido, concordamos com Freitas (2018, p. 54) quando afirma que a privatização significa, também, a destruição do controle estatal das escolas e da gestão democrática, e que a escola passa a ser vista como uma organização empresarial e de prestação de serviços. A Escola Viva se enquadra nessa análise, pois sua concepção está assentada em princípios gerencialistas da iniciativa privada e sua implantação foi vinculada à assessoria do ICE e do Movimento Espírito Santo em Ação.

A partir da análise das atas taquigráficas, percebemos a preocupação da comunidade escolar com a situação dos alunos que não poderiam permanecer nas unidades em que seria implementado o programa “Escola Viva”. Sem diálogo com a comunidade e de maneira impositiva, o resultado foi o deslocamento de todos aqueles estudantes que não poderiam estudar em tempo integral, devido aos seus vínculos de estágio e menor-aprendiz, ou mesmo pelo desinteresse em estudar em uma escola de tempo integral, para outras escolas, chamadas de “tempo regular”, que àquela altura receberiam menos recursos e investimentos do que a Escola Viva.

Também ficou evidente o destaque de determinados atores nas discussões sobre o programa “Escola Viva”. Como principal defensor, o secretário de Estado da Educação, Haroldo Rocha, e como símbolo de resistência democrática, mesmo compondo a “base” governista, o deputado estadual Sérgio Majeski. O deputado, como presidente da CCT, utilizou-se regimentalmente da sua condição para dar voz a educadores, estudantes, entidades de classe e movimentos sociais, no debate

acerca do PL da Escola Viva. Para além dos espaços da Assembleia Legislativa, propôs e realizou audiências públicas em diversos municípios do interior do Estado, levando o debate também para fora da Grande Vitória, onde ocorreram as principais mobilizações da comunidade escolar.

Outra constatação é de que as atas taquigráficas da Comissão de Educação, mas principalmente da Comissão de Ciência e Tecnologia, em algumas audiências públicas, não trazem o conteúdo completo das discussões, mesmo mencionando várias autoridades presentes, membros da comunidade escolar e empresários.

Exemplo disso foi a audiência pública realizada na Escola Viva de São Pedro, em que estavam presentes o presidente e o vice-presidente do Movimento Espírito Santo em Ação, assim como mencionada a presença do Sr. Marcos Magalhães, apontado como “idealizador da escola de tempo integral”. Se os mencionados acima se pronunciaram na audiência pública, não é possível saber por meio das atas, pois elas não registram nenhuma fala desses senhores. Importante ressaltar que, em qualquer documento, a ausência ou omissão de informações, dentro de determinado contexto, também pode ser interpretada como uma mensagem transmitida. Nesse caso, a percepção de resguardar tais atores.

Destacamos, também, que a primeira Escola Viva foi implantada na região da grande São Pedro, em um edifício de grandes dimensões, pertencente à Faculdade de Administração Espírito-Santense (Faesa), empresa que faz parte do Movimento ES em Ação. Inclusive, o aluguel da edificação foi alvo de uma ação popular impetrada pelo Sindicato dos Servidores Públicos do Espírito Santo (Sindipúblicos, 2016)

Os impactos trazidos pelo programa “Escola Viva” para o corpo docente da rede estadual foram vários: a) deslocamento de docentes efetivos de escolas que aderiram ao programa “Escola Viva”, onde já possuíam localização definitiva; b) quebra do princípio da isonomia no serviço público, com a aplicação de remuneração diferenciada para os educadores em atuação nas unidades da Escola Viva, que recebiam gratificação por dedicação exclusiva; c) submissão a uma nova lógica de gestão, importada da iniciativa privada via ICE e Espírito Santo em Ação, com maior

responsabilização pelos resultados dos estudantes e risco de desligamento da Escola Viva caso não se adaptasse ao “modelo” pedagógico.

Nesse sentido, concordamos com Freitas (2018, p. 109), quando afirma que:

A reforma empresarial da educação concebe o magistério da mesma forma que concebe a escola, inserido em um livre mercado competitivo [...] Estabilidade, salários iguais, previdência e sindicalização são condições que impediriam o mercado de produzir “qualidade” na escola. Em sua visão, o professor trabalhará mais se estiver com sua cabeça a prêmio todo dia.

Com o fim do governo Hartung e a chegada de Casagrande ao Executivo Estadual, em 2019, observamos uma tentativa de descontinuar o programa “Escola Viva”, não na estrutura da escola de tempo integral, mas da “marca” Escola Viva, carregada como um dos *slogans* do último governo. Mudanças significativas foram realizadas ainda em 2019, a partir da Lei Complementar nº. 928, dentre elas: a) a redação da lei explicitava a necessidade de diálogo com a comunidade escolar como preparação para a implantação de novas escolas em tempo integral; b) abandono do nome “Escola Viva”, com posterior adequação da identidade visual das escolas e dos uniformes dos estudantes; c) retirada da gratificação por dedicação exclusiva para os professores que atuavam no tempo integral; d) readequação de carga horária: oferta de escolas com 30h semanais e possibilidade de o professor com dois vínculos de 25h atuar na escola de tempo integral.

Essas mudanças apresentam duas faces das ações do novo governo: rupturas e permanências. Mesmo com diversas modificações, a estrutura do tempo integral, sob o ponto de vista da gestão e do currículo, permaneceu praticamente intacta. O que houve na verdade foi uma expansão dessa política pela rede estadual, no contexto da implantação do Novo Ensino Médio, com a inserção, nas escolas de tempo parcial: da figura do Professor Coordenador de Área (PCA); das disciplinas de Projeto de Vida e Estudo Orientado, da composição do chamado “trio gestor”, com Diretor, Coordenador Pedagógico (CP) e Coordenador Administrativo de Secretaria e Financeiro (Casf).

5.5.2 A política de bonificação: Bônus Desempenho

A política de Bonificação por Desempenho, instituída na Rede Estadual de Educação no ano de 2009, já está em vigor há 15 anos. Durante esse período, houve importantes alterações na Lei do Bônus que, de forma geral, ampliaram as possibilidades de concessão para os servidores, seja pelo aumento no valor, ou mesmo para uma maior gama de licenças que entram na excepcionalidade do desconto.

Compreendemos que o resultado meritocrático premiado pelo bônus constitui apenas uma remuneração provisória, dependendo do resultado da escola naquele ano, composto por uma série de índices e condicionantes que constituem o Índice de Merecimento da Unidade (IMU)¹⁷. Tal remuneração não integra o programa de planos e carreiras, tampouco se soma à contribuição previdenciária. Os docentes se tornam reféns dos resultados das avaliações externas e da bonificação, já que a carreira do magistério capixaba está desestruturada e o pagamento da bonificação pode trazer diferenças significativas na vida financeira de uma família.

É um processo de responsabilização docente e, nesse sentido, endossamos Freitas (2014, p. 1.097):

O fato das escolas agirem sob motivação externa sem que haja um movimento na própria cultura da escola que se aproprie de seus problemas, reflita, recrie e participe dos processos de melhoria, bloqueia e agrava as relações de ensino. A associação entre desempenho dos alunos e pagamento dos professores, seja como salário variável, seja como bônus anual, por exemplo, turbina definitivamente esta rede de relações que se torna conflitiva e concorrencial.

Constatamos que o Bônus Desempenho também se consolidou como uma política de Estado, perpassando governos (Paulo Hartung e Renato Casagrande), constituindo um mecanismo de responsabilização do trabalho docente e sua consequente punição. Essa discussão se abre para a necessidade da composição de um robusto plano de carreira para os professores da rede estadual e para que, existindo o Bônus Desempenho, seja concedido de maneira justa, seguindo parâmetros equitativos e não punitivos, dentro da legalidade.

¹⁷ Decreto n. 2761-R, de 31 de maio de 2011.

5.5.3 A Pandemia de Covid-19 e o trabalho docente

A análise dos dados apresentados evidencia os desafios enfrentados pelo trabalho docente na Rede Estadual de Educação do Espírito Santo, especialmente em decorrência da pandemia de Covid-19 e do contexto político e econômico entre 2015 e 2022. Nesse período, políticas públicas de caráter emergencial e estruturante foram implementadas, ao mesmo tempo em que o avanço da pandemia revelou o despreparo das redes educacionais – aqui analisada a Rede Estadual de Educação – para lidar com situações desse tipo. A falta de preparo tecnológico por parte dos docentes, a falta de recursos e ferramentas digitais para educadores e alunos são alguns fatores que confirmam essa tese. Como afirmam Oliveira e Pereira Junior (2020, p. 208),

O ineditismo desse contexto colocou em evidência as já conhecidas desigualdades sociais e educacionais que enfrenta o país, revelando uma situação complexa e desafiadora: a falta de acesso e suporte tecnológico dos profissionais e dos estudantes, professores inexperientes e sem capacitação prévia para o uso de tecnologias para a realização do trabalho remoto, e a situação vulnerável de muitas famílias de estudantes que, além de não conseguirem oferecer um ambiente minimamente adequado para estudo, dependem da escola para alimentar seus filhos.

Corroboramos a análise de Oliveira (2020), quando afirma ser necessária a consideração do contexto doméstico dos professores na pandemia, levando em conta o predomínio numérico de mulheres na profissão docente. Conforme aponta a pesquisadora, “[...] a informação referente ao gênero pode denotar uma diferenciação em relação às tarefas realizadas dentro de casa, da limpeza e arrumação da casa ao preparo da alimentação, além dos cuidados com os filhos e às vezes com os idosos” (Oliveira, 2020, p. 217).

Por fim, o impacto das decisões orçamentárias, como a destinação de R\$ 6,1 bilhões para aposentadorias, em vez de investimentos diretos na educação, evidencia o esvaziamento do discurso político de valorização da educação. Isso se reflete não apenas na carência de recursos durante a pandemia, mas também no achatamento da carreira docente, que desestimula a qualificação e desvaloriza os professores mais especializados. Esses fatores, combinados, apontam a necessidade urgente de

políticas que superem a lógica gerencialista e priorizem a valorização integral do trabalho docente e a qualidade da educação pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, dissertamos sobre nossa trajetória acadêmica e profissional, que se constitui um elemento importante para a tomada do objeto de pesquisa. Também abordamos parte da produção acadêmica sobre a relação público-privado na educação, o contexto e conceito de trabalho docente, a privatização da educação nas esferas federal e estadual, assim como a participação de institutos privados na educação pública.

Esta dissertação investigou os impactos da lógica de gestão privada no trabalho docente na Rede Estadual de Educação do Espírito Santo, no período de 2015 a 2022. Fundamentados em uma análise crítica das políticas públicas educacionais sob a influência do neoliberalismo, buscamos compreender de que forma se desenhou a privatização da educação na rede estadual, com práticas gerenciais, política de bonificação por desempenho e intensificação do controle burocrático, que degradaram as condições de trabalho dos educadores e comprometeram os princípios de uma educação pública inclusiva e de qualidade. Analisamos, também, conceitos de Estado, trabalho docente e neoliberalismo, relacionando-os no contexto específico do Estado do Espírito Santo. Ao longo da análise, pretendemos demonstrar que as dinâmicas do trabalho docente e o papel do Estado sob a influência do neoliberalismo desempenham papéis cruciais na configuração do sistema educacional capixaba.

Os resultados desta pesquisa evidenciam que as políticas de gestão educacional no Espírito Santo, alinhadas à lógica neoliberal, intensificaram a precarização do trabalho docente. A implementação de programas como o Bônus Desempenho e o Escola Viva, estruturados em princípios de eficiência administrativa, ilustram a interferência do setor privado na educação pública estadual e a imposição de uma lógica produtivista sobre os professores. Essa dinâmica não apenas ampliou as desigualdades entre os profissionais da rede, mas também promoveu a desvalorização da prática pedagógica, ao priorizar métricas quantitativas de desempenho em detrimento de abordagens qualitativas e emancipadoras. A sobrecarga de trabalho, associada às Atividades Pedagógicas não Presenciais (APNPs) e o retorno às aulas presenciais, ainda com altos índices de morte por Covid-

19, para a qual não havia tratamento ou vacina, são exemplos de como essas políticas desconsideram as condições reais de trabalho dos educadores. A partir do levantamento e análise dos dados obtidos na Legislação Estadual e das atas taquigráficas da Ales, concluímos e identificamos que há fortes elementos no que diz respeito ao aparato legal, que validam e permitem a privatização da gestão da educação na Sedu.

Nesse ponto, a análise segue o mesmo tom que foi levantado no referencial teórico, a partir dos estudos de Freitas, Adrião, Dardot e Laval, no sentido de que não existe uma privatização pela metade. A partir do momento em que o Estado abre possibilidades para que empresas, ONGs ou Institutos definam a política de gestão educacional, não cabe dizer que há ali uma parceria público-privada, mas sim uma privatização.

Dessa forma, o trabalho docente está sujeito a mudanças substanciais, em que a lógica de mercado invade a educação, resultando em uma maior precarização do trabalho e, conseqüentemente, em um impacto negativo na qualidade do ensino. Os docentes, como atores centrais do processo educacional, estão sujeitos a múltiplas tensões e desafios. A profissão docente é constantemente moldada pela demanda por flexibilidade e pela necessidade de atender a diversos interesses, incluindo os do mercado de trabalho e da sociedade. É fundamental reconhecer o impacto dessas dinâmicas sobre a qualidade da educação no Espírito Santo.

Embora este estudo tenha contribuído para a compreensão dos impactos das políticas neoliberais no contexto educacional capixaba, reconhecemos que sua análise se limitou ao recorte temporal e espacial da Rede Estadual de Ensino. Assim, há espaço para aprofundar a investigação, especialmente em relação às Redes Municipais de Ensino e às estratégias de resistência dos docentes diante desse cenário. Mesmo dentro do recorte proposto, é possível explorar a fundo as relações entre o Governo do Estado e a Sedu com as instituições privadas, como o Movimento Espírito Santo em Ação, o Instituto Unibanco, entre tantos outros exemplos que podem vir a ser analisados para contribuir com esse debate que certamente não se encerra aqui.

Os desafios enfrentados pelos docentes no Espírito Santo não são únicos, mas refletem tendências globais associadas ao neoliberalismo. Portanto, a pesquisa aqui apresentada pode ser relevante não apenas para o Espírito Santo, mas para outras regiões que enfrentam dilemas semelhantes no campo da educação.

Concluimos, portanto, que a educação pública, especialmente no contexto da Rede Estadual do Espírito Santo, encontra-se em um momento de tensionamento entre a lógica de mercado e a defesa de um direito social fundamental. Esta pesquisa reafirma a importância de valorizar o trabalho docente e de resistir às práticas que comprometem a autonomia pedagógica, apontando para a necessidade de políticas públicas que priorizem o fortalecimento da escola pública enquanto espaço de emancipação social e equidade.

Esses esforços devem ser acompanhados de uma maior valorização da carreira docente, incluindo condições dignas de trabalho e incentivos concretos para a formação continuada, principalmente o ingresso dos docentes em programas de pós-graduação, elementos indispensáveis para a construção de uma educação pública de qualidade. Acrescentamos, ainda, a necessidade de maior mobilização de classe, via sindicato e movimentos sociais, acompanhada por uma apropriação do contexto em que se encontra o trabalho docente e as perspectivas futuras. Nesse sentido, acreditamos que esse trabalho pode contribuir, também, para uma maior conscientização dos pares, levando a avanços na construção coletiva de propostas e mobilização para valorização do trabalho docente.

REFERÊNCIAS

ABG – Associação Brasileira de Geógrafos. **Nota de repúdio da AGB Vitória sobre o programa “EscoLAR” no Espírito Santo**. Vitória: ABG Seção Local Vitória/ES, 21 abr. 2020. Disponível em: <https://agb.org.br/nota-de-repudio-da-agb-vitoria-sobre-o-programa-escolar-no-espírito-santo/>. Acesso em: 28 out. 2024.

ABQ, Academia Brasileira de Qualidade. **Cosete Ramos – Personalidade ABQ da Qualidade 2023**. 2023. Disponível em: <https://abqualidade.org.br/cosete-ramos-personalidade-abq-da-qualidade-2023/>. Acesso em: 20 abr. 2024

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p.8-18, jan./abr. 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5692189/mod_resource/content/1/Teresa%20Adriao_Dimens%C3%B5es%20e%20Formas%20da%20Privatiza%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 17 out. 2024.

ALCÂNTARA, Alzira Batalha; MATOS, Luciane; COSTA, Roseli. Programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo: reflexões acerca da gestão educacional. **Roteiro**. Joaçaba, v. 45, p. 1–20, jan/dez. 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23378>. Acesso em: 21 mar. 2022.

ALES. Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. **Escola do Legislativo**. Disponível em: <https://www.al.es.gov.br/Escola>. Acesso em: 20 out. 2024.

ALMEIDA, Thaciana Lopes de; OLIVEIRA, Thalia Campos de; FERRARI, Lorrainy; ARAUJO, Gilda Cardoso de. Diálogos LAGEBES: contribuições para a educação capixaba no contexto da covid-19. **Revista Guará**, [S.L.], v. 1, n. 14, p. 41-53, 31 ago. 2022. Revista Guara. <http://dx.doi.org/10.30712/guara.v1i14.38280>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/guara/article/view/38280>. Acesso em: 25 out. 2024.

ALUNOS protestam contra Escola Viva e complicam o trânsito em Vitória. **Folha Vitória**, Espírito Santo, 19 mar. 2015. Disponível em: <https://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/03/2015/alunos-protestam-contr-escola-viva-e-complicam-o-transito-em-vitoria>. Acesso em: 16 out. 2024.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/giselle.souza/politica-social-ii/texto-1-balanço-do-neoliberalismo-anderson>. Acesso em: 18 mar. 2022.

APPLE, Michael. W. **Para além da lógica do mercado – compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo**. Tradução - Gilka Leite Garcia, Luciana Axhe. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

ARROYO, Miguel G. Reinventar a política reinventar o sistema de educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 653-678, jul.-set. 2013. Disponível em:

<http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 16 set. 2023.

ASSEMBLEIA aprova corte de gratificação para professores do ES. **A Gazeta**, Vitória, 20 nov. 2019. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/assembleia-aprova-corte-de-gratificacao-para-professores-do-es-1119>. Acesso em: 21 jan. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – ALES. **Lei assegura bônus integral a professor**. 2022. Disponível em: <https://www.al.es.gov.br/Noticia/2022/11/43899/lei-assegura-bonus-integral-a-professor.html>. Acesso em: 01 out. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BEHRING, Rossetti Behring; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BORGES, Helena. **Conheça os bilionários convidados para “reformatar” a educação brasileira de acordo com sua ideologia**. The Intercept, 04 de novembro de 2016. Disponível em <https://theintercept.com/2016/11/04/conheca-os-bilionarios-convidados-para-reformatar-a-educacao-brasileira-de-acordo-com-sua-ideologia/>. Acesso em: 15 de outubro de 2024.

BRASIL. Lei nº 11.738, de 6 de julho de 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa [do] Brasil**, Brasília, 14 de jul. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 17 mar. 2022

BRASIL. Ministério da Educação. **Ministro visita escola capixaba e reforça compromisso com o ensino em tempo integral**. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=50851:ministro-visita-escola-capixaba-com-proposta-inovadora-de-ensino-medio-em-tempo-integral>. Acesso em: 21 out. 2024.

CACHAPUZ, Julia. “Descontextualizado”, diz secretário de educação do ES sobre protocolo de mortes de alunos por Covid. **Revista Fórum**, 19 set. 2020. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/coronavirus/2020/9/10/descontextualizado-diz-secretario-de-educacao-do-es-sobre-protocolo-de-mortes-de-alunos-por-covid-82311.html>. Acesso em: 18 out. 2024.

CAEd Digital. **PAEBES e PAEBES Alfa - ES**. Disponível em: <https://caeddigital.net/projetos/paebes-e-paebes-alfa-es.html>. Acesso em: 14 out. 2024.

CAMPOS, R. A. *et al.* A pandemia de COVID-19 e os determinantes sociais da saúde: reflexões sobre desigualdade social e vulnerabilidade no Brasil. **Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília**, v. 30, n. 4, e20201029, 2021. DOI 10.1590/S1679-49742021000400001. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/ress/2021.v30n4/e20201029/pt>. Acesso em: 16 out. 2024.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO (CAED). Universidade Federal de Juiz de Fora. **PAEBES e PAEBES ALFA – ES**: programa de avaliação da educação básica do espírito santo. Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo. 2021. Disponível em: <https://institucional.caeddigital.net/projetos/paebes-e-paebes-alfa-es.html>. Acesso em: 14 out. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2019/11/Christian-Laval_-Pierre-Dardot-A-Nova-Razao-do-Mundo_-Ensaio-Sobre-a-Sociedade-Neoliberal-Colecao-Estado-de-Sitio-Boitempo-2016.pdf. Acesso em: 16 out. 2024.

DECISÃO na ADI 5691: STF considera inconstitucional pagar aposentados com recursos da educação no Espírito Santo. **Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo**. Espírito Santo, 05 out. 2020. Disponível em: <https://www.mpc.es.gov.br/2020/10/decisao-na-adi-5691-stf-considera-inconstitucional-pagar-aposentados-com-recursos-da-educacao-no-espírito-santo/#:~:text=Decis%C3%A3o%20na%20ADI%205691%3A%20STF,do%20Estado%20do%20Esp%C3%ADrito%20Santo>. Acesso em: 24 out 2024.

DE FREITAS, Luiz Carlos. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1.085-1.114, out.-dez., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/xm7bSyCfyKm64zWGNbdy4Gx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 out. 2024.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010. Disponível em: <https://academiafeirensedeletas.com.br/wp-content/uploads/2022/05/Uma-Breve-Historia-do-Brasil-Mary-Del-Priore-Renato-Venancio.pdf>. Acesso em: 01 out. 2024.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017. 1088 p.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?** Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

ES EM AÇÃO. **História do Espírito Santo em Ação**. 2020. Disponível em: <https://esacao.org.br/conheca-o-es-em-acao/>. Acesso em: 17 out. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Comissão de Educação. **Ata taquigráfica da Segunda Reunião Ordinária da primeira Sessão**

Legislativa da Décima Oitava Legislatura. Vitória, ES: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, folhas 08-09,10 mar. 2015.

ESPÍRITO SANTO. Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Comissão de Educação. **Ata taquigráfica da Terceira Reunião Extraordinária – Audiência Pública da primeira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Oitava Legislatura.** Vitória, ES: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, folhas 10-13,16 mar. 2015.

ESPÍRITO SANTO. **Avaliação de monitoramento da aprendizagem tem início nesta terça-feira (13).** Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/avaliacao-de-monitoramento-da-aprendizagem-tem-inicio-nesta-terca-feira-13>. Acesso em: 14 out. 2024.

ESPÍRITO SANTO. **Decreto nº 2761-R, de 31 de maio de 2011.** Regulamenta concessão da Bonificação por Desempenho para os profissionais em efetivo exercício, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, instituída pela Lei Complementar nº 504, de 20 de novembro de 2009. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2011. Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20arquivos/DE2011_2761_RegulamentaconcessaodaBonificacaoporDesempenhoSEDU.pdf. Acesso em: 14 out. 2024.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Complementar nº 504, de 23 de novembro de 2009.** Institui a Bonificação por Desempenho, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação - SEDU, e dá outras providências. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2009. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20arquivos/leicomplementar5042011bonusdesemp.pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.

ESPÍRITO SANTO. **Lei complementar nº 799, de 12 de junho de 2015 (norma revogada totalmente pela Lei Complementar nº 928, de 25 de novembro de 2019).** Cria o Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único, denominado “Escola Viva”, no âmbito do Estado, e dá outras providências. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2015. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/lec7992015.html>. Acesso em 14 out. 2024.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Complementar nº 928, de 25 de novembro de 2019.** Estabelece diretrizes para a oferta de Educação em Tempo Integral nas Escolas Públicas Estaduais e dá outras providências. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2019. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/lec9282019.html>. Acesso em 14 out. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. **Avaliação de Monitoramento da Aprendizagem tem início nesta terça-feira (13).** 2024. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/avaliacao-de-monitoramento-da-aprendizagem-tem-inicio-nesta-terca-feira-13>. Acesso em: 10 out. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. **Bônus Desempenho.** 2017. Disponível

em: <https://sedu.es.gov.br/bonus-desempenho>. Acesso em: 09 set. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. **O que é o Programa EscoLAR**. 2020. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/escolar/o-que-e-o-programa-escolar#:~:text=O%20programa%2C%20regulamentado%20pela%20Portaria,de%20novas%20aprendizagens%20por%20parte>. Acesso em: 16 out. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. **Portaria nº 047-R, de 31 de março de 2020**. Liberação EXTRAORDINÁRIA de recursos financeiros de Custeio aos Conselhos de Escola do Programa Estadual de Gestão Financeira Escolar – PROGEFE, conforme anexos I e II. Espírito Santo: SEDU, 2020. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/PORTARIA%20N%C2%BA%20047-R%20-%20Repasse%20extraordin%C3%A1rio%20de%20recursos%20custeio%20-%20alimenta%C3%A7%C3%A3o%20escolar%20-%20Covid%20-%202019.pdf>. Acesso em: 23 out. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. **Portaria nº 048-R, de 01 de abril de 2020**. Institui o Programa EscoLAR no âmbito das escolas da Rede Pública Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo e demais providências. Espírito Santo: SEDU, 2020. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Portaria%20n%C2%BA%20048-R%20-%20Programa%20EscoLAR%20revisada%20-%2001.04.2020-2-1.pdf>. Acesso em: 23 out. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. **Paebes**. 2020. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/paebes>. Acesso em: 09 abr. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. **Espírito Santo amplia número de Escolas em Tempo Integral e inicia Ensino Integral integrado ao Técnico**. 2019. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/espírito-santo-amplia-numero-de-escolas-em-tempo-integral-e-inicia-ensino-integral-integrado-ao-tecnico>. Acesso em: 01 out. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Economia e Planejamento. **Espírito Santo é o único Estado com Nota A do Tesouro no País**. 2020. Disponível em: <https://planejamento.es.gov.br/Not%C3%ADcia/espírito-santo-e-o-unico-estado-nota-a-no-pais>. Acesso em: 20 out. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado do Governo. **Escola Viva: novos profissionais participam de formação**. 2017. Disponível em: <https://seg.es.gov.br/Not%C3%ADcia/escola-viva-novos-profissionais-participam-de-formacao>. Acesso em: 21 out. 2024.

FELIZ, Cláudia. Escola Viva projeto é aprovado e alunos protestam: estudantes chegaram a fechar avenida em frente à Assembleia. **A Gazeta**, Vitória, ES, 11 jun. 2015. *In*: Instituto Jones Dos Santos Neves. Biblioteca online. Disponível em: http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20170222_aj21811_educacao_escola_viva.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. **O ES é referência educacional?** Realidade da rede estadual confronta declaração do ministro Camilo Santana. 2023. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/colunas/a-rede-estadual-e-uma-referencia-de-sucesso-educacional>. Acesso em: 09 abr. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 36, n. 99, p. 137-153, ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/cc0101-32622016160502>.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. Campinas: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003. Trimestral. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/periodicos/educacao-sociedade>. Acesso em: 01 out. 2024.

GALVÃO, Ana Carolina; ZAIDAN, Junia Claudia S. M.; SALGUEIRO, Wilberth. (org.). **Foi Golpe! O Brasil de 2016 em análise**. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2018. 271 p.

GASPAR, Ronan Salomão. **As figurações na Política Estadual de Educação em Tempo Integral no Espírito Santo**. Dissertação de mestrado. PPGE-Ufes, Vitória. 2016.

GENTILI, Pablo Antonio Amadeo (org.). **Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 303 p.

GENTILI, Pablo Antonio Amadeo.; SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: visões críticas**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 203 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, Alyne dos Santos; PATEZ, Mariana Luz; SILVA, Marta Zorzal e. Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação: Trajetória, Redes e Poder sob a Perspectiva do Discurso do Sujeito Coletivo. **Sinais - Revista Eletrônica: Ciências Sociais**, Vitória, v. 1, n. 10, p. 383-418, dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/2825>. Acesso em: 14 jul. 2023.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: parte geral**. vol. 1. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 571 p.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi; KLAUS, Viviane; PEREIRA, Ana Paula Marques. Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos. **Pro-Posições**, Campinas, v. 33, n. 30, p. 1-21, 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2020-0141>. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/lancamentos/pro-posicoes-v-33-2022>. Acesso em: 19 set.

2023.

‘GRIPEZINHA’ e ‘País de maricas’: confira as frases de Bolsonaro sobre a pandemia. **Folha de Pernambuco**, Pernambuco, 19 jun. 2021. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/politica/gripezinha-e-pais-de-maricas-confira-as-frases-de-bolsonaro-sobre/187784/>. Acesso em: 04 out. 2024.

ICE - INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO. **Escola da escolha**. 2020. Disponível em: <https://icebrasil.org.br/escola-da-escolha/>. Acesso em: 14 out. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) (Brasil). Ministério da Educação. **Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 16 out. 2024.

KOGA, Yáscara Michele Neves; GUINDANI, Evandro Ricardo. Educação e neoliberalismo: interferências numa relação tirânica. **Simbiótica**. Vitória. Revista Eletrônica, v. 4, n. 2, p. 87–103, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/19615>>. Acesso em: 17 mar. 2022.

LIMA JUNIOR, Eduardo Brandão; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Adriana Cristina Omena dos; SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando. Análise Documental como percurso Metodológico na Pesquisa Qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, Campinas, v. 20, n. 44, p. 36-51, abr. 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>. Acesso em: 04 set. 2023.

LIMA, Marcelo; SPERANDIO, Renan dos Santos; COSTA, Debora Freitas. Interesses do empresariado em torno do projeto escola viva. **E-Mosaicos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 21, p. 120-133, 23 jul. 2020. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/e-mosaicos.2020.46287>.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U, 2020.

MAJESKI, Sergio. **Projeto de Majeski vira lei e Bônus Desempenho terá menos descontos em 2023**. 2022. Disponível em: <https://www.sergiomajeski.com.br/post/bonusdesempenhodescontos>. Acesso em: 01 out. 2024.

MARTINS, Erika Moreira. **Todos pela educação?** Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

MAUÉS, Olgaíses. Regulação educacional, formação e trabalho docente. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 44, p. 473–492, 2009. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/2040>. Acesso em: 28 mar. 2022.

MOREIRA, Walter. Revisão de literatura e desenvolvimento científico: conceitos e

estratégias para confecção. **Janus**, Lorena, ano 1, n. 1, p. 19-30, jul./dez. 2004. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/19/o/Revis__o_de_Literatura_e_desenvolvimen_to_cient__fico.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

OLIVEIRA JÚNIOR, Ruy Barboza de. **As políticas educacionais do segundo mandato do governo Paulo Hartung e seus impactos no trabalho docente**. 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação da profissão docente no contexto da nova gestão pública na América Latina. **Revista da FAEEBA: educação e contemporaneidade**, Salvador, v. 27, n. 53, p. 43-59, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/issue/view/330/302>. Acesso em: 14 mar. 2022.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 36, n. 132, p. 625-646, set. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302015152440>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NvQbjcqWFMxgRfLCTr3CLCJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2024.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Trabalho docente**. 2020. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/trabalho-docente/>. Acesso em: 10 out. 2023.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; PEREIRA JUNIOR, Edmilson. Desafios para ensinar em tempos de pandemia: as condições de trabalho docente. *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade; POCHMANN, Marcio (orgs.). **A devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia**. 1. ed. Brasília: Gráfica e Editora Positiva, 2020, p. 207-228. Disponível em: <https://www.economia.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/outros/a-desvastacao-do-trabalho.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

OLIVEIRA, Eliana de; ENS, Romilda Teodora; FREIRE, Daniela B. S. A.; MUSSIS, Carlo Ralph de. Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação. **Revista Diálogo Educacional**, Paraná, v. 4, n. 9, p. 1-17, maio-agosto 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189118067002>. Acesso em: 23 set. 2023.

OLIVEIRA, Ueber José de; LIRIO, Marcos Marcelo. O projeto escola viva: a política de educação neoliberal de Paulo Hartung, no Espírito Santo (2003-2016). **Clio Revista de Pesquisa Histórica**. Recife, v. 35, n. 1, p. 272-295, 11 jan. 2017. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2017.35.1.al.14>. Acesso em: 23 mar. 2022.

PARO, Vitor Henrique. **O capital para educadores: Aprender e ensinar com gosto a teoria científica do valor**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

PAULO HARTUNG, do PMDB, é eleito governador do Espírito Santo. **G1 ES**, Espírito Santo, 05 out. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/eleicoes/2014/noticia/2014/10/paulo-hartung-do-pmdb-e-eleito-governador-do-espírito-santo.html>. Acesso em: 20 out. 2024.

PERONI, Vera Maria Vidal. Regressão conservadora e ameaças às políticas públicas em educação na América Latina. **Revista Temas em Educação**, v. 29, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/56014>. Acesso em: 14 mar. 2022.

PERONI, Vera Maria Vidal. Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, p. 01-17, out. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/es.241697>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/gPNy6mbMhQVmfzrqX8tRz4N/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

PETERLE, Tatiana Gomes dos Santos; LIMA, Marcelo; ALVARENGA, Jefferson Ferreira. O gerencialismo e a educação no Espírito Santo. **Revista Histedbr On-Line**, Campinas, v. 20, p. 01-22, jul. 2020. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/rho.v20i0.8654820>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8654820/22663>. Acesso em: 24 jul. 2023.

PGR questiona resolução do TCE-ES sobre despesas com previdência de inativos da educação. **Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo**. Espírito Santo, 28 abr. 2017. Disponível em: <https://www.mpc.es.gov.br/2017/04/procurador-geral-da-republica-questiona-resolucao-do-tce-es-sobre-despesas-com-previdencia-de-inativos-da-educacao/>. Acesso em: 24 out. 2024.

RAMOS, Jeannette F. P.; CHAVES, Samara Almeida; MAIA, José Gilberto Biserra. **Trabalho Docente Alienado**. Fortaleza: UECE, 2007. (GT 09, Trabalho e Educação).

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. Reformas educacionais e proletarização do trabalho docente. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**. Maringá, v. 30, n. 1, p. 45-56, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3073/307324802011.pdf> Acesso em: 14 mar. 2022

SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SAUVÊTRE, Pierre; LAVAL, Christian; GUÉNGUEN, Haud; DARDOT, Pierre. **A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo**. 1. ed. Editora Elefante, 2022.

SINDIPÚBLICOS ingressa com ADIN contra dispositivos do bônus desempenho da SEDU. **Século Diário**. Espírito Santo, 12 ago. 2017. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/educacao/sindipublicos-ingressa-com-adin-contra-dispositivos-do-bonus-desempenho-da-sedu/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

SINDIPÚBLICOS. **Ação popular denuncia irregularidades no aluguel do prédio da Escola Viva**. 2016. Disponível em: <https://www.sindipublicos.com.br/acao-popular-denuncia-irregularidades-no-aluguel-do-predio-da-escola-viva/>. Acesso em: 14 out. 2024.

SILVA, Clara Gomes Veloso da. **Impactos da pandemia de Covid-19 na execução orçamentária da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo**. 2022. 57 f. TCC - Curso de Especialização em Administração Pública no Século 21, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/258696/001169866.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 out. 2024.

TAMEZ, Sílvia. Saúde docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/saude-docente/> Acesso em: 17 abr. 2024

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil: volume único**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, METODO, 2021. 2.879 p.

TELEFÔNICA VIVO. **Ong, Instituição, Fundação, Entidade: semelhanças e diferenças**. Fundação Telefônica Vivo, 30 nov. 2016. Disponível em: < <https://www.fundacaotelefonicavivo.org.br/noticias/ong-instituicao-fundacao-entidade-semelhancas-e-diferencas/>>. Acesso em: 20 out. 2024.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020**: capítulo 6 - Professores. Disponível em: <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/capitulo-6-professores.html#e6e78982-d34e-48c4-a39a-e4119be8b2a1>. Acesso em: 24 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES). **Laboratório de Gestão da Educação Básica do Espírito Santo (Lagebes)**. 2024. Disponível em: <https://ce.ufes.br/laboratorio-de-gestao-da-educacao-basica-do-espírito-santo-lagebes>. Acesso em: 01 out. 2024.

ANEXOS



Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATAS

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura

PERÍODO 01-02-2015 a 22-12-2015

COMPOSIÇÃO INICIAL

Membros Efetivos:

Deputada LUZIA TOLEDO - Presidente
Deputado BRUNO LAMAS - Vice-Presidente
Deputado RODRIGO COELHO
Deputada RAQUEL LESSA
Deputado MARCOS BRUNO

Membros Suplentes:

Deputado GILDEVAN FERNANDES
Deputado SÉRGIO MAJESKI
Deputado PADRE HONÓRIO
Deputado EDSON MAGALHÃES
Deputado GILSINHO LOPES

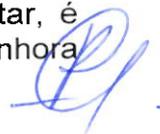
Processo Administrativo	Folhas
Carimbo/Rubrica	08



Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da Segunda Reunião Ordinária da primeira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Oitava Legislatura, realizada aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às doze horas e trinta minutos, no Plenário Deputada Judith Leão Castello Ribeiro, desta Casa de Leis. Reúne-se a Comissão de Educação sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Deputada Luzia Toledo, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Deputados, Bruno Lamas e Raquel Lessa. Presente os Senhores Procuradores Dr. Vinicius Oliveira Gomes Lima e Alécio Favaro. A Senhora Presidente inicia os trabalhos agradece a presença dos excelentíssimos Senhores Deputados, informa aos telespectadores que esta a disposição para qualquer questionamento, solicita a leitura da ata. Ata lida, coloca em votação. Aprovada por unanimidade. Solicita a **Leitura do Expediente: Of.123/2015 – SINDIUPES** - Apoio às demandas dos professores nesta nova legislatura 2015-2018. Considerando as demandas desta categoria, que dependem do poder legislativo como o Plano Estadual de Educação; medidas de combate à violência escolar; valorização do magistério; dentre outras. Solicitamos o apoio de Vossas excelências a estas e outras pautas dos professores e dos demais trabalhadores da educação. Ciente, archive se. Gostaria de informar que acabamos de receber o Projeto do Governo do Estado "Escola Viva" que foi lido ontem em Sessão Ordinária da ALES e seguirá para comissões desta Casa de Leis. Informamos que esta Comissão realizará uma Audiência Pública para discutirmos este tema com o Secretário de Estado da Educação. Gostaria ainda, de deixar registrado em reunião ordinária da Comissão de Educação, que o requerimento feito pelo vice presidente desta Comissão Deputado Bruno Lamas, convidando o Sr. Aridelmo Teixeira vice presidente do Espírito Santo em Ação, para falar sobre a Educação Integral no ES, já é uma resposta ao SINDIUPES e todo corpo docente do estado do ES. **PROPOSIÇÕES RECEBIDAS:** Não Houve. **PROPOSIÇÕES DISTRIBUÍDAS:** Não houve. **PROPOSIÇÕES SOBRESTADAS;** Não houve. **PROPOSIÇÕES BAIXADAS DE PAUTA:** Não houve. **ORDEM DO DIA** - Informamos que estivemos em reunião por duas horas com o Secretário de Estado da Educação o Sr. Haroldo Rocha, onde estiveram presentes os Deputados Bruno Lamas e Rodrigo Coelho, bem como o Prof. Gonçalo de Medeiros Presidente do Instituto Valores Humanos do Rio de Janeiro, Janete Pantaleão Coordenadora do Estado da Infância e Juventude, Marcia Lamas vereadora, e ex-Secretária de Educação do município da Serra, para apresentação do Projeto "Educação em Valores Humanos". A presidente agradece a presença do Sr. Aridelmo Teixeira - Vice Presidente do Espírito Santo em Ação- e do Sr. Luciano Gollner, Secretário Executivo do Espírito Santo em Ação, para palestrar sobre "Escola Integral" e acusa a presença da Jamile Sanbaldi assessoria de comunicação do Espírito Santo em Ação. A Senhora Presidente passa a palavra para o Deputado Bruno Lamas que cumprimenta a todos e diz que estivemos com o Secretário de Educação com uma pauta que vai revolucionar a educação do

nosso estado , o Projeto Educação Valores Humanos que foi reconhecido pela UNSECO. A Presidente passa a palavra para o Sr. Aridélmo Teixeira, que inicia a palestra indagando, como gostaríamos que nossos filhos ou nossos netos estivessem vivendo em 2030? Segundo o vice-presidente do Espírito Santo em Ação, Aridélmo Teixeira, a pergunta norteia o grupo empresarial, que possui nove eixos temáticos, sendo um deles a educação. Para este, a visão de futuro do grupo se baseia no acesso à educação com qualidade e a formação de capital humano avançado. Ou, dito de outro modo, na escola de ensino integral. Protagonismo juvenil, formação continuada, corresponsabilidade, excelência em gestão e replicabilidade são alguns dos pilares que, segundo o grupo fundado em 2003, sustentam a escola integral. O modelo, foi criado pelo ex-presidente da Philips do Brasil e América Latina e atual presidente do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) Marcos Magalhães para escolas públicas de ensino médio de Pernambuco. O modelo já é adotado no Ceará, Piauí, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás. A escola integral deve envolver os alunos numa “parceria de decisões”, a corresponsabilidade, e não somente transmitir conteúdos, mas preparar o aluno para a vida, desenhando um projeto de vida para ele o protagonismo juvenil. “A espinha dorsal é ver qual é o projeto de vida do aluno”. **“O problema da educação está na qualidade e o problema da qualidade está na gestão.** Alunos e professores em tempo integral, salas temáticas, laboratórios de ciências, biblioteca geral e três refeições diárias, também fazem parte desse modelo”. A presidente do colegiado, Deputada Luzia Toledo (PMDB), falou na oportunidade sobre o projeto “Escola Viva”, e se alegrou em saber que a proposta do Espírito Santo em Ação já foi colocada para o Governo do Estado. “Será um casamento perfeito” concluiu. O programa “Educação em Valores Humanos” também foi apresentado durante a reunião pelo presidente do Instituto de Educação em Valores Humanos, professor Gonçalo Medeiros ressalta que “Educação em Valores Humanos é a formação para a vida”. A educadora e ex-vice-prefeita do município da Serra, Márcia Lamas, destacou o sucesso da implementação do programa na cidade. “Nós tivemos essa experiência em 31 unidades de ensino da Serra, não era em regime de tempo integral, mas nós vimos a transformação de alunos, professores e de todos os funcionários”. A coordenadora estadual de Enfrentamento à Violência Doméstica, desembargadora Dra. Hermínia Azoury, e a coordenadora das Varas da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), Dra. Janete Pantaleão Coordenadora do Estado da Infância e Juventude da Serra defendeu o propósito do programa: “ A pasta da educação é a pasta mais importante de qualquer gestão. Eu que atuo na área de adolescentes e atos infracionais, vejo o paralelo importante entre educação e infração. É importante passar valores, não somente conteúdos” **COMUNICAÇÕES:** Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerra a reunião às treze horas e quarenta e cinco minutos e convida seus pares para a próxima que será ordinária no dia dezessete de março à hora regimental. E, para constar, é lavrada a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente.



ATA APROVADA

na forma do artigo 97, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, na Reunião Ordinária realizada no dia 31/03/15.

PRESIDENTE



Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da terceira Reunião Extraordinária – Audiência Pública da primeira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Oitava Legislatura, realizada aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às doze horas, no Plenário Dirceu Cardoso, desta Casa de Leis. Reúne-se a Comissão de Educação, com objetivo de discutir o "Programa de Ensino Médio em Turno Único – Escola Viva". Compõe a mesa: Deputada Luzia Toledo; Deputado Bruno Lamas, Deputada Raquel Lessa, Deputado Sergio Mageski, Deputado Padre Honório, Deputado Erick Musso, Deputado Theodorico Ferraço, Deputado Gildevan Fernandes, Deputado Guerrino Zanon, Deputado Dary Pagung, Deputado Nunes Leal, Secretário de Estado da Educação Haroldo Correa Rocha, Secretário da Casa Civil Paulo Roberto, Diretor do SINDIUPES Sr. Christovam Mendonça, Presidente da UESES – Aluno Luiz Felipe Guilherme Costa e representando todos os prefeitos municipais o Prefeito de Muqui Aloisio Filgueiras. A Presidente declara aberto os trabalhos da Comissão de Educação nesta Audiência Pública. Com a Palavra o Senhor Secretário Haroldo Rocha - agradece a oportunidade de debater esse tema tão importante, que hoje esta na pauta na Casa, o projeto denominado Escola Viva, garantindo escola em tempo integral para estudantes do ensino médio. Nas últimas três décadas acredito que demos passos firmes no caminho de priorizar a educação. Sempre existe uma diferença do discurso e do que se faz, e estamos caminhado para aproximar o discurso do que se faz, e quando eu falo de prioridade, não é só questão de politico ou de governo, é prioridade das familias, é prioridade dos empreendedores, que necessitam das pessoas para trabalhar, meu sentimento nesse aspecto é muito positivo, demos passos firmes para que a educação seja prioridade nesse país. Avançamos também na formação de um consenso, de que precisamos de construir uma escola diferente, e é nesse aspecto que vem a ideia de se ter uma escola em tempo integral e essa é uma ideia que entrou no discurso, na cabeça e no coração das pessoas, se fizemos uma pesquisa, termos 98% das pessoas dizendo que esse é um caminho a ser seguido. Quem não se lembra de Darci Ribeiro, do saudoso ex governador Leonel Brizola, com os primeiros CIEPS, no estado do Rio de Janeiro. Tivemos muitas experiências. No passado possuíamos algumas limitações, financeira e principalmente populacional. Como tínhamos uma população em crescimento muito acelerado e como tínhamos um número de crianças que chegavam para educação básica que crescia muito a cada ano, era muito difícil você pensar em estruturar uma rede de escolas em tempo integral, o que nós fomos fazendo foi multiplicar escolas com qualidade duvidosa, mas para trazer todos para o ambiente escolar. O Plano Nacional de Educação colocou a meta de ter cinquenta por cento do ensino fundamental e do médio em tempo integral. Vivemos uma conjuntura, favorável. A Escola Viva é um compromisso de campanha do Governador, a Escola Viva é no Ensino médio, vamos começar focados no ensino médio. Estamos tendo um apoio da instituição chamada Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, é uma ONG, que já existe a mais de uma década que desenvolveu essa metodologia. Este Instituto já atua em Pernambuco, Ceará, São Paulo, Sergipe, Goiás, no Espírito Santo tem parceria com o Espírito Santo em Ação. A estratégia de implantação da Escola Viva, será começar pelos quatro grande municípios da Grande Vitória. O Programa Escola Viva, vai começar mas não vai terminar aqui, nos vamos para o interior. Esse projeto de Lei, é a garantia para que esse projeto não seja um projeto de governo e sim um projeto de Estado. É muito difícil se conformar com a escola de ensino médio que temos hoje que fez um IDEB de 3,4 em 2009, que fez um IDEB de 3,3 em 2011 e que fez um IDEB de 2,4 em 2013, não podemos nos conformar. As cinco dimensões da Escola Viva: curricular; os alunos; os professores; o espaço físico e o tempo escolar. O currículo são matérias obrigatórias e disciplinas optativas. A Escola Viva, não pode ter evasão, mas não por obrigação, pelo jovem gostar da escola, a Escola Viva, não pode ter reprovação, não aprovar sem que os jovens saibam, mas por criar oportunidade para que os

[Assinaturas manuscritas]



Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Processo Administrativo	Folhas
Carimbo/Rubrica	04

jovens aprendam. O jovem que estuda numa escola, priorizada para ser uma Escola Viva e não desejar permanecer nesta escola, será remanejado para outra o mais próximo possível de seu ambiente. A escola vai funcionar com professores e funcionários efetivos, isso é fundamental, estudos pedagógicos, psicológicos comprovam que um dos segredos da aprendizagem é o conhecimento entre quem ensina e quem aprende. Os professores também farão a escolha, ninguém será obrigado a trabalhar na Escola Viva. Esse projeto de Lei que aqui está, é um projeto mínimo, que traz conceito da escola viva, mas nós queremos que seja aprovado nessa Casa, para que se torne um programa de Estado. Com a palavra o Deputado Gildevan Fernandes - podemos ter muitos questionamentos, tudo isso é legítimo, o que não posso acreditar é que uma pessoa diga que a Escola Viva não é um exemplo para o nosso país e para o Espírito Santo. O modelo é ideal, a proposta vem trazer para os alunos da escola pública a oportunidade de terem uma escola com qualidade de uma escola particular. Essa lei inicial poderá ter falhas, mas que podem se ajustar, o que nós não podemos é continuar com a educação que temos. Com a palavra o Sr. Secretário Haroldo Rocha - esta lei é um marco que estabelece um caminho, para que cheguemos a uma rede de ensino médio, de escola contemporânea. Com a palavra o Deputado Bruno Lamas - tenho cinco perguntas ao Secretário de Educação, segundo matéria vinculado no jornal A Tribuna, a expectativa do governo é que o projeto será implantado no segundo semestre deste ano, como isso acontecerá se as escolas selecionadas terão de passar por reestruturação e se isso será possível no decorrer do ano letivo? Segunda, a proposta será o atendimento de oitocentos a mil alunos e os alunos excedentes, serão remanejados para outras escolas? Os professores efetivos com posto de trabalho, nas escolas escolhidas para Escola Viva, não selecionados pelo projeto como ficarão os seus direitos? Os professores contratados serão dispensados no meio do ano? E por último, o programa prevê seleção através de processo seletivo, os professores efetivos ingressaram através de concurso público como se explica serem submetidos a novo processo de seleção? Com a palavra o Sr. Secretário Haroldo Rocha - sobre o item um, nos estamos planejando a Escola Viva, desde o ano passado, absorvendo a metodologia do ICE, com experiência de mais de setecentas escolas que eles tem funcionando Brasil, nós planejamos começar no segundo semestre pois o governo que estava iniciando não tinha como iniciar em fevereiro passado, aproveito pra falar que as escolas não estão definidas, estamos avaliando. No ponto dois, as Escolas Vivas, serão escolas para oitocentos a mil alunos, depende da quantidade de salas que existem na escola. No ponto três, vejo a preocupação dos professores, a legislação prevê as situações que o professor muda de uma escola pra outra e adianto para as pessoas que estão nos assistindo, nós vamos fazer um concurso de remoção agora no mês de abril, e tem muitos professores querendo ser removidos. A Escola Viva, não reduz, a quantidade de aulas a serem dadas, ela amplia, então precisaremos de mais professores. O concurso público ele serve pra entrar na carreira, mas dentro do sistema sempre haverá seleção interna. Com a palavra o Deputado Professor Sergio Mageski - declara que a tramitação em regime de urgência não deveria estar acontecendo, hoje o ensino médio é o grande gargalo de ensino em todos os níveis, é onde se encontra o maior nível de desistência, o maior número de reprovação. Pontuo alguns problemas que resultam nisso, a falta de infraestrutura das escolas, a formação dos professores, a questão salarial dos professores, as condições de trabalho dos professores, a taxa líquida de matrícula do ensino médio hoje gira em torno de cinquenta e sessenta por cento, ou seja dos matriculados de quinze a dezessete anos que deveriam estar no ensino médio apenas metade desses estão, o número de alunos que chegam com distorção de aprendizagem, que chegam ao ensino médio sem saber ler ou escrever, esses são apenas alguns dos problemas que se verificam. Em que medida a Escola Viva responde a todos esses problemas? Uma outra questão é, quando se diz que os alunos e professores, terão opção, não há uma interpretação de que

So

P

Handwritten signature



Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

isso seria possível, seria possível se em cada bairro tivesse uma escola próxima, para que ele pudesse se locomover. Pegando exemplo do colégio Estadual, que recebe alunos de toda a Grande Vitória, se corta um turno inteiro para ali funcionar uma escola de turno integral, para onde esses alunos irão? Outro ponto que não concordo é que se um professor efetivo que está numa escola por mérito seja obrigado ir para outra escola. Como ficará a situação do aluno trabalhador? Peço ao Secretário e ao líder de Governo que retirem o pedido de urgência do projeto. Palavra com o Secretário Haroldo Rocha - acompanho suas considerações a respeito das carências da educação que ainda temos, a Escola Viva, busca exatamente superar isso. É obvio que o avançar do programa vai ter que construir e reconstruir outras escolas, estamos estudando a possibilidade de alugar prédios que já foram escolas, para que possamos fazer o programa avançar. A Escola Viva é o caminho para começarmos, não dá pra fazer em quatro anos, talvez precisemos de dez, mas temos de começar de algum ponto. Com a palavra Deputado Sandro Locutor - continuo questionando o andamento dos projetos em regime de urgência, o projeto é baseado em um projeto existente no Estado de Pernambuco, mas ele tem alguns contraditórios, e gostaria de esclarecer, nós temos o aluno que pratica o menor aprendiz, temos os estágios. Vossa excelência disse que teremos concurso de remoção, mas o artigo 13 diz assim: A mudança de localização dos professores e demais servidores públicos lotados nas Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único será feita, de ofício, pelo Secretário de Estado da Educação, eu gostaria de fazer um apelo para que empenhe em retirar o pedido de urgência deste projeto. Com a Palavra Secretário Haroldo Rocha - de fato o estudante de ensino médio, tem varias situações, tem o estudante que faz estágio, o que trabalha e o que só estuda, mas temos que organizar uma escola que consiga atender essa diversidade. A questão da remoção, o que esta dito aqui, esta na lei geral, o professor escolhe uma escola quando faz um concurso, e depois ele pode mudar, por ato do secretário, por remoção, isso é da regra. Com a Palavra o Deputado Erick Musso - do jeito que está o sistema educacional capixaba, não dá pra ficar, é isso que nos escutam da população durante a campanha eleitoral, dessa forma parabenizo o governador Paulo Hartung, pois um grande líder tem de ter a coragem de fazer, embora haja situações de que algumas pessoas não concordem. Minha sugestão é de que as crianças que tiverem de ser transferidas, que não sejam transferidas para muito distantes de suas casas. Com a palavra Deputado Marcos Bruno - vou abdicar dos meus questionamentos para dar mais tempo para a população, o público presente fazer seus questionamentos. Com a palavra o Diretor do SINDIUPES Sr. Christovam Mendonça - escola viva, precisa ter sangue, precisa andar respirar ouvir e falar, certamente esta escola, nós queremos sim, mas nas mais de quinhentas unidades espalhadas neste estado. Educação não se faz sem muita discussão, muito estudo, muito dialogo, os especialistas que discutem esta pauta, costumam dizer que o que se discute hoje em educação se implementa daqui a dez, vinte anos, não dá pra discutir Escola Viva de ontem pra hoje e querer implementa-la neste semestre ou neste ano e isto vai contra toda a politica acadêmica de estudo do que queremos e esperamos que esse governo também queira no que tange a qualidade da educação deste Estado. Este projeto de repente até pode ser uma boa ideia, mas a boa ideia deve ser exaustivamente discutida. Como se falar em Escola Viva, sem ter o mínimo nas mais de quinhentas unidades de escolas públicas desse estado. Com a palavra o Sr. Secretário Haroldo Rocha - a escola de tempo integral não começou hoje no Brasil, em nossos milhares de municípios, temos "n" experiências de escolas de tempo integral. A razão principal deste projeto de lei, é transformar esse programa em projeto de Estado e não de governo. Precisamos ter responsabilidades. Com a palavra o representante dos Estudantes Luiz Felipe Costa - o ensino médio é um ensino médio desmotivador, compreendemos a importância do projeto Escola Viva, mas esse tipo de projeto tem de ser exaustivamente debatido, não apenas com os professores, mas








Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

também com estudantes, pais de alunos e comunidade. Faço um apelo ao Secretário, como UESES, receba-nos em seu gabinete, pois os estudantes tem muito a dizer. Peço que seja retirada a urgência deste projeto. Pra concluir, gostaria de perguntar, se seus filhos, netos ou parentes, estudariam nesta Escola Viva? Com a palavra o Secretário de Educação Haroldo Rocha - a sua fala me anima, muito, pois convergimos no diagnostico, você disse a mesma coisa que eu sobre o atual ensino médio. Em respeito aos cidadãos que pagam os impostos, aos estudantes que estão aqui, temos que concentrar os nossos esforços para construirmos um ensino médio diferente. A proposta desse projeto de lei, é que a Assembleia, como lei, que o ensino médio no Espírito Santo, vai mudar, com planejamento, respeitando os professores e os alunos, para darmos passos seguros. Com a palavra a Sra. Noêmia Simonasi - quero dizer ao Secretário, que a escola onde eu trabalho, em Colatina, é uma escola viva, porque lá tem professores e alunos, este projeto não pode tramitar dessa forma, solicito aos deputados, que não podemos mexer na vida dos profissionais de educação e dos alunos dessa forma, peçam prazo, vamos discutir esse projeto. Se o governo quer uma escola de qualidade, se quer um ensino de qualidade, que se respeite o magistério, pague o piso salarial nacional. Solicito aos deputados, retirem esse projeto de urgência. Com a palavra a Sra. Dorzila Vaz - Diretora do SINDIUPES - algumas pessoas que ouvi falar, não conhece a escola pública. Como querem discutir essa proposta, sendo que os representantes dos pais e dos alunos ainda não foram recebidos pelo Secretário? Com a palavra o professor Paulo Mota - professor do Colégio Estadual - como doutor em educação eu analiso a educação brasileira como sendo simplesmente um palanque eleitoral. Não somos contrários a Escola Viva, o que queremos é que seja feito um processo social, igualitário para todos. Tenho a certeza que os senhores, não colocariam seus filhos em uma Escola Viva. O Sr. colocaria seus filhos em uma Escola Viva Sr. Secretário? Com a palavra professor Curbani - falo aqui como cidadão e como cidadão estou envergonhado, de ver este projeto tramitando em regime de urgência. A Escola Viva pode ser o caminho a ser seguido, mas como esse projeto pode ser construído sem o diálogo com a sociedade? O Sr. citou Darci Ribeiro, eu duvido que Darci Ribeiro daria uma ordem de despejo a professores e alunos. Reitero que este projeto não poderia ter entrado em regime de urgência sem antes ter este dialogo aqui. Um dos problemas do projeto é como querem exigir que um professor trabalhe quarenta horas sem regulamentar na lei? Reitero o pedido para que se retire esse projeto do regime de urgência. Com a palavra o Secretário Haroldo Rocha - Este projeto é um ponto de partida. O estudante faz escolhas, ele escolhe escola. O projeto não tem nada de novo, com a relação trabalhista dos professores, já existe lei que regulamenta tudo que vai ser feito. Não dá pra dizer que implantar a Escola Viva, vai reduzir a oferta de ensino. Com a palavra o Sr. Deputado Gildevan Fernandes - este projeto não será votado hoje e nem amanhã. As comissões de Educação e de Cidadania, pedirão prazo regimental e vão ouvir as sugestões de vocês. Com a palavra Deputada Luzia Toledo - agradecemos a todos os presentes e deixamos o e-mail das comissões de educação e cidadania no painel do plenário para que envie sugestões para as comissões. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerra a reunião às quatorze horas e quarenta minutos, e convida seus pares para a próxima, que será ordinária à hora regimental. E, para constar, é lavrada a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA APROVADA

na forma do artigo 97, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, na Reunião Ordinária, realizada no dia 31/03/15.

[Signature]
PRESIDENTE

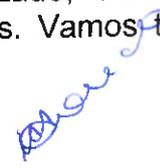
[Signature]
Presidente

[Signatures]



Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da sétima Reunião Ordinária da primeira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Oitava Legislatura, realizada aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, às doze horas e trinta minutos, no Plenário Rui Barbosa, desta Casa de Leis. Reúne-se a Comissão de Educação sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Deputada Luzia Toledo, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Deputados, Bruno Lamas, Sergio Majeski e Raquel Lessa. Presente os Senhores Procuradores Dr. Vinicius Oliveira Gomes Lima e Alécio Favaro. A Senhora Presidente inicia os trabalhos agradece a presença dos excelentíssimos Senhores Deputados e solicita que seja lida à ata da sexta reunião ordinária, coloca em discussão, não havendo quem queira discutir em votação, ata aprovada por unanimidade. **Leitura do Expediente: Ofício DETRAN/ES Nº159/2015; Comunicado – Ministério da Educação S/N /2015; Ofício 146/2015 – Gabinete Deputado Bruno Lamas; Ofício 145/2015 – Gabinete Deputado Bruno Lamas; Ofício 143/2015 – Gabinete Deputado Bruno Lamas. PROPOSIÇÕES RECEBIDAS; PROPOSIÇÕES DISTRIBUÍDAS; PROPOSIÇÕES SOBRESTADAS; PROPOSIÇÕES BAIXADAS DE PAUTA:** Não houve no período. **ORDEM DO DIA: Ofício 146/2015 – Gabinete Deputado Bruno Lamas** – Propondo convite à Senhora Vera Lúcia Baptista Castiglione, Secretária de Educação do município da Serra, para apresentação do Plano Municipal de Educação, em votação, aprovado a unanimidade, solicito que a secretaria faça o convite para a próxima reunião; **Ofício 145/2015 – Gabinete Deputado Bruno Lamas-** Propondo convite ao Senhor Christovam de Mendonça Filho, diretor do SINDIUPES, e à Senhora Maria Aparecida Gomes de Araújo, representante da Associação de Pais e alunos do Estado do Espírito Santo – ASSOPAES, para discorrerem sobre assuntos que visam contribuir para melhorias da Educação em nosso Estado, em votação, aprovado a unanimidade ;**COMUNICAÇÕES:** A Senhora Presidente, Deputada Luzia Toledo, comunicou que o Governo do Estado iria encaminhar o Plano para a Casa até o dia 28 deste mês. Depois vamos marcar uma audiência pública. Podem ficar tranquilos que não está fora da nossa organização essa audiência para debater o plano. O vice-presidente, deputado Bruno Lamas, informou que nesta terça esteve reunido com o secretário de Educação Haroldo Correa Rocha. "Ele garantiu que vai cumprir o prazo e dia 28 vai chegar à Ales. Depois teremos um prazo de apenas 20 dias para aprová-lo, se a Ales vai atender ou não são cenas do próximo capítulo, mas peço a sensibilidade para marcar a audiência para depois que o plano chegar. Deputada Luzia Toledo, relatou que o deputado Rodrigo Coelho, membro efetivo da comissão, representou a Assembleia na Reunião do Conselho Estadual de Educação discutiu as bases do plano. A comissão está estabelecida e tem cronograma, a sistematização vai até dia 22, no dia 23 tem uma reunião interna para finalizar o projeto de lei do plano. Dia 28 o fórum recebe o projeto finalizado, ele segue para o governador Paulo Hartung e então vem para a Ales. Vamos tomar primeiro



conhecimento do conteúdo e após fazer a discussão. Para finalizar a deputada informou que o Instituto Jones Santos Neves (ISJN) realizou em parceria com a secretaria da Educação (Sedu) um diagnóstico com informações que vão auxiliar na formação do plano estadual e dos municipais de educação e que todo o conteúdo estava disponível no site da instituição.. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerra a reunião às treze horas e trinta minutos e convida seus pares para a próxima que será ordinária no dia dois de junho à hora regimental. E, para constar, é lavrada a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente.

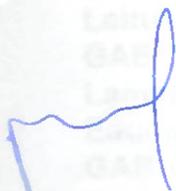

PRESIDENTE





ATA APROVADA
na forma do artigo 97, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, na Reunião 8ª Ordinária, realizada no dia 20/05/15.

Presidente





Processo Administrativo	Folhas
Carimbo/Rubrica	30

Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da Décima Segunda Reunião Ordinária da primeira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Oitava Legislatura, realizada aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, às doze horas e trinta minutos, no Plenário Rui Barbosa, desta Casa de Leis. Reúne-se a Comissão de Educação sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Deputada Luzia Toledo, com a presença da Excelentíssima Senhora Deputada Raquel Lessa. Presente o Senhor Procurador Dr. Vinicius Oliveira Gomes Lima. A Senhora Presidente inicia os trabalhos, solicita a leitura das atas da 11ª Reunião Ordinária, ata lida, sua deliberação fica suspensa por falta de quorum. **Leitura do Expediente; CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS:** Of. Gab. Dep. Luzia Toledo – Solicitando que se coloque em deliberação a vinda da Sra. Camila Nasser Fonseca Dutra, Coordenadora do Projeto social dos Melhores, da Casa de Veneranda de Guaçuí, para fazer relato sobre os projetos executados pela Casa de Veneranda. **PROPOSIÇÕES RECEBIDAS;** Não houve no período. **PROPOSIÇÕES DISTRIBUÍDAS; PL 136/2015-** Dispõe sobre a admissão, no Estado do Espírito Santo, de diplomas de pós-graduação concluídos nos países do Mercado Comum do Sul. Autor : Deputado Padre Honório **Relatora: Deputada Luzia Toledo** Prazo do Relator: 04/08/2015 Prazo da Comissão: 11/08/2015; **PL156/2015** – Institui o Dia Estadual da Mobilização Social pela Educação e a Semana Estadual da Mobilização Social pela Educação. Autora: Deputada Luzia Toledo **Relator: Deputado Rodrigo Coelho** Prazo do Relator: 04/08/2015 Prazo da Comissão: 11/08/2015 **PROPOSIÇÕES SOBRESTADAS; PROPOSIÇÕES BAIXADAS DE PAUTA:** Não houve no período. **COMUNICAÇÕES:** A presidente do colegiado, deputada Luzia Toledo fez um balanço das atividades realizadas no primeiro semestre de 2015. Considerou as discussões sobre o Programa Escola Viva, que institui o turno único nas escolas de ensino médio da rede pública estadual, como o assunto de destaque nos trabalhos do semestre, debatido inclusive em audiência pública realizada pela comissão no último mês de março. A Presidente ressaltou que a apresentação do projeto que instituiu a Escola Viva foi um desafio grande para nossa comissão, pois envolveu a expectativa do novo, que gera dúvidas, mas entendemos que precisamos avançar para que mudanças aconteçam, e a aprovação do projeto foi uma vitória do nosso trabalho. E que o programa, previsto para ser implementado em agosto deste ano em uma escola modelo no bairro São Pedro, em Vitória, continuará em pauta nos trabalhos da comissão para o próximo semestre. Vamos acompanhar o desenvolvimento das atividades observando sempre a satisfação do aluno, que é o alvo desta iniciativa. Segundo a presidente, também será agendada uma visita do colegiado a uma escola pública de tempo integral no Rio de Janeiro. O debate em torno do Plano Estadual de Educação foi outro desafio, outra luta a aprovação do Plano Estadual de Educação (PEE), mas, ao final do processo, foi verificado que não houve diferenças em relação ao Plano Nacional de Educação. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerra a reunião às treze horas e trinta minutos e convida seus pares para a próxima que será ordinária no dia quatro de agosto às doze horas e trinta minutos. E para constar, é lavrada a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente.


PRESIDENTE

ATA APROVADA
na forma do artigo 97, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, na Reunião Ordinária realizada no dia 14 / 07 / 15.



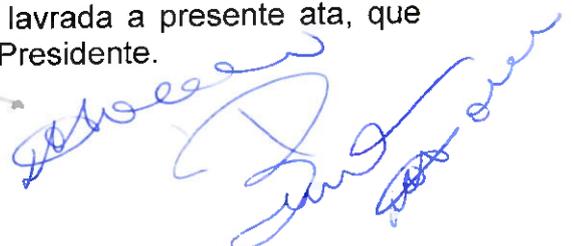
Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da decima terceira Reunião Ordinária da primeira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Oitava Legislatura, realizada aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às doze horas e trinta minutos, no Plenário Rui Barbosa, desta Casa de Leis. Reúne-se a Comissão de Educação sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Deputada Luzia Toledo, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Deputados Bruno Lamas, Raquel Lessa e Rodrigo Coelho. Presente os Senhores Procuradores Dr. Vinicius Oliveira Gomes Lima e Dr. Alécio Favaro. A Senhora Presidente inicia os trabalhos, solicita a leitura da ata da 12ª Reunião Ordinária, ata lida e aprovada a unanimidade. **Leitura do Expediente; CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS:** Ofício 069/2015- SEDU – Encaminhando, cópia de manifestação da qual constam informações sobre o cumprimento do artigo 76 da Lei 9503/1997 (Código Transito Brasileiro), solicitada em Ofício DETRAN/ES 159/2015; **Ofício 220/2015 - GAB/DEP/Bruno Lamas** – Justificando ausência na Reunião Ordinária da Comissão do dia 07/07/2015; **Of. 805 Gab. Dep. Luzia Toledo** – Solicitando que se coloque em deliberação a vinda do Sr. Saulo Andreon, Diretor do Centro Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral São Pedro, em Vitória; **Of. 806 Gab. Dep. Luzia Toledo** – Solicitando que se coloque em deliberação visita oficial desta Comissão ao Centro Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral São Pedro, em Vitória, com sugestão de data para 18/08/2015 às 9:00 horas; **Ofício 222/2015 - GAB/DEP/Bruno Lamas** – Propondo convite a Senhora Maria Amalha Teixeira Moreno, Diretora da EEEF “Germano André Lube” localizada em Jacareípe, no município da Serra.; **Ofício 083/2015 - GAB/DEP/Marcos Bruno** – Justificando ausência na Reunião Ordinária da Comissão do dia 14/07/2015; **Ofício 117/2015 - GAB/DEP/Rodrigo Coelho** – Justificando ausência na Reunião Ordinária da Comissão do dia 14/07/2015; **Comunicado S/Nº/2015** - Ministério da Educação – Comunicados informando a liberação de recursos financeiros que especifica. Protocolo 03/07/2015; **Comunicado S/Nº/2015** - Ministério da Educação – Comunicado informando a liberação de recursos financeiros que especifica. Protocolo 01/07/2015; **Comunicado AL106924/2015** - Ministério da Educação – Informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.; **Comunicado S/Nº/2015** - Ministério da Educação – Comunicados informando a liberação de recursos financeiros que especifica. Protocolo 01/07/2015; **Of. 815 Gab. Dep. Luzia Toledo** – Solicitando que se coloque em deliberação a vinda do Sr. Denio Rabello Arantes, Reitor do instituo Federal do Espírito Santo; **Ofício 243/2015 - GAB/DEP/Bruno Lamas** – Solicitando que se coloque em deliberação convite ao Sr. Denio Rabello Arantes, Reitor do instituo Federal do Espírito Santo e a Sr. Delfina Schneider Stein, Diretora da EEEFM Teófilo Paulino, Localizada no Município de Domingos Martins; **Ofício 242/2015 - GAB/DEP/Bruno Lamas** – Solicitando que se coloque em deliberação realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Urbano e Regional, e Mobilidade Urbana e Logística para tratar da “Padronização dos Transportes Escolares”, bem como, da Resolução 533 e 541 do CONTRAN que dispõe sobre o “Transporte de Crianças nos Veículos Escolares”. **PROPOSIÇÕES RECEBIDAS; PR 14/2015-** Acrescenta dispositivo à Resolução nº2219, de 15-12-2004, que criou a Escola do Legislativo no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo e à Resolução nº3.637, de 10/12/2013, que instituiu o Regimento Interno da



Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da decima quinta Reunião Ordinária da primeira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Oitava Legislatura, realizada ao dia primeiro do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, às doze horas e trinta minutos, no Plenário Rui Barbosa, desta Casa de Leis. Reúne-se a Comissão de Educação sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Deputada Luzia Toledo, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Deputados Rodrigo Coelho e Raquel Lessa. Presente os Senhores Procuradores Dr. Vinicius Oliveira Gomes Lima e Dr. Alécio Favaro. A Senhora Presidente inicia os trabalhos, solicita a leitura da ata da 14ª Reunião Ordinária, ata lida e aprovada a unanimidade. **Leitura do Expediente; CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS: COMUNICADO DO FUNDO NACIONAL DE EDUCAÇÃO sem número/2015**– Do Presidente do Fundo Nacional de Educação, informando a liberação de recursos financeiros que especifica. Ciente, à Comissão de finanças; **PROPOSIÇÕES DISTRIBUÍDAS;** Não houve no período **PROPOSIÇÕES SOBRESTADAS; PROPOSIÇÕES BAIXADAS DE PAUTA:** Não houve no período. **COMUNICAÇÕES:** Presença do Magnífico Reitor do Instituto Federal do Espírito Santo, Sr. Denio Rabello Arantes, para falar sobre as diretrizes educacionais que levaram o IFES – Campos Vitória ao primeiro lugar geral entre as escolas públicas do Brasil no ENEM 2014. O Reitor explicou que os resultados são fruto de um trabalho sólido e continuado. "Isso não é algo que aconteceu por acaso, mas fruto de um trabalho desenvolvido ao longo dos anos. É um trabalho que se reflete em todo o instituto. O Ifes ainda teve oito campus na lista das 40 melhores classificadas. O Ifes não atua em função do Enem, mas sim com foco na educação profissional como um todo. Os bons resultados no ranking é um reflexo da cultura da instituição que procura oferecer uma formação ampla e completa a seus alunos. Costumo dizer que temos que olhar não somente a colocação do Ifes em um ano apenas, mas analisar a consistência dos resultados. Ao longo dos anos a instituição alcança um histórico muito bom. Preparamos o indivíduo para ser um cidadão, e não apenas alcançar boas notas. A a qualidade de ensino no Ifes é resultado de diversos fatores, como professores e servidores bem capacitados, infraestrutura da instituição e esforço dos alunos. Outro ponto é a qualidade da educação básica no Espírito Santo, que, segundo ele, permite que os estudantes ingressem no Ifes com uma boa base. E por fim, o projeto pedagógico do instituto que privilegia a profissionalização. A profissionalização é um aspecto fundamental, pois traz realidade ao nosso currículo, e permite ao aluno vivenciar na prática o conteúdo disciplinar. Esse fator tem um papel preponderante, pois cria responsabilidade e disciplina nos estudantes. Os deputados da Comissão de Educação enalteceram os resultados e o trabalho desenvolvido pelo Ifes. "É com muita alegria e satisfação que recebemos o Ifes. Essa instituição que nos enche de orgulho e que faz tanto pela educação de qualidade no Espírito Santo", concluiu a deputada Luzia Toledo. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerra a reunião às treze horas e trinta minutos e convida seus pares para a próxima que será extraordinária no dia vinte e nove de setembro às nove horas no Centro Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral São Pedro. E para constar, é lavrada a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente.

 PRESIDENTE 



Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Processo Administrativo	Folhas
Carimbo/Rubrica	37

Rh.

Ata da quinta Reunião Extraordinária – Audiência Pública da primeira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Oitava Legislatura, realizada aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, às dezoito horas, no Centro Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral São Pedro. Reúne-se a Comissão de Educação, sob a Presidência do Excelentíssima Senhora Deputada Luzia Toledo, no Centro Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral São Pedro com objetivo de discutir “A Escola Viva”. Compõe a mesa os deputados membros da Comissão de Educação, Luzia Toledo, Rodrigo Coelho, Raquel Lessa, o secretário estadual de educação, Haroldo Rocha, o diretor do centro educacional, Saulo Andreon, o vereador de Vitória, Wanderson Marinho, o vice presidente do grupo Espírito Santo em Ação, Aridelmo Teixeira, o idealizador do modelo de escola pública em tempo integral, Marcos Magalhães, e o empresário Wagner Chieppe, Presidente do grupo Espírito Santo em Ação. A Presidente cumprimenta a todos declara abertos os trabalhos da Comissão de Educação que tem como objetivo de acompanhar o processo de implantação do programa “Escola Viva” que está completando dois meses de funcionamento no Centro Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral São Pedro. Deputada Luzia Toledo avalia que apesar de pouco tempo, o projeto já colhe frutos. Relata que - O que vemos aqui é uma escola com infraestrutura preparada para receber um jovem moderno, antenado. É claro que queremos que todos os estudantes tenham oportunidade de estudar em uma instituição de ensino assim. Por isso, apoiamos a ampliação deste modelo de ensino. O deputado Rodrigo Coelho ressaltou que o modelo Escola Viva foi uma aposta da Ales no atual governo, “O raciocínio de que não podemos ofertar a Escola Viva porque outras escolas carecem de reforma é um equívoco. Nessa lógica nós não conseguiríamos ofertar um novo modelo nunca, porque ao terminar de reformar a última escola, a primeira já precisaria de reforma outra vez. No debate da Escola Viva na Assembleia Legislativa, nós fizemos uma aposta nessa experiência de nova gestão, apesar das diferentes visões sobre o programa. Assim, nós podemos até pecar por ter errado, mas não vamos pecar por não ter feito. A lógica da Escola Viva é uma nova forma de pensar a educação que há muito tempo deveria ter sido adotada. É pensar a escola em termos de gestão, e não apenas na visão pedagógica”. Deputada Raquel Lessa fez questão de lembrar que essa era uma das promessas do governador Paulo Hartung durante sua campanha. “Fico feliz que ele esteja cumprindo o compromisso e colocando a educação como prioridade em seu governo. A educação é a base de tudo”. A deputada lembrou, ainda, que durante seus dois mandatos como prefeita em São Gabriel da Palha, ela e sua equipe passaram uma escola de meio período para tempo integral. “Era uma escola muito carente, completamente destruída e que tinha má fama no bairro. Fiz uma grande reforma, não só física, mas social também. E o resultado foi surpreendente: as crianças e jovens começaram a gostar de estar lá dentro. E, com isso, outras crianças e jovens, de bairros diferentes, também começaram a ter vontade de estar lá. Isso mostra o poder de transformação de uma escola na vida de qualquer pessoa. A escola é onde se constrói um projeto de vida. É nessa escola que eu acredito”. O secretário Estadual de Educação, Haroldo Rocha, lembrou a mobilização em torno da iniciativa, “O projeto de lei da Escola Viva talvez seja o mais debatido na história recente da Assembleia. O debate na verdade também veio



Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Processo Administrativo	Folhas 38
Carimbo/Rubrica	<i>RD</i>

como uma cobrança. O que temos que ter em mente é que o debate começou com o projeto, mas não terminou. O debate continua, está aqui, nesse momento. A diferença é que hoje já temos uma escola funcionando nesse novo modelo. Então, agora podemos ver como aquele projeto, que estava no papel, funciona na prática". O Secretário lembrou que em seu outro mandato como secretário da mesma pasta, ele inaugurou muitas escolas pelo interior do Estado, mas foi em São Gabriel da Palha, onde a deputada Raquel Lessa foi prefeita por dois mandatos, que ele mais inaugurou unidades. A estudante Letícia de Andrade Benincá, aluna do 1º ano do Ensino Médio, participou de vários protestos que questionavam a implantação deste novo modelo na época da votação do projeto de lei na Ales. "Nós não éramos contra a escola de tempo integral. Só não tínhamos clareza de como isso ia acontecer e, principalmente, a preocupação era com os alunos que ficariam de fora, que não conseguissem vaga, por exemplo. A realidade da Escola Viva é diferente: aqui é um lugar de escolha, de oportunidade. Os professores não são apenas professores, eles são nossos amigos e tutores, mostram pra gente que temos um caminho a seguir para alcançar nossos projetos de vida". Secretário Estadual de Educação Haroldo Rocha anunciou projetos de expansão para o modelo Escola Viva. Segundo ele, no próximo ano, a secretaria se planeja para implantar o modelo em, pelo menos, mais três unidades de ensino. "Poderemos ter de três a cinco novas Escolas Vivas. Isso depende da existência de um espaço físico com infraestrutura para implantar o projeto. Outro objetivo é começar a trabalhar esse modelo no interior do Estado, para que essa nova lógica de gestão não fique restrita a Grande Vitória. Estamos analisando a implantação em Colatina ou Cachoeiro de Itapemirim". Até o fim do governo atual, em 2018, a Sedu pretende implantar 30 escolas nesse modelo, atendendo 25 mil estudantes capixabas. Citou o exemplo de Pernambuco como um modelo a ser seguindo pelo Espírito Santo. "Pernambuco trabalha nesse modelo de escola desde 2004. Começou com um Centro Educacional, como nós, e hoje possui 300 unidades. Nosso objetivo também é crescer, ter 30 escolas até 2018. Mas é importante dizer que a Escola Viva não é apenas uma extensão de tempo dentro da escola. É uma nova filosofia, é a escola do futuro: um novo currículo que respeita as disciplinas obrigatórias, mas que aposta no protagonismo da juventude, que leva em consideração os sonhos dos jovens. Nós queremos formar jovens com autonomia para tomar decisões em suas vidas". Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerra a reunião às vinte horas e quarenta minutos, e convida seus pares para a próxima, que será ordinária à hora regimental. E, para constar, é lavrada a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.


PRESIDENTE

ATA APROVADA na forma do artigo 97, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, na Reunião <u>Ordinária</u> , realizada no dia <u>06/11/15</u> . _____ Presidente
--



Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da decima sexta Reunião Ordinária da primeira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Oitava Legislatura, realizada aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, às doze horas e trinta minutos, no Plenário Rui Barbosa, desta Casa de Leis. Reúne-se a Comissão de Educação sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Deputada Luzia Toledo, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Deputados Bruno Lamas e Raquel Lessa. Presente os Senhores Procuradores Dr. Vinicius Oliveira Gomes Lima e Dr. Alcécio Favaro. A Senhora Presidente inicia os trabalhos, solicita a leitura da ata da 5ª Reunião Extraordinária, ata lida e aprovada a unanimidade. **Leitura do Expediente; CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS: Comunicado S/Nº / 2015** – Autor: Fundo Nacional de Educação – Comunicado do Presidente do fundo Nacional de Educação, informando a liberação de recursos financeiros que especifica. **Ofício 257/2015** – Gabinete Deputado Bruno Lamas – Justificando ausência na reunião Ordinária da Comissão, realizada no dia 01 de setembro do corrente, por motivo de compromissos anteriormente agendados. **Ofício 101/2015** - Gabinete Deputado Marcos Bruno - Justificando ausência na reunião Ordinária da Comissão, realizada no dia 01 de setembro do corrente, por motivo de compromissos pré-assumidos. **Ofício 057/2015** – Organização Popular da Grande Nova Rosa da Penha - OPGNRP – Comunicando a deliberação em Audiência Pública , organizada pela OPGRP, a criação de uma comissão permanente para trabalhar na rede educacional da região VIII de Cariacica e solicita a indicação de um deputado efetivo e um suplente, para comporem esta comissão. **Ofício 145/2015** – Gabinete Deputado Padre Honório – solicitando deliberação de Audiência Pública pela Comissão de Educação, para refletir sobre as creches paradas no Estado do Espírito Santo. **Ofício 127/2015** – Gabinete Deputado Bruno Lamas – propondo convite ao Pastor Cosme dos santos, Presidente da Comissão SOS Autismo da Serra, a Sra. Edilene Nonato Delpupo, Presidente da Associação dos Amigos dos Autistas do ES e o Dr. Bruno Lima , Coordenador do Ambulatório de Psiquiatria Infantil da UFES – UCAN; para falarem sobre os trabalhos desenvolvidos com o autismo no Estado. **PROPOSIÇÕES SOBRESTADAS; PROPOSIÇÕES BAIXADAS DE PAUTA:** Não houve no período. **ORDEM DO DIA: Ofício 145/2015** – Gabinete Deputado Padre Honório – solicitando deliberação de Audiência Pública pela Comissão de Educação, para refletir sobre as creches paradas no Estado do Espírito Santo. Aprovado a unanimidade. **Ofício 127/2015** – Gabinete Deputado Bruno Lamas – propondo convite ao Pastor Cosme dos santos, Presidente da Comissão SOS Autismo da Serra, a Sra. Edilene Nonato Delpupo, Presidente da Associação dos Amigos dos Autistas do ES e o Dr. Bruno Lima , Coordenador do Ambulatório de Psiquiatria Infantil da UFES – UCAN; para falarem sobre os trabalhos desenvolvidos com o autismo no Estado. Aprovado a unanimidade. **COMUNICAÇÕES:** A Presidente relembra a reunião extraordinária da Comissão de Educação realizada no dia 29 de setembro na unidade piloto do projeto “Escola Viva”, “Ficamos muito surpresos com as manifestações dos alunos. Quatro deles apresentaram a escola para nós, e só um desses quatro era da região de São Pedro, os outros eram de Serra, Vila Velha e Cariacica. Queremos mais escolas vivas em todo o Estado o mais rápido possível”, ressaltou. A deputada Raquel Lessa relata que “Sempre acreditei na educação em tempo integral, um exemplo de educação onde as pessoas podem planejar seu futuro acreditando que são capazes . Foi



Handwritten signature

muito bonito ver que os alunos sentiam orgulho de mostrar a estrutura da escola, a parte física, e também a parte pedagógica, que está muito bem montada". Deputado Bruno Lamas "Votei contra o projeto na ocasião, por convicção e ponto de vista claro, mas sou capixaba e represento aqui o povo capixaba e nossa esperança é que a Escola Viva funcione bem. Todo investimento em educação é importante, principalmente em educação integral. Todas as ações para estruturar o programa têm o meu apoio". Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerra a reunião às treze horas e trinta minutos e convida seus pares para a próxima no Plenário Rui Barbosa desta Casa de Leis. E para constar, é lavrada a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente.

Handwritten signature
PRESIDENTE

Handwritten signature

Handwritten signature

ATA APROVADA
na forma do artigo 97, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, na Reunião Ordinária, realizada no dia 03.11.15.

Presidente



Processo Administrativo	Folhas 41
Carimbo/Rubrica	

Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da decima sétima Reunião Ordinária da primeira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Oitava Legislatura, realizada aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, às doze horas e trinta minutos, no Plenário Rui Barbosa, desta Casa de Leis. Reúne-se a Comissão de Educação sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Deputada Luzia Toledo, com a presença do Excelentíssimos Senhores Deputados, Bruno Lamas e Raquel Lessa. Presente os Senhores Procuradores Dr. Vinicius Oliveira Gomes Lima. A Senhora Presidente inicia os trabalhos agradece a presença de todos e lembra que foi feita a leitura da 4ª reunião extraordinária na decima segunda reunião ordinária, que foi suspensa por falta de quórum, havendo quórum, como votam os deputados, ata aprovada a unanimidade.

Leitura do Expediente; PROPOSIÇÕES RECEBIDAS - Comunicado S/Nº / 2015 – Autor: Fundo Nacional de Educação – Comunicado do Presidente do fundo Nacional de Educação, informando a liberação de recursos financeiros que especifica. Ciente à Comissão de finanças. **Ofícios 257/2015** – Gabinete Deputado Bruno Lamas – Justificando ausência na reunião Ordinária da Comissão, realizada no dia 01 de setembro do corrente, por motivo de compromissos anteriormente agendados. Ciente. **Ofício 101/2015** - Gabinete Deputado Marcos Bruno - Justificando ausência na reunião Ordinária da Comissão, realizada no dia 01 de setembro do corrente, por motivo de compromissos pré-assumidos. Ciente. **Ofício 057/2015** – Organização Popular da Grande Nova Rosa da Penha - OPGNRP – Comunicando a deliberação em Audiência Pública , organizada pela OPGRP, a criação de uma comissão permanente para trabalhar na rede educacional da região VIII de Cariacica e solicita a indicação de um deputado efetivo e um suplente, para comporem esta comissão. Ciente. **Ofício 145/2015** – Gabinete Deputado Padre Honório – solicitando deliberação de Audiência Pública pela Comissão de Educação, para refletir sobre as creches paradas no Estado do Espírito Santo. Ordem do dia. **Ofício 127/2015** – Gabinete Deputado Bruno Lamas – propondo convite ao Pastor Cosme dos santos, Presidente da Comissão SOS Autismo da Serra, a Sra. Edilene Nonato Delpupo, Presidente da Associação dos Amigos dos Autistas do ES e o Dr. Bruno Lima , Coordenador do Ambulatório de Psiquiatria Infantil da UFES – UCAN; para falarem sobre os trabalhos desenvolvidos com o autismo no Estado. Ordem do dia. **Ofício 450/2015** – Gabinete Deputada Luzia Toledo – Solicitando que se coloque em deliberação Mesa Redonda, entre a Comissão de educação / ALES e os municípios capixabas que não aprovaram o Plano Municipal de Educação. Ordem do dia. **Ofícios 272/2015** – Gabinete Deputado Bruno Lamas – Justificando ausência na reunião Extraordinária da Comissão, realizada no dia 29 de setembro do corrente, por motivo de compromissos anteriormente agendados. Ciente **Ofício 280/2015** – Gabinete Deputado Bruno Lamas – propondo convite ao Sr. Marcos Guerra, Diretor Presidente da FINDES para apresentar as boas práticas do Sistema FINDES como parceiro da educação profissional. Ordem do dia.; **PROPOSIÇÕES DISTRIBUÍDAS; PROPOSIÇÕES SOBRESTADAS; PROPOSIÇÕES BAIXADAS DE PAUTA:** Não houve no período. **ORDEM DO DIA: Ofício 145/2015** – Gabinete Deputado Padre

Honório – solicitando deliberação de Audiência Pública pela Comissão de Educação, para refletir sobre as creches paradas no Estado do Espírito Santo. Aprovado, peço a secretaria que faça o levantamento de possíveis datas após a realização das demais demandas. **Ofício 127/2015** – Gabinete Deputado Bruno Lamas – propondo convite ao Pastor Cosme dos santos, Presidente da Comissão SOS Autismo da Serra, a Sra. Edilene Nonato Delpupo, Presidente da Associação dos Amigos dos Autistas do ES e o Dr. Bruno Lima , Coordenador do Ambulatório de Psiquiatria Infantil da UFES – UCAN; para falarem sobre os trabalhos desenvolvidos com o autismo no Estado. Aprovado, peço a secretaria que faça o possível para convidar para as próximas reuniões. **Ofício 450/2015** – Gabinete Deputada Luzia Toledo – Solicitando que se coloque em deliberação Mesa Redonda, entre a Comissão de educação / ALES e os municípios capixabas que não aprovaram o Plano Municipal de Educação. Aprovado, peço a secretaria que faça o levantamento de possíveis datas após a realização das demais demandas. **Ofício 280/2015** – Gabinete Deputado Bruno Lamas – propondo convite ao Sr. Marcos Guerra, Diretor Presidente da FINDES para apresentar as boas práticas do Sistema FINDES como parceiro da educação profissional. Aprovado, peço a secretaria que faça o possível para convidar para as próximas reuniões. **COMUNICAÇÕES:** Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerra a reunião às treze horas e trinta minutos . E, para constar, é lavrada a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente.


PRESIDENTE
Dep. Luzia Toledo


Dep. Bruno Lamas


Dep. Paulo Honório

ATA APROVADA
na forma do artigo 97, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, na Reunião Ordinária,
realizada no dia 16/02/2016.

Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da decima oitava Reunião Ordinária da primeira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Oitava Legislatura, realizada aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, às doze horas e trinta minutos, no Plenário Rui Barbosa, desta Casa de Leis. Reúne-se a Comissão de Educação sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Deputada Luzia Toledo, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Deputados Bruno Lamas e Raquel Lessa. Presente os Senhores Procuradores Dr. Vinicius Oliveira Gomes Lima e Dr. Alécio Favaro. A Senhora Presidente inicia os trabalhos, solicita a leitura da ata da 16ª Reunião Ordinária, ata lida e aprovada a unanimidade. **Leitura do Expediente; CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS: Comunicado S/Nº / 2015** – Autor: Fundo Nacional de Educação – Comunicado do Presidente do fundo Nacional de Educação, informando a liberação de recursos financeiros que especifica. Ciente à Comissão de Finanças; **Ofícios 257/2015** – Gabinete Deputado Bruno Lamas – Justificando ausência na reunião Ordinária da Comissão, realizada no dia 01 de setembro do corrente, por motivo de compromissos anteriormente agendados. Ciente; **Ofício 101/2015** - Gabinete Deputado Marcos Bruno - Justificando ausência na reunião Ordinária da Comissão, realizada no dia 01 de setembro do corrente, por motivo de compromissos pré-assumidos. Ciente; **Ofício 057/2015** – Organização Popular da Grande Nova Rosa da Penha - OPGNRP – Comunicando a deliberação em Audiência Pública, organizada pela OPGRP, a criação de uma comissão permanente para trabalhar na rede educacional da região VIII de Cariacica e solicita a indicação de um deputado efetivo e um suplente, para comporem esta comissão. Ciente; **Ofício 145/2015** – Gabinete Deputado Padre Honório – solicitando deliberação de Audiência Pública pela Comissão de Educação, para refletir sobre as creches paradas no Estado do Espírito Santo. Deliberaremos na fase da ordem do dia; **Ofício 127/2015** – Gabinete Deputado Bruno Lamas – propondo convite ao Pastor Cosme dos santos, Presidente da Comissão SOS Autismo da Serra, a Sra. Edilene Nonato Delpupo, Presidente da Associação dos Amigos dos Autistas do ES e o Dr. Bruno Lima, Coordenador do Ambulatório de Psiquiatria Infantil da UFES – UCAN; para falarem sobre os trabalhos desenvolvidos com o autismo no Estado. Deliberaremos na fase da ordem do dia; **Ofício 450/2015** – Gabinete Deputada Luzia Toledo – Solicitando que se coloque em deliberação Mesa Redonda, entre a Comissão de educação / ALES e os municípios capixabas que não aprovaram o Plano Municipal de Educação. Deliberaremos na fase da ordem do dia; **Ofícios 272/2015** – Gabinete Deputado Bruno Lamas – Justificando ausência na reunião Extraordinária da Comissão, realizada no dia 29 de setembro do corrente, por motivo de compromissos anteriormente agendados. Ciente; **Ofício 280/2015** – Gabinete Deputado Bruno Lamas – propondo convite ao Sr. Marcos Guerra, Diretor Presidente da FINDES para apresentar as boas práticas do Sistema FINDES como parceiro da educação profissional. Deliberaremos na fase da ordem do dia. **PROPOSIÇÕES SOBRESTADAS; PROPOSIÇÕES BAIXADAS DE PAUTA:** Não houve no período. **ORDEM DO DIA: Ofício 145/2015** – Gabinete Deputado Padre Honório – solicitando deliberação de Audiência Pública pela Comissão de Educação, para refletir sobre as creches paradas no Estado do Espírito Santo. Aprovado pela unanimidade, sem data definida; **Ofício 127/2015** – Gabinete Deputado Bruno Lamas – propondo convite ao Pastor Cosme dos santos, Presidente da Comissão SOS Autismo da Serra, a

Sra. Edilene Nonato Delpupo, Presidente da Associação dos Amigos dos Autistas do ES e o Dr. Bruno Lima, Coordenador do Ambulatório de Psiquiatria Infantil da UFES – UCAN; para falarem sobre os trabalhos desenvolvidos com o autismo no Estado. Aprovado a unanimidade; **Ofício 450/2015** – Gabinete Deputada Luzia Toledo – Solicitando que se coloque em deliberação Mesa Redonda, entre a Comissão de educação / ALES e os municípios capixabas que não aprovaram o Plano Municipal de Educação. Aprovado a unanimidade; **Ofício 280/2015** – Gabinete Deputado Bruno Lamas – propondo convite ao Sr. Marcos Guerra, Diretor Presidente da FINDES para apresentar as boas práticas do Sistema FINDES como parceiro da educação profissional. Aprovado a unanimidade; **COMUNICAÇÕES:** A comissão recebeu os alunos do Centro de Ensino Médio em Tempo Integral São Pedro, denominado de Escola Viva. Letícia Benicá, aluna do 1º ano do ensino médio, falou das experiências vividas nos primeiros meses de funcionamento da unidade de ensino. A Escola Viva iniciou seus trabalhos em setembro e conta com 480 alunos, sendo 160 no 1º ano, 160 no 2º ano e 160 no 3º ano. “A população tem de parar de achar que a Escola Viva é um problema e começar a olhar com outros olhos, porque ela pode mudar a vida dos alunos das escolas públicas de nosso Estado”, relatou a aluna. O projeto abriu uma nova perspectiva para os alunos que querem de fato estudar. “A Escola Viva nos trouxe uma oportunidade de um futuro melhor e nós temos de ser protagonistas do nosso querer, protagonistas da nossa própria história”, enfatizou. A deputada Raquel Lessa (SD) disse que, desde o surgimento da Escola Viva, ela acreditou que seria um sucesso. O Deputado Bruno Lamas, parabenizou a aluna pelo relato de sua experiência e enfatizou que apesar de ter votado contrario ao projeto por convicções da época de sua tramitação, torce muito pelo sucesso do projeto em nosso estado. A Deputada Luzia Toledo agradece a presença de todos alunos na reunião parabeniza o Deputado Bruno Lamas por sua fala. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerra a reunião às treze horas e trinta minutos e convida seus pares para a próxima no Plenário Rui Barbosa desta Casa de Leis. E para constar, é lavrada a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente.



PRESIDENTE

ATA AFROVADA

na forma do artigo 97, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, na Reunião Ordinária, realizada no dia 17/11/15.

Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, INCLUSÃO DIGITAL, BIOSSEGURANÇA, QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL, ENERGIA, GÁS NATURAL E PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,
INCLUSÃO DIGITAL, BIOSSEGURANÇA, QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL, ENERGIA, GÁS NATURAL E PETRÓLEO E
SEUS DERIVADOS**

ATAS

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura

PERÍODO 02/02/2015 a 22/12/2015

COMPOSIÇÃO

Membros Efetivos:

Deputado SERGIO MAJESKI - Presidente
Deputado NUNES - Vice-Presidente
Deputado PR. MARCOS MANSUR.

Membros Suplentes:

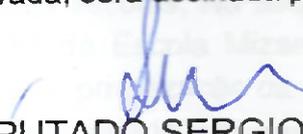
Deputada ELIANA DADALTO
Deputado ALMIR VIEIRA
Deputado BRUNO LAMAS



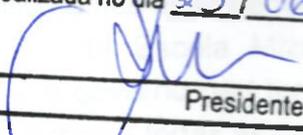
Processo Legislativo	Folhas
	14
Carimbo/Rubrica	
BSS	

Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, INCLUSÃO DIGITAL,
BIOSEGURANÇA, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, ENERGIA, GÁS NATURAL E
PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA. Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às oito horas e trinta minutos, no Plenário "Dirceu Cardoso", reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Inclusão Digital, Biossegurança, Qualificação Profissional, Energia, Gás Natural e Petróleo e Seus Derivados, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Deputados Sergio Majeski, Nunes e Pastor Marcos Mansur. Presidindo a Reunião o Senhor Deputado Sergio Majeski declara abertos os trabalhos da Comissão. Dispensa a leitura da Ata anterior e passa para a Ordem do Dia. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente coloca em discussão o calendário de Audiências Públicas para discutir o Projeto de Lei Complementar 04/2015, que institui o Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único no Estado do Espírito Santo e dá Outras Providências – "ESCOLA VIVA", a serem realizadas em Aracruz, Linhares e São Mateus, nos dias 06, 07 e 08 de maio de 2015, respectivamente. Em Santa Maria de Jetibá, Colatina e Nova Venécia, nos dias 13, 14 e 15 de maio de 2015, respectivamente, e em Cachoeiro, Alegre e Vitória, nos dias 20, 21 e 22 de maio de 2015, respectivamente. Aprovado o convite por unanimidade. **COMUNICAÇÕES:** Não houve. O Senhor Presidente declara encerrada a reunião e convida seus pares para a próxima reunião, que será Ordinária, no dia e hora regimental. E para constar, é lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.


DEPUTADO SERGIO MAJESKI

Presidente da Comissão

ATA APROVADA na forma do artigo 97, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, na Reunião <u>ORDINÁRIA</u> , realizada no dia <u>23/06/15</u> .  Presidente
--



Processo Legislativo	Folhas
Carimbo/Rubrica	15

Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, INCLUSÃO DIGITAL,
BIOSSEGURANÇA, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, ENERGIA, GÁS NATURAL
E PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS

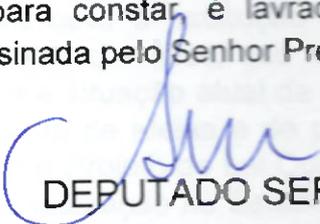
ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA. Aos seis dias do mês de maio, do ano de dois mil e quinze, às dezoito horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Aracruz, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Inclusão Digital, Biossegurança, Qualificação Profissional, Energia, Gás Natural e Petróleo e Seus Derivados, com a presença do Excelentíssimo Senhor Deputado Sergio Majeski. Presidindo a reunião, o Senhor Deputado Sergio Majeski, declara abertos os trabalhos da Comissão, e convida para compor a Mesa, o Prefeito de Aracruz, Sr. Marcelo de Souza Coelho, os vereadores Alexandre Manhães, e José Gomes dos Santos. O Senhor Presidente convida todos para ouvir a execução do Hino Nacional Brasileiro, passa a palavra às autoridades da Mesa, que fazem seus cumprimentos aos presentes na reunião. O Senhor Presidente faz uma explanação sobre a origem do Projeto "Escola Viva", e justifica a suas restrições quanto à proposta do Governo, considerando as atuais condições das diversas escolas, as quais têm visitado. Várias situações foram apontadas pelo parlamentar, como: vaga e locomoção de alunos para outras escolas, remanejamento de professores, estrutura física, compromisso do Governo com as demais escolas. Na sequência inicia-se o debate com a participação de uma aluna da Escola Mizael Pinto Neto, que se queixa da estrutura física, superlotação, privatização da merenda, e afirma que nas atuais condições, não existe possibilidade de uma educação de qualidade. Uma Professora da Escola Primo Bitti, de Coqueiral, reclama de todos os aspectos negativos evidenciados na realidade estadual da educação, considera a proposta incompatível para o momento. Acha que são necessários mais investimentos na base. Pontua vários problemas graves que a escola está enfrentando, portanto, não acredita que o Projeto "Escola Viva" vai resolver. Reforça a ideia de investimentos no sistema de tempo integral para a educação de base. Um professora da Escola Mizael parabeniza ao deputado pela iniciativa e lamenta que o governo não tenha proporcionado esse momento a quem de fato interessa. Reforça todas as queixas sobre as péssimas condições das escolas, relatados pelos demais oradores. Uma professora desabafa dizendo que está cansada de inúmeros projetos lançados pelo Governo sempre sem consulta a comunidade escolar. Defende escola de tempo integral para educação na base e denuncia os atuais problemas das escolas estaduais. Uma diretora reclama das promessas dos políticos e da falta de investimento do Governo na Educação. Expõe sua situação que apesar de aposentada a obriga continuar na ativa. O Senhor Presidente retoma a palavra, esclarece



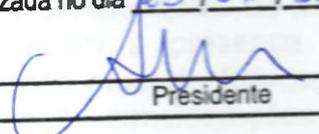
Processo Legislativo	Folhas
	16
Carimbo/Rubrica	
RBS	

Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, INCLUSÃO DIGITAL,
BIOSSEGURANÇA, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, ENERGIA, GÁS NATURAL
E PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS

que apesar de ter tomado conhecimento da precariedade das escolas públicas estaduais, sente-se limitado, porque muitas ações são parte do poder executivo, podendo no máximo como parlamentar, fazer indicações ao Governo. Finaliza os trabalhos passando a palavra para os componentes da Mesa. Todos agradecem a presença e participação na Audiência e ponderam sobre a situação atual da Educação do município e do Estado. O Senhor Presidente faz suas considerações finais, agradece a presença de todos, declara encerrada a reunião, e convida seus pares para a próxima, que será Extraordinária, no dia 07 de maio de 2015, às 18 horas, na Câmara Municipal de Linhares. E para constar, é lavrado a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.


DEPUTADO SERGIO MAJESKI

Presidente da Comissão

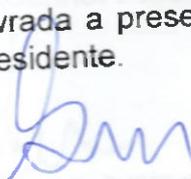
<p>ATA APROVADA na forma do artigo 97, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, na Reunião <u>ORDINARIA 12ª</u>, realizada no dia <u>23/06/15</u>.</p> <p> _____ Presidente</p>



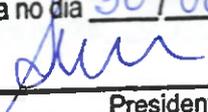
Processo Legislativo	Folhas
Carimbo/Rubrica	17

Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, INCLUSÃO DIGITAL,
BIOSSEGURANÇA, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, ENERGIA, GÁS NATURAL E
PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS

ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA. Aos sete dias do mês de maio, do ano de dois mil e quinze, às dezoito horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Linhares, reuniu-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Inclusão Digital, Biossegurança, Qualificação Profissional, Energia, Gás Natural e Petróleo e Seus Derivados, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Deputados Sergio Majeski e Eliana Dadalto. Presidindo a Reunião o Senhor Deputado Sergio Majeski declara abertos os trabalhos da Comissão, e convida para compor a Mesa, a Deputada Eliana Dadalto, o Vereador Marcelo Pessotti, a Superintendente da SEDU, senhora Maria da Penha Vailant Giuriato e o Secretário Municipal de Educação, senhor Sérgio Lopes. O Senhor Presidente convida todos para ouvir a execução do Hino Nacional Brasileiro, passa a palavra às autoridades da Mesa, que fazem seus cumprimentos. A Deputada Eliana Dadalto frisa a situação atual da educação e a importância dos debates para o aprimoramento de ideias e de projetos. O Senhor Presidente explana sobre o que propõe o Projeto de Lei Complementar 04/2015 – ESCOLA VIVA, a situação atual da educação no Estado, e pondera sobre o que o Projeto não explica, como: seleção de professores, orçamentos, remoção de alunos, compromissos do Governo com as escolas que não possuem estrutura para o desenvolvimento dessa política, etc. O Senhor Presidente abre a palavra aos presentes na reunião. Diretores, professores e alunos fazem suas queixas e questionamentos sobre o Projeto, além de relatarem a situação de suas escolas. Fechando a fase da palavra do público presente, o Senhor Presidente faz uma explanação com base nos assuntos levantados durante as falas, e passa a palavra para os componentes da Mesa para os cumprimentos finais. Todos da Mesa agradecem a presença e participação na Audiência e ponderam sobre a situação atual da Educação do município e do Estado. O Senhor Presidente faz suas considerações finais, agradece a presença de todos, declara encerrada a reunião, e convida seus pares para a próxima, que será Extraordinária, no dia 8 de maio de 2015, às 18 horas, no Fórum de São Mateus. E para constar, é lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.


DEPUTADO SERGIO MAJESKI

Presidente da Comissão

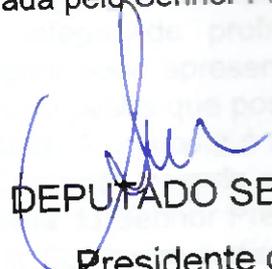
ATA APROVADA na forma do artigo 97, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, na Reunião <u>ORDINÁRIA</u> realizada no dia <u>30/06/15</u> .  _____ Presidente



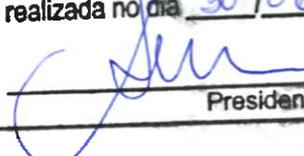
Processo Legislativo	Folhas
	18
Carimbo/Rubrica	
KSS	

Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, INCLUSÃO DIGITAL,
BIOSSEGURANÇA, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, ENERGIA, GÁS NATURAL E
PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS

ATA DA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA. Aos oito dias do mês de maio, do ano de dois mil e quinze, às dezoito horas e trinta minutos, no Fórum de São Mateus, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Inclusão Digital, Biossegurança, Qualificação Profissional, Energia, Gás Natural e Petróleo e Seus Derivados, com a presença do Excelentíssimo Senhor Deputado Sergio Majeski. Presidindo a Reunião o Senhor Deputado Sergio Majeski declara abertos os trabalhos da Comissão, e convida para compor a Mesa, o Deputado Freitas, o vereador José Ferreira, o vereador Rogério de Oliveira Rufino, o Secretário Municipal de Educação, senhor José Roberto Gonçalves de Abreu, e a representante da Secretaria Estadual de Educação de São Mateus, senhora Rose Ester Coser. O Senhor Presidente passa a palavra às autoridades, que fazem seus cumprimentos. O Senhor Presidente explana sobre o que propõe o Projeto de Lei Complementar 04/2015 – ESCOLA VIVA, a situação atual da educação no Estado do Espírito Santo, e pondera sobre o que o Projeto não explica, como seleção de professores, orçamentos para o Projeto, remoção de alunos, compromissos do Governo com as escolas que não possuem estrutura para o projeto, etc. O Senhor Presidente abre a palavra os presentes na reunião. Diretores, professores e alunos fazem suas queixas e questionamentos sobre o Projeto, além de relatarem a situação de suas escolas. Fechando a fase da palavra do público presente, o Senhor Presidente faz uma explanação com base nos assuntos levantados durante as falas, e passa a palavra para os componentes da Mesa para os cumprimentos finais. Todos da Mesa agradecem a presença e participação na Audiência e ponderam sobre a situação atual da Educação da região, e no Estado. O Senhor Presidente faz suas considerações finais, agradece a presença de todos, declara encerrada a reunião, e convida seus pares para a próxima, que será Ordinária, no dia e hora regimental. E para constar, é lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente


DEPUTADO SERGIO MAJESKI

Presidente da Comissão

ATA APROVADA na forma do artigo 97, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, na Reunião <u>ORDINARIA 13ª</u> realizada no dia <u>30/06/15</u> .  Presidente
--



Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, INCLUSÃO DIGITAL,
BIOSSEGURANÇA, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, ENERGIA, GÁS NATURAL E
PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS

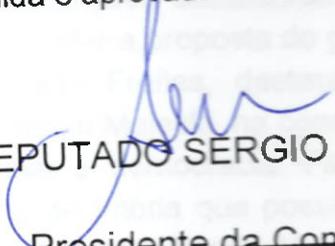
ATA DA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA. Aos catorze dias do mês de maio, do ano de dois mil e quinze, às dezoito horas e trinta minutos, no Fórum de Colatina, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Inclusão Digital, Biossegurança, Qualificação Profissional, Energia, Gás Natural e Petróleo e Seus Derivados, com a presença do Excelentíssimo Senhor Deputado Efetivo Sergio Majeski. Presidindo a Reunião o Senhor Deputado Sergio Majeski declara abertos os trabalhos da Comissão, explica o motivo das Audiências Públicas e fala sobre sua história, objetivos trilhados na educação e na campanha política. Na sequência, explana sobre o que propõe o Projeto de Lei Complementar 04/2015 – ESCOLA VIVA e os tramites legais na Assembleia Legislativa, a situação atual da educação no Estado do Espírito Santo, e pondera dúvidas que o Projeto não explica, como: seleção de professores, orçamentos, remoção de alunos e falta de compromissos do Governo com as escolas que não possuem boas condições de estrutura para funcionamento etc. Considera o projeto vago e sem especificações. O Senhor Presidente explica a origem do projeto. Enfatiza a preocupação da implantação do programa prevista pelo governo em 30 escolas estaduais, até o final da gestão. Questiona quais seriam os compromissos assumidos pelo governo oficialmente nas outras escolas visitadas desde o início do mandato onde foram detectadas situações precárias, com problemas de toda ordem. Enfatiza que o programa é apenas uma boa ideia. Afirmar que usará todo tempo regimental a que tem direito, para debater o assunto. Destaca a importância das Audiências Públicas para fundamentar melhor as discussões respaldadas na realidade educacional do estado e considera que toda essa articulação deveria partir do Governo Estadual. Finaliza franqueando a palavra aos participantes. O professor Luder Abrita de Carvalho do Centro de Educação Continua de Jovens e Adultos CEEJA “Pedro Vitali”, agradece a oportunidade de discussão do programa que até então tinha poucas informações. Fala do modelo educacional falido, em sua opinião e da necessidade de debater abertamente com a sociedade, dando voz a comunidade escolar, para definir uma proposta. Aponta problemas na estrutura da escola onde trabalha. Destaca questões trabalhistas que afetará a carreira, vida funcional do professor e tempo do aluno na escola. A professora Natalina Casotti Torezani, da Escola “Polivalente de São Silvano”, parabeniza o deputado pela iniciativa e expõe as condições de trabalho dos professores em designação temporária, reclama da falta de diálogo, descreve o quanto as informações distorcidas sobre a “Escola Viva” têm impactado a todos. O



Processo Legislativo	Folhas
	22
Carimbo/Autoria	
ASS	

Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, INCLUSÃO DIGITAL,
BIOSSEGURANÇA, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, ENERGIA, GÁS NATURAL E
PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS

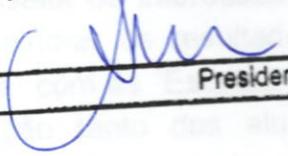
professor Israel, da Escola "Conde de Linhares" e Escola "Rubens Rangel", lembra que os modelos de escolas americanas tem fracassado no Brasil. Adverte que a falta de experiência de "Escola de Tempo Integral" implantada em Pernambuco, tem penalizado os professores com avaliações, dentre uma série de outros prejuízos. A professora Florentina Costa Aguiar, da Escola "Lions", reclama das várias propostas do governo que foram iniciadas, incluindo capacitação dos profissionais e que abortaram. Questiona sobre a terceirização da merenda, obrigando os professores participar de mais essa tarefa. O aluno Wanderson Jeremias, da Escola Polivalente, reclama das referencias buscadas fora, incompatíveis a nossa realidade, defende uma proposta com uma estrutura bem fundamentada. A aluna Roberta, reclama da estrutura da escola, do futuro destino dos alunos do Ensino Fundamental, caso o Programa "Escola Viva" seja implantada. Chama atenção sobre os cortes de gastos do governo em contradição a implantação de um novo programa. O deputado Sergio Majeski esclarece duvidas levantadas durante as falas e aponta algumas escolas prováveis onde será alvo do governo para implantação do programa. Finaliza agradecendo a todos, declara encerrados os trabalhos e convida seus pares para a próxima Reunião Extraordinária, no dia 15 de maio de 2015, às 18 horas, na Câmara Municipal de Nova Venécia. Para constar é lavrada a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente.


DEPUTADO SERGIO MAJESKI

Presidente da Comissão

ATA APROVADA

na forma do artigo 97, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, na Reunião ORDINARJA, realizada no dia 04/08/15.


Presidente



Processo Legislativo	Folhas
Carimbo/Rubrica	23

Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, INCLUSÃO DIGITAL,
BIOSSEGURANÇA, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, ENERGIA, GÁS NATURAL E
PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS

ATA DA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA. Aos quinze dias do mês de maio, do ano de dois mil e quinze, às dezoito horas e trinta minutos, na Câmara Municipal de Nova Venécia, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Inclusão Digital, Biossegurança, Qualificação Profissional, Energia, Gás Natural e Petróleo e Seus Derivados, com a presença do Excelentíssimo Senhor Deputado Sergio Majeski. Presidindo a Reunião, o Senhor Deputado Sergio Majeski declara abertos os trabalhos, convida para compor a mesa o Deputado Freitas, o Prefeito Municipal de Nova Venécia, Senhor Mário Sérgio, o Vice-Prefeito Teodomir Bassetti, os Vereadores, Juarez Oliosí e Evaristo Miguel, a Superintendente Regional de Educação, Senhora Mardel Borges Selem Colombi, a Secretária Municipal de Educação Risonete Maria de Oliveira. O Senhor presidente passa a palavra às autoridades da mesa, que fazem seus cumprimentos. Explica o motivo das Audiências Públicas, fala sobre sua história, objetivos trilhados na educação, da campanha política e passa a palavra às autoridades presentes. Todos fazem seus cumprimentos e ressaltam a importância da Audiência Pública e lamentam a baixa participação dos profissionais da educação. Consideram uma grande oportunidade de dialogar para melhor entender a proposta do governo em relação ao Programa "Escola Viva". O deputado Freitas, destaca a seriedade do companheiro parlamentar deputado Sergio Majeski, na condução do trabalho na Assembleia Legislativa, fazendo valer a democracia. Fala do movimento dos alunos e educadores das escolas de Vitória que possibilitou a extensão do prazo para votação do projeto. O deputado Sergio Majeski retoma a palavra e explana sobre o que propõe o Projeto de Lei Complementar 04/2015 – "ESCOLA VIVA". Relata a ideia que originou o programa, assim como as implicações com a situação dos professores e alunos, espaço físico, vagas, dentre outros questionamentos. Ressalta os interesses do governo com a implantação do programa, focando melhorar os resultados do IDEB. Faz uma analogia do Programa "Escola Viva" com as "Escolas Charters" Americanas cujo, proposta é pautada na avaliação tanto dos alunos quanto dos profissionais com permanente resultados de desempenho. Na sequência é aberto o debate. A diretora do SINDIUPES do Mucurici Luzimari Bitencourt Dias fala de sua dedicação e identificação com a carreira do magistério, superiores aos 30 anos de atuação. Questiona pontos ainda obscuros no entendimento do programa, a questão da carga horária, remoção dos professores das escola. A professora



Processo Legislativo	Folhas 24
Carimbo/Rubrica RBS	

Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, INCLUSÃO DIGITAL,
BIOSSEGURANÇA, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, ENERGIA, GÁS NATURAL E
PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS

Noélia Amorim, expõe sua atual situação de saúde e a falta de apoio por parte de sua chefia imediata e de respaldos legais que a apoiem e queixa-se de dificuldades de retornar as atividades na escola onde lecionava. O Senhor Presidente, lamenta a situação a que muitos profissionais são submetidos. O diretor Hélio Pettene da Escola Dom Daniel Combini agradece a oportunidade do debate, fala da falta de melhor estrutura física, como a quadra de esporte aguardada há anos. Diz que o Programa é interessante, mas, precisa haver empenho para resgatar as escolas já existentes com grande valor histórico e social. Considera de suma importante o debate das políticas públicas. A professora Maria da Penha Gozzu, expressa a emoção de estar presente num evento com tanta gente importante. Afirma que há 40 anos dedica-se intensamente as escolas por onde trabalha. Fala das dificuldades enfrentadas no dia a dia, porém, reconhece o empenho dos educadores para mudar a realidade. Quanto ao programa, considera necessário uma reestruturação geral do ambiente escolar, melhorando o desempenho dos profissionais, sem atribuir culpas, reconhece todos como integrantes do processo. Acredita que o Programa "Escola Viva", realmente vai acontecer e é importante participar intensamente dessas discussões. O Senhor Presidente encerra o debate, solicita que os participantes da mesa façam as considerações finais. Todos são unânimes em dizer o quanto estão sendo importantes as Audiências Públicas, no momento em que a educação sofre as consequências com os cortes do Governo Federal, no que diz respeito aos financiamentos. O Sr. Presidente agradece as autoridades e demais presentes e convida seus pares para a próxima reunião que será ordinária, no dia e hora regimental e para constar é lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

DEPUTADO SERGIO MAJESKI

Presidente da Comissão

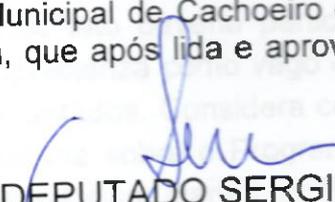
ATA APROVADA na forma do artigo 97, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, na Reunião <u>ORDINÁRIA</u> , realizada no dia <u>18/08/15</u> . Presidente

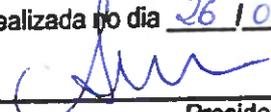


Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, INCLUSÃO DIGITAL,
BIOSSEGURANÇA, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, ENERGIA, GÁS NATURAL E
PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS

ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA. Aos dezenove dias do mês de maio, do ano de dois mil e quinze, às doze horas e trinta minutos, no Plenário "Judith Leão Castelo Ribeiro", reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Inclusão Digital, Biossegurança, Qualificação Profissional, Energia, Gás Natural e Petróleo e Seus Derivados, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Deputados Sergio Majeski, Bruno Lamas, e Eliana Dadalto. Presentes para acompanhar a reunião os Senhores Procuradores Eduardo Rocha Lemos e Lea Helena Lyrio Peres. Presidindo a Reunião, o Senhor Deputado Sergio Majeski declara abertos os trabalhos da Comissão, suspende a leitura das atas anteriores, e solicita ao secretário a leitura do expediente. **EXPEDIENTE: CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS:** Não houve no período. **PROPOSIÇÕES RECEBIDAS:** Não houve no período. **PROPOSIÇÕES DISTRIBUÍDAS AOS SENHORES DEPUTADOS RELATORES:** PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 04/2015. AUTOR: Governador do Estado. EMENTA: Institui o Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único no Estado do Espírito Santo e dá Outras Previdências – "ESCOLA VIVA". RELATOR: DEPUTADO SERGIO MAJESKI. PRAZO DO RELATOR: 26/05/2015. PRAZO DA COMISSÃO: 02/06/2015. **PROPOSIÇÕES BAIXADAS DE PAUTA:** Não houve no período. **PROPOSIÇÕES SOBRESTADAS:** Não houve no período. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente explica que, como relator do Projeto de Lei Complementar 04/2015 - ESCOLA VIVA necessita de respostas para algumas dúvidas levantadas, para consubstanciar o relatório da Comissão. Assim, propõe aos membros que a Comissão envie dez Requerimentos de Pedido de Informação sobre o Projeto de Lei Complementar Nº. 04/2015 ao Secretário de Estado de Educação. Os requerimentos possuem as seguintes perguntas: Primeiro Requerimento: Nos casos onde o aluno estuda em um período e desempenha atividade profissional no outro (trabalho ou estágio), qual o compromisso que a SEDU-ES assumirá para que esses alunos não sejam prejudicados? Segundo Requerimento: Como será o Processo Seletivo para professores que atuarão nessas escolas? Terceiro Requerimento: Qual o prazo para que todos os municípios sejam contemplados com esse projeto? Quarto Requerimento: Em que dados/pesquisas a SEDU-ES se baseou para fundamentar a escolha desse projeto? Quinto Requerimento: Diversas Escolas não possuem estrutura para comportar todos os alunos que estudam atualmente nos dois turnos existentes quando for instalado o Projeto Escola Viva. Como a SEDU-ES se comprometerá com o excedente de alunos que não poderão mais estudar nessas escolas? Sexto Requerimento: Qual a estimativa prevista de custo do projeto para o exercício financeiro em que será implantado e para os exercícios financeiros subsequentes (§ 1º do Art. 17 da LRF)?; Qual a origem dos recursos financeiros que vão custear o projeto (§ 1º do Art. 17 da LRF)?; Comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetara as metas

fiscais estabelecidas na Lei nº 10.257/2014 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (§ 2º do Art. 17 da LRF)?; Como será compensada esta criação de despesa de caráter continuado se por meio de aumento permanente da receita ou pela redução permanente da despesa (§ 2º do Art. 17 da LRF)? Esta compensação for por meio de elevação de alíquota de tributo, se por ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, apresentar a devida comprovação (§ 3º do Art. 17 da LRF)?; Quais as premissas e metodologia de cálculo utilizada para determinar as estimativas de custo do projeto para o exercício financeiro em que entrará em vigor, para os dois subseqüentes, bem como para a compensação financeira da criação de uma despesa obrigatória de caráter continuado (§ 4º do Art. 17 da LRF)?; Comprovação da compatibilidade do projeto com o Plano Plurianual – PPA e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (§ 4º do Art. 17 da LRF)?; Qual o custo estimado do projeto por unidade? Sétimo Requerimento: Qual a real participação da ONG Espírito Santo em Ação no Projeto?; Como será formalizado legalmente a participação da ONG Espírito Santo em Ação no Projeto?; Por quanto tempo a ONG Espírito Santo em Ação irá financiar o Projeto?; Caso a ONG Espírito Santo em Ação deixe de contribuir financeiramente com o projeto, como o Estado pretende mantê-lo? Oitavo Requerimento: Considerando a Lei Diretrizes Bases da Educação 9394/96 que garante no Art. 3º O ensino será ministrado com base no princípio: Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Como ficará a situação de matrícula dos alunos cujo, local exista apenas uma escola de ensino Médio? Nono Requerimento: Quais critérios serão utilizados para a seleção de alunos das instituições educacionais onde serão implantados o Programa “Escola Viva”? Décimo Requerimento: Qual o compromisso que o Governo assumirá com as Escolas que estão fora do Projeto de Lei Complementar 04/2015? Em votação, aprovado por unanimidade o envio dos requerimentos. O Senhor Presidente explica que levando em consideração o tempo para obter as respostas dos requerimentos e fundamentá-las no relatório, delibera a contagem em dobro dos prazos previstos, conforme especifica o art. 85 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, que diz: “Art. 85. As comissões, para desempenho de suas atribuições, poderão realizar, desde que indispensáveis aos esclarecimentos do aspecto que lhes cumpre examinar, as diligências que reputarem necessárias, importando essas medidas contagem em dobro dos prazos previstos, exceto nas matérias em regime de urgência.” Em votação, aprovado por unanimidade a contagem em dobro dos prazos previstos para o Projeto de Lei Complementar 04/2015 em tramitação nesta Comissão. **COMUNICAÇÕES:** O Senhor Presidente agradece a presença de todos, declara encerrada a reunião e convida seus pares para a próxima, que será Extraordinária, no dia 20 de maio de 2015, às 18 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim. E para constar, é lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.


DEPUTADO SERGIO MAJESKI
Presidente da Comissão

ATA APROVADA na forma do artigo 97, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, na Reunião <u>ORDINÁRIA</u> , realizada no dia <u>26/05/15</u> .  Presidente
--



Processo Legislativo	Folhas
	29
Carimbo/Rubrica	
KSS	

Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, INCLUSÃO DIGITAL,
BIOSEGURANÇA, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, ENERGIA, GÁS NATURAL E
PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA. Aos vinte e um dias do mês de maio, do ano de dois mil e quinze, às dezoito horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Alegre, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Inclusão Digital, Biossegurança, Qualificação Profissional, Energia, Gás Natural e Petróleo e Seus Derivados, com a presença do Excelentíssimo Senhor Deputado Efetivo Sergio Majeski. Presidindo a Reunião o Senhor Deputado Sergio Majeski declara abertos os trabalhos da Comissão, convida para compor a Mesa o Vice-Prefeito de Alegre, Senhor Nirrô Emerick, e os vereadores: Senhor Theo Alves da Rocha, Senhor. Emerson Gomes Alves, Senhor Mário César Machado e Senhor Mário Wesley Paiva Zanetti, a Superintendente Regional de Educação Sayonara Toledo da Silva Gil, e a Representante da Secretaria Municipal de Educação, Adriana Prata Duarte. O Senhor Presidente passa a palavra às autoridades da Mesa, que fazem seus cumprimentos. Na sequencia explana sobre o que propõe o Projeto de Lei Complementar 04/2015 – ESCOLA VIVA. Expõe a situação atual da educação no Estado do Espírito Santo, e pondera dúvidas que o Projeto não explica, como: seleção de professores, financiamento para o programa, remoção de alunos, compromissos do Governo com as escolas que não possuem estrutura para o projeto, etc. Franqueada a palavra, o professor da UFES/ Campus Alegre, Carlos Fernando Peixoto ressalta a importância do Conselho Estadual de Educação e o descaso do governo com o assunto, faz referencia também à péssima qualidade de ensino nas escolas. Outro professor da UFES/ Alegre, Luciano José Quintão Teixeira fala da necessidade de mudança de paradigma educacional. Cita programas e investimentos destinados a educação, em outros países. O vereador Emerson Gomes Alves, levanta questões sobre alunos que trabalham e a qualidade do ensino nas escolas atuais. A Supervisora da Secretaria Municipal de Educação Vera Lúcia Miranda, aponta o Programa “Escola Viva” como uma política pública almejada pelos pais, por atender em tempo integral, mas, frisa ser necessário melhorar a estrutura das escolas. Finaliza afirmando a importância de uma base consistente do aluno no Ensino Fundamental para ter bons resultados no Ensino Médio. E o vice-prefeito Nirrô Emerick, relata a situação da educação atual no município de Alegre, envolvendo transporte escolar, estruturas das escolas e gestão pública. Encerrada a participação do público presente, o Senhor Presidente faz as considerações finais baseadas nos assuntos levantados e passa a palavra para que os componentes da Mesa façam os cumprimentos finais. Todos da Mesa agradecem a presença e participação na Audiência. O Senhor Presidente faz suas considerações finais, agradece a presença de todos, declara encerrada a reunião, e convida seus pares para a próxima, que será Extraordinária, no dia 27 de maio, às dezoito horas e trinta minutos, no Plenário “Dirceu Cardoso” da Assembleia Legislativa, em Vitória. E para constar, é lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.